

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO E SAÚDE

GÉSSICA MERCIA DE ALMEIDA

**AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Goiânia
2014

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG E NO BANCO DE TESES DA CAPES

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Capes a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG) e banco de teses Capes, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Géssica Mercia de Almeida				
E-mail:	gessicamerica@gmail.com				
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		
Vínculo empregatício do autor					
Agência de fomento:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior		Sigla:	CAPES	
País:	Brasil	UF:	DF	CNPJ:	00889834/0001-08
Título:	Ações de Educação Alimentar e Nutricional no Programa Nacional de Alimentação Escolar				
Palavras-chave:	Educação alimentar e nutricional, alimentação escolar, nutricionista				
Título em outra língua:	Actions of food and nutrition education on the National School Feeding Program: a Brazilian panorama				
Palavras-chave em outra língua:	school, children, curriculum, health education, feeding				
Área de concentração:	Segurança Alimentar e Nutricional				
Data defesa:(dd/mm/aaaa)	18/12/2014				
Programa de Pós-Graduação:	Nutrição e Saúde				
Orientador (a):	Estelamaris Tronco Monego				
E-mail:	estelamaris.monego@gmail.com				
Co-orientador (a):*	Lucilene Maria de Sousa				
E-mail:	lucilenemaria.sousa@gmail.com				

*Necessita doCPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Liberação para disponibilização?¹ total parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

Capítulos. Especifique: _____

Outras restrições: _____

Liberação para ambos (Capes e BDTD/UFG) Liberação apenas para BDTD/UFG

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Géssica Mercia de Almeida
Assinatura do (a) autor (a)

Data: 18/01/2015

¹ Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metade dos ficarão sempre disponibilizados.

GÉSSICA MERCIA DE ALMEIDA

AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Saúde da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás, como exigência para obtenção do Título de Mestre em Nutrição e Saúde.

Orientador:

Prof^a Dr^a Estelamaris Tronco Monego

Coorientador

Prof^a Dr^a Lucilene Maria de Sousa

Linha de pesquisa: Segurança Alimentar e Nutricional

Financiamento: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (FNDE/MEC)

Goiânia
2014

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Almeida, Géssica Mercia de
Ações de Educação Alimentar e Nutricional no Programa Nacional de
Alimentação Escolar [manuscrito] / Géssica Mercia de Almeida. - 2014.
142 f.

Orientador: Prof. Estelamaris Tronco Monego; co-orientador
Lucilene Maria de Sousa.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade
de Nutrição (Fanut) , Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Saúde,
Goiânia, 2014.

Anexos. Apêndice.
Inclui siglas, abreviaturas, símbolos, tabelas, lista de figuras, lista de
tabelas.

1. Educação alimentar e nutricional. 2. Alimentação escolar. 3.
Nutricionista. I. Monego, Estelamaris Tronco , orient. II. Sousa,
Lucilene Maria de, co-orient. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO E SAÚDE

GÉSSICA MERCIA DE ALMEIDA

AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

**Dissertação DEFENDIDA e APROVADA em 18 de dezembro de 2014, pela
Banca Examinadora constituída pelos membros:**

Profª Drª Bethsáida de Abreu Soares Schmitz
FCS/UNB

Profª Drª Nilce Maria da Silva Campos Costa
FANUT/UFG

Profª Drª Estelamaris Tronco Monego
FANUT/UFG (orientador)

Membros suplentes:

Profª Drª Andréa Sugai Mortoza
FANUT/UFG

Profª Drª Ida Helena Carvalho Francescantonio Menezes
FANUT/UFG

Dedico este trabalho...

*A Deus e a Trindade Santa.
A minha família e em especial a minha amada mãe, por me proporcionar os estudos,
pelo esforço e dedicação, por sonhar comigo
e sobretudo por acreditar em mim.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pai e a Maria Santíssima minha mãe, pelo amor, pela misericórdia, pela graça e benção derramada em minha vida. Pai celestial, obrigada por me fortalecer, por me capacitar, por habitar em mim.

À minha família abençoada, pelo incentivo, amor, união e apoio. A meu pai Lázaro e mãe Manoelina por enfrentarem de coração aberto todas as dificuldades, pela compreensão nos momentos em que estive ausente, pelo esforço e dedicação. Ao meu irmão Rafael por me ensinar a ser mais humilde, por se doar e abrir mãos de tantas coisas para que eu pudesse estudar. À minha tia Manú e madrinha Tide pelo exemplo, pelos conselhos sábios, e pelas palavras animadoras. Às minhas primas Carol e Thaís pela torcida.

Ao meu namorado Anuar Abou Salha, pela compreensão em tantos e tantos momentos de ausência. Pelo apoio, paciência, tolerância e amor.

Às professoras Estelamaris Tronco Monego e Lucilene Maria de Sousa pela oportunidade, pela orientação acadêmica e profissional. Obrigada por me ensinarem a buscar, a enfrentar e a não desistir. Como aprendi com vocês! Agradeço por confiarem em mim, por fazerem parte de minha história. Me sinto privilegiada.

A todas as professoras da Faculdade de Nutrição e de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás, que direta e indiretamente contribuíram para minha formação e qualificação. Em especial aquelas que participaram das bancas de avaliação de minha pesquisa: Maria do Rosário Gondim Peixoto, Jacqueline Rodrigues de Lima, Nilce Maria da Silva Campos Costa e Ida Helena Francescantônio Menezes.

Á professora Bethsáida de Abreu Soares Schmitz, da Universidade de Brasília, pelas importantes contribuições a minha pesquisa. Também pelo exemplo de postura profissional.

Á professora Brunella Chinem, por me instruir e auxiliar nas análises estatísticas, essenciais nesse trabalho. Agradeço a paciência, o incentivo, às várias horas de orientação no Skype, nos finais de semana, nos feriados, e principalmente a maneira motivadora de compartilhar o conhecimento.

A três pessoas de suma importância nessa trajetória: Juliana Lima, Kênia Machado e professora Karine Anusca Martins. Admiro vocês e agradeço pela amizade, por me motivarem a fazer o mestrado e por vibrarem a cada passo alcançado.

Às minhas companheiras e amigas de mestrado, Paulinha, Gabi, Pri e Lú, por compartilharem tantos momentos de alegria, de estudo, de ajuda. Obrigada pelas palavras sinceras, pelo carinho, pela generosidade, pelo sentimento de força em cada obstáculo.

Ao CECANE UFG/Centro-Oeste por ser uma escola de conhecimento, um ambiente enriquecedor que contribuiu imensamente para meu crescimento profissional e pessoal. À coordenação do CECANE UFG agradeço pela oportunidade e pela confiança depositada e aos amigos do CECANE, Bruninha, Luciana, Mari, Mel, Ferran, Linda e tantos outros, pelo incentivo.

À equipe do projeto “Ações de educação alimentar e nutricional desenvolvidas em municípios brasileiros”, e de modo especial à minha amiga Simoni pela dedicação e tamanho esforço, peça fundamental nesse projeto.

Aos nutricionistas do PNAE que participaram dessa pesquisa e contribuíram com a Ciência.

Ao Programa de Pós-graduação Nutrição e Saúde/UFG na pessoa do servidor público Douglas, pela paciência, dedicação e responsabilidade.

Às minhas amigas Natália, Flávia Moreno, Jéssika, Maria Janaína, Gesandra, Beatriz, Lana, Raquel, Cássia, Delvair e Patrícia de Andrade, que sempre me apoiaram.

Ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC, pelo financiamento à pesquisa.

A todos que direta ou indiretamente, estiveram envolvidos nesta conquista.

A todos vocês o meu muito obrigado, de coração!

RESUMO

Esse estudo objetivou analisar as ações de educação alimentar e nutricional do Programa Nacional de Alimentação Escolar de municípios brasileiros. Trata-se de um estudo transversal, descritivo e analítico, realizado por meio de entrevistas telefônicas, no período de abril de 2012 a novembro de 2013. A pesquisa foi desenvolvida com nutricionistas da alimentação escolar de 388 municípios brasileiros distribuídos proporcionalmente entre as regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. As variáveis estudadas incluíram: ações de educação alimentar e nutricional e sua frequência, atores sociais envolvidos, forma de orientação para realização da educação alimentar e nutricional, inserção do tema alimentação e nutrição no Projeto Político Pedagógico e as dificuldades para a realização da educação alimentar e nutricional. As análises estatísticas foram realizadas utilizando o teste χ^2 de Person ou Exato de Fisher, além do modelo de regressão logística multivariada, com um nível de significância de 5%. Dos 388 nutricionistas entrevistados, 85,1% realizam ações de educação alimentar e nutricional nas escolas e creches, sendo a frequência maior na região Sul (94,6%) e menor na Nordeste (79,2%) ($p=0,04$). As ações de educação alimentar e nutricional são desenvolvidas predominantemente por meio de palestras, com frequência semestral, contando com a participação do coordenador pedagógico e do professor nas atividades de planejamento e execução dessas práticas. Em menos da metade dos municípios, os temas alimentação e nutrição são trabalhados no currículo escolar, com destaque para a disciplina de Ciências. Quando os nutricionistas orientam os atores sociais nas escolas e creches por meio de atividades de formação sobre alimentação saudável, diminuem as chances em 61% de inserção da educação alimentar e nutricional no Projeto Político Pedagógico. É possível sugerir que essas formações apresentem fragilidades e limitações, não sendo uma estratégia satisfatória para a inserção dessas práticas educativas na escola. As ações de educação alimentar e nutricional estão voltadas para um modelo tradicional de educação, de modo pontual e com pouca articulação com o currículo escolar. Espera-se que as informações apresentadas possam subsidiar nutricionistas, comunidade escolar e órgãos formadores e fiscalizadores da profissão, na busca de novas abordagens com o intuito de fomentar e qualificar as ações de educação alimentar e nutricional na escola.

Palavras-chave: educação alimentar e nutricional, alimentação escolar, nutricionista.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the actions of food and nutrition education at the National School Feeding Programme in Brazilian towns. It is a cross-sectional descriptive and analytical study, conducted through telephone interviews during the period from April 2012 to November 2013. The survey was developed with school feeding's nutritionists from 388 towns distributed proportionally between the North, Northeast, Southeast, South and Midwest regions. The studied variables included: actions of food and nutrition education and their frequency, social actors involved, form of guidance for achieving food and nutrition education, inclusion of food and nutrition theme in Political Pedagogical Project and the difficulties in achieving food and nutrition education. Statistical analyses were performed using the χ^2 Fisher's test or Pearson's exact test, beyond the multivariate logistic regression, with a significance level of 5% model. Out of the 388 interviewed nutritionists, 85.1% perform actions of food and nutrition education in schools and day care centers, with the highest frequency in the South region (94.6%) and lowest in the Northeast (79.2%) ($p = 0.04$). The actions of food and nutrition education are predominantly developed through lectures, with biannual frequency, with the participation of the pedagogical coordinator and teacher in the planning and execution of these practical activities. In less than half of the towns, the food and nutrition issues are worked into the school curriculum, with emphasis on the discipline of Sciences. When nutritionists orient the social actors in schools and day care centers through training activities on healthy eating, reduce the chances by 61% of inclusion of food and nutrition education in the Pedagogical Political Project. It is possible to suggest that these formations present weaknesses and limitations and is not a satisfactory strategy for entering these educational practices at school. The actions of food and nutrition education are focused on a traditional model of education, punctually and with little articulation with the school curriculum. It is hoped that the information presented can support nutritionists, school community and trainers and regulatory agencies of the profession, in the search for new approaches in order to encourage and qualify the actions of food and nutrition education in schools.

Key words: food and nutrition education, school feeding, nutritionist.

LISTA DE FIGURA, TABELA E QUADROS

Figura 1	Fluxograma do delineamento da amostra da pesquisa. Brasil, 2012.....	30
Tabela 1	Distribuição do número de municípios brasileiros e amostra estimada por região brasileira. Brasil, 2012.....	31
Quadro 1	Cálculo do Intervalo de Confiança Proporcional da Amostra.....	32
Quadro 2	Descrição das variáveis utilizadas no estudo. Brasil, 2014.....	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CECANE	Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar
CFN	Conselho Federal de Nutricionistas
CME	Campanha de Merenda Escolar
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EA	Educação Alimentar
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
EN	Educação Nutricional
ENDEF	Estudo Nacional de Despesa Familiar
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPP	Projeto Político Pedagógico
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
RT	Responsável Técnico
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SINUTRI	Sistema de Cadastro de Nutricionistas
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFG	Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

	CAPÍTULO 1	13
1	INTRODUÇÃO.....	13
2	REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1	CONSTRUINDO UMA LINHA DO TEMPO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL.....	16
2.2	O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	19
2.2.1	Educação Alimentar e Nutricional como eixo de atuação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.....	22
2.2.2	Atores sociais envolvidos nas ações de Educação Alimentar e Nutricional	25
2.2.3	A inserção da educação alimentar e nutricional no Projeto Político Pedagógico: uma interação possível e necessária.....	27
2.3	PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	29
3	OBJETIVOS.....	31
3.1	OBJETIVO GERAL.....	31
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	31
4	MATERIAL E MÉTODOS	32
4.1	APRESENTAÇÃO DO PROJETO MATRIZ.....	32
4.2	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	34
4.3	POPULAÇÃO ALVO.....	35
4.4	AMOSTRAGEM DA PESQUISA.....	35
4.5	VARIÁVEIS DA PESQUISA.....	36
4.6	ANÁLISE ESTATÍSTICA	37
	REFERÊNCIAS	39
	CAPÍTULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO	46
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
	APÊNDICES	73
	ANEXOS.....	122

CAPÍTULO 1

1 INTRODUÇÃO

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) tem importante papel nas políticas públicas de alimentação e nutrição por ser uma estratégia de promoção da saúde e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (MDS, 2012). Considerada uma ferramenta para a prevenção e controle dos problemas relacionados à alimentação, a EAN é indispensável no combate aos distúrbios nutricionais e Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) (BOOG, 2011).

Evidências científicas demonstram que as ações de EAN na escola propiciam além da redução dos índices de excesso de peso e obesidade em crianças e adolescentes, uma atitude crítica, autônoma e consciente sobre o poder de escolhas dos alimentos. A escola como campo de atuação social é *lócus* prioritário de formação de hábitos e escolhas alimentares saudáveis, sendo um ambiente privilegiado por possibilitar um trabalho sistemático e contínuo (BARBOSA et al., 2013; RAMOS; SANTOS; REIS, 2013; SILVEIRA et al., 2013).

A presença da EAN no contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) fomenta e favorece a promoção de uma alimentação saudável e adequada no ambiente escolar, corroborando com os fundamentos da Portaria Interministerial nº 1.010 de 8 de maio de 2006, que institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas do país (BRASIL, 2013; BRASIL, 2006a).

Cabe ao nutricionista, profissional cuja formação tem interface com o campo educativo, como responsável técnico (RT) do PNAE, promover e realizar ações de EAN no ambiente escolar (BRASIL, 2013). Para tanto, são necessárias metodologias problematizadoras, inovadoras e participativas, capazes de reconhecer os integrantes da comunidade escolar como protagonistas do processo educativo e o PNAE como espaço pedagógico a serviço da promoção da saúde (COSTA; RIBEIRO; RIBEIRO, 2001; MDS, 2012).

A articulação e atuação dos diferentes atores sociais nas ações de EAN supõe um trabalho coletivo e integrado, com a participação de diretores, professores,

manipuladores de alimentos, pais, alunos, membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e nutricionistas, para que, encorajados na busca pelo conhecimento, tornem-se indivíduos críticos, conscientes, capazes de problematizar situações e tomar decisões (BOOG, 2008; MDS, 2012; SANTOS, 2012).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola deve concretizar-se a partir da transversalidade e transdisciplinaridade. Contudo, as estratégias tradicionalmente utilizadas, são desenvolvidas na maior parte das vezes, de forma fragmentada, em disciplinas isoladas, como nas aulas de Ciências, por meio de textos nos livros didáticos, utilizando palestras e distribuição de folhetos. Tais ações ocorrem de modo desarticulado da realidade local, não resultando em ações transformadoras e efetivas (BOOG, 1997; CASTRO et al., 2007; JUZWIAK, 2013).

São escassas as reflexões sobre o arcabouço teórico, metodológico e operacional da EAN prevista nas políticas públicas no Brasil, seja na literatura acadêmica ou em documentos institucionais. Apesar dos avanços recentes, como a construção de um marco de referência de EAN para as políticas públicas, as práticas de EAN ainda parecem estar bastante voltadas para a transmissão de informação, no modelo biomédico tradicional, de forma autoritária e com enfoque nos aspectos biológicos da alimentação (LIMA; OLIVEIRA; GOMES, 2003; MDS, 2012; SANTOS, 2012).

São necessárias discussões sobre as possibilidades, os desafios, e as tendências metodológicas da EAN, dada a pouca visibilidade das experiências bem sucedidas, fragilidade nos processos de planejamento, falta de investimento na formação e inapropriadas condições de trabalho dos profissionais; bem como a ausência de recursos materiais e infraestrutura nas escolas, que são barreiras a serem ultrapassadas (MDS, 2012; SCARPARO et al., 2013).

No cenário brasileiro, os estudos sobre a EAN no âmbito escolar são recentes e apresentam diferenças quanto ao conteúdo abordado. A maioria dos estudos baseia-se na metodologia epidemiológica de intervenção, onde avaliam os resultados da EAN no consumo de determinados alimentos (frutas, verduras, *fast food* e bebidas açucaradas) e/ou analisam mudanças no perfil antropométrico dos participantes antes e após intervenção (RAMOS; SANTOS; REIS, 2013). Por sua vez, poucos são os estudos que avaliam os métodos utilizados na EAN e a percepção dos atores sociais inseridos na comunidade escolar sobre esse tema (ALBUQUERQUE, 2013; BOOG, 2010).

Visando superar o olhar limitado com que a EAN vem sendo estudada, faz-se oportuno conhecer como tem se dado a inserção das ações de EAN na escola, as abordagens pedagógicas utilizadas, as dificuldades encontradas no processo, bem como a interlocução que é feita entre os atores da escola e os gestores da alimentação escolar do município.

Conhecer as ações de EAN no ambiente escolar é fundamental para fomentar novos caminhos para o PNAE, orientar discussões pedagógicas entre o nutricionista e os demais envolvidos, bem como subsidiar a continuidade e efetividade dessas ações. Nesse contexto, o presente estudo propõe-se a investigar a inserção e execução das ações de educação alimentar e nutricional no contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar em escolas e creches de municípios brasileiros.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CONSTRUINDO A LINHA DO TEMPO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) surgiu em um contexto sociopolítico onde as primeiras iniciativas datam da década de 1930. Caracterizada pela vigência do autoritário governo de Vargas, a Educação Alimentar (EA), como era chamada na época, tinha como intuito reverter o processo de desnutrição e modificar as condições alimentares da população trabalhadora (BOOG, 2011).

Com a implantação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), no início dos anos 1940 surgiu a proposta de capacitar “*visitadoras de alimentação*”, pessoas treinadas para visitar as casas dos trabalhadores mensalmente e realizar a EA aos operários e suas famílias. O objetivo dessa ação era ensinar as camadas de menor renda a se alimentar, em ação biologicista e sem uma contextualização socioeconômica do processo (ARRUDA; ARRUDA, 2007; BOOG, 2011; MDS, 2012).

Além das visitas, outras ações educativas incluíam boletins informativos e livros infantis abordando noções de nutrição. Nota-se que as estratégias utilizadas na época objetivavam concretizar metas políticas, demonstrando os prejuízos decorrentes do sistema de alimentação vigente e orientando a coletividade sobre os processos de uma alimentação racional (BOOG, 2011).

No período pós-guerra (1950-1960), a EA também foi marcada por intervenções político-econômicas do país voltadas para o cenário internacional. Os excedentes agrícolas nos Estados Unidos fizeram o governo americano, por intermédio da *United States Agency for International Development* (USAID), transferir alguns produtos como a soja e seus derivados para o Brasil. Nesse cenário, a EA serviu para impor o consumo de alimentos e preparações não sintonizadas aos hábitos e cultura alimentar dos brasileiros, com baixa legitimidade e resultados pífios (BOOG, 1997; CAMOSSA et al., 2005; LIMA; OLIVEIRA; GOMES, 2003).

A década de 1950 trouxe a inserção da EA no Programa de merenda escolar, nas campanhas publicitárias dos produtos advindos do exterior, e na utilização de

alimentos destinados à alimentação suplementar. As orientações dadas à população pretendiam atender os interesses das indústrias alimentícias (BOOG, 2011).

Nos anos de 1970 algumas modificações começaram a ocorrer nesse cenário, uma vez que pesquisas desenvolvidas por economistas sobre consumo alimentar e renda desmistificaram o paradigma de que o problema alimentar era decorrente da falta de informação, ao demonstrarem que a insuficiência alimentar se dava pela baixa renda da população. Nessa ocasião, o estudo de maior relevância foi o Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF) realizado entre 1974 e 1975 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BOOG, 1997).

Nesse mesmo período houve a alteração da nomenclatura de educação alimentar para Educação Nutricional (EN). Essa mudança foi alicerçada no surgimento de programas de EN em outros países, com uma expressiva prática tecnicista das intervenções nutricionais, e pela influência das publicações científicas que usavam o termo EN. Além disso, é nesse momento que surgiu o primeiro periódico abordando o tema EN, denominado de *Journal of Nutrition Education* (BOOG, 2011; LIMA; OLIVEIRA; GOMES, 2003).

O final dos anos de 1970 e 1980 caracterizou-se como um período de intensa discussão sobre a promoção da saúde e seu papel na qualidade de vida da população. O apelo lançado na Declaração de Alma-Ata, na I Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, foi um marco referencial e representou o ponto de partida mundial para reafirmar o significado da saúde como um direito humano. Os conhecimentos de então evidenciavam ser a promoção da saúde e a prevenção das doenças essenciais para o contínuo desenvolvimento econômico e social da população (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

A ênfase internacional na promoção da saúde, iniciada em 1986 com a I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, trouxe a discussão sobre direitos da população de influir sobre os determinantes de saúde. Nessa nova conformação da determinação da saúde, nos anos 1990 ocorreu o retorno da EN, agora articulada com evidências científicas que indicavam estreita relação entre os hábitos alimentares da população e o aumento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) (BOOG, 2011; MDS, 2012). Nessa época a EN foi reconhecida como uma atividade privativa do nutricionista, por meio da Lei nº 8.234 de 17 de setembro de 1991 (BRASIL, 1991).

Pauta das políticas e dos programas governamentais, a promoção da saúde foi vista como uma importante ferramenta para o enfrentamento dos problemas alimentares e nutricionais. É nesse contexto que surge a educação alimentar e nutricional (EAN), agora incluindo não só a produção, abastecimento e transformação, como os aspectos nutricionais dos indivíduos e dos alimentos. Ao unificar os dois termos, havia a intenção de promover uma interface entre os determinantes físicos, emocionais, culturais, sociais e biológicos que envolvem a alimentação (BOOG, 2011).

Com a aprovação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) em 1999, houve um avanço da compreensão da EAN na perspectiva da promoção da saúde; que apesar de aparecer no documento de maneira vertical em uma única diretriz, já alertava para a necessidade de buscar consensos sobre conteúdos, métodos e técnicas do processo educativo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003; MDS, 2012; SANTOS, 2005).

Nessa trajetória, os anos 2000 trouxeram alguns marcos teóricos nesse campo, iniciando-se em 2006 com a aprovação da Portaria Interministerial nº1010, cujo propósito era estimular e fortalecer as práticas de EAN na escola. Posteriormente em 2009, a nova legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar incluiu as ações de EAN como um dos eixos de atuação deste Programa (BRASIL, 2009; BRASIL 2006a).

Outros desdobramentos vieram com a atualização da PNAN em 2011. A EAN foi reforçada como um processo de diálogo entre profissionais de saúde e a população, sendo reafirmada como prática referenciada na realidade local, problematizadora e construtivista, que deve considerar os contrastes sociais que interferem na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

A publicação do *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas*, em 2012, configurou um dos principais avanços da EAN no Brasil. Com o intuito de orientar conceitos, princípios e diretrizes sobre a EAN, o Marco surgiu com vistas à construção de práticas a serem traduzidas em eixos, ações e programas de EAN mais qualificados, definindo a EAN como:

“um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover

a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar” (MDS, 2012, p. 23).

Ao vislumbrar semelhanças e diferenças nas ações nacionais de EAN, o Marco de EAN tem o propósito de qualificar a Agenda de Alimentação e Nutrição do país, promovendo um campo comum de reflexão e orientação prática nos diversos setores vinculados ao processo de produção, distribuição, abastecimento e consumo de alimentos (MDS, 2012).

No cenário nacional, são várias as políticas e os programas nacionais que fazem interface com a EAN, como a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), o Plano de Ações Estratégicas para o enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, o Programa Saúde na Escola (PSE), entre outros (BRASIL, 2007; BRASIL, 2006b; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

Ao construir uma linha do tempo sobre a EAN no país, os acontecimentos apontam para a necessidade de se formular e implantar estratégias nacionais, regionais e locais efetivas e integradas, que considerem os aspectos históricos da EAN, a compreensão do ato de se alimentar como uma prática social, bem como a responsabilidade dos diferentes setores no seu fortalecimento (MDS, 2012).

2.2 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) representa uma política de Estado quanto à assistência estudantil, cuja gestão é feita pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação (MEC). Atualmente regulamentado pela Lei nº11.947 de 16 de junho de 2009 e Resolução do Conselho Deliberativo do FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013, é considerado um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, pautando-se na

universalidade e equidade, por gratuitamente atender os alunos da educação básica de escolas públicas, filantrópicas e comunitárias do Brasil (BRASIL, 2013; BRASIL, 2009).

O PNAE teve seu início na década de 1950, passando por diversas transformações ao longo do tempo. Denominado de Campanha da Merenda Escolar (CME) por meio do Decreto nº 37.106 de 31 de março de 1955, o programa foi gerenciado de forma centralizada até 1993, onde o governo federal era o responsável pelo planejamento dos cardápios, aquisição dos gêneros alimentos e até mesmo distribuição dos alimentos nas escolas (BRASIL, 1955; PEIXINHO et al., 2011).

A denominação de Programa Nacional de Alimentação Escolar ocorreu em 1979, sendo os anos 1980 um marco na alimentação escolar, quando essa foi incluída como direito constitucional na Constituição Federal vigente. Com a gestão centralizada do Programa, havia na época, o predomínio de alimentos formulados e desidratados; cujo preparo exigia apenas a diluição em água; além de alimentos industrializados, tendo em vista sua praticidade, por apresentarem peso e volume menores, facilitando o transporte e o armazenamento (BRASIL, 1988; DOMENE, 2008; FNDE, 2013).

O processo de descentralização do PNAE iniciou-se em 1994 com a Lei Federal nº 8.913 de 12 de junho. Com o surgimento deste novo modelo de gestão, os recursos e atribuições foram transferidos para jurisdições locais, sendo as entidades executoras (prefeituras) as responsáveis por gerenciar o recurso financeiro destinado a cada município. Insere-se neste momento a figura do nutricionista como responsável pela elaboração dos cardápios da alimentação escolar e se tem a criação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) enquanto instância colegiada e deliberativa (BRASIL, 1994; PEDROZA; ANDRADE, 2006; PEIXINHO et al., 2011).

A descentralização é um marco referencial na trajetória do PNAE, pois permitiu uma maior regularização no fornecimento das refeições, melhoria na qualidade dos cardápios, incentivo à economia local e regional, diminuição dos custos operacionais, atendimento dos hábitos alimentares saudáveis com a inserção de alimentos *in natura*, bem como a presença do nutricionista como responsável técnico e participação da comunidade local na execução do Programa (BELIK; SOUZA, 2009; MUNIZ; CARVALHO, 2007; PEIXINHO et al., 2011).

Estudo realizado em Salvador (BA) buscou compreender os significados da alimentação escolar para estudantes de escolas públicas. Evidenciou-se uma dualidade entre o *bom* e o *ruim* de comer. Os termos ‘merenda’ e ‘comida’ assumiram aspectos distintos. O primeiro refere-se ao que é prazeroso e o segundo, a uma necessidade. Além disso, a percepção dos escolares enfatiza que não pode haver escola sem merenda, ou seja, a escola é lugar de estudar e comer (FREITAS, 2013).

Mesmo enfrentando dificuldades de infraestrutura e execução, o PNAE é considerado um dos eixos das políticas públicas destinadas a promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), trazendo em seu escopo subsídios que podem garantir o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) (BRASIL, 2006b; GALLINA et al., 2012).

A SAN no Brasil tem sua construção teórica oriunda nas Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e da mobilização da sociedade civil, sendo definida na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) como a

“realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeite a cultura, os aspectos sociais, econômicos e ambientais” (BRASIL, 2006b, p.4).

O Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), pautado na LOSAN, integra um conjunto de ações voltadas para a produção, o fortalecimento da agricultura familiar, o abastecimento alimentar e a promoção da alimentação saudável e adequada. Em face desse quadro, destacamos o PNAE como porta de entrada para o alcance de várias metas do PLANSAN, sendo uma estratégia política e um instrumento legal capaz de proporcionar, por meio das ações de EAN, a melhoria da alimentação escolar (CAISAN, 2011).

2.2.1 Educação Alimentar e Nutricional como eixo de atuação do Programa Nacional de Alimentação Escolar

No PNAE, o incentivo às ações de EAN tem o marco referencial na Portaria Interministerial nº 1.010/2006 (BRASIL, 2006a), explicitada posteriormente na Lei nº 11.947/2009, cujos pressupostos indicam a necessidade de propor caminhos para a execução de ações da EAN no ambiente escolar (BRASIL, 2009).

Influenciada pelo Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas, a Resolução CD/FNDE nº 26/2013, no Artigo 13º define EAN como *um conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, a ser realizada na perspectiva da adoção de práticas e escolhas alimentares saudáveis, que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo* (BRASIL, 2013 p.7; MDS, 2012).

Anteriormente, o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), por meio da Resolução nº 465/2010, havia definido que compete ao nutricionista responsável técnico (RT) do PNAE promover e realizar ações de EAN no ambiente escolar (CFN, 2010). Essas práticas devem dinamizar o currículo pedagógico, estimular hábitos alimentares saudáveis no contexto cultural, favorecer a utilização de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos, possibilitar o desenvolvimento de tecnologias sociais, bem como formar as pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a alimentação escolar (BRASIL, 2013).

Apesar das ações de EAN estarem inseridas legalmente no âmbito do PNAE, estudos evidenciam que ainda há um longo percurso a trilhar quanto a essas práticas. Belik e Chaim (2009), em pesquisa desenvolvida com 670 municípios participantes do Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar nos anos de 2004 e 2005, constataram que menos de 50% das prefeituras brasileiras realizavam ações de EAN. Esses dados foram semelhantes aos encontrados no Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar de 2011, onde dos 568 municípios inscritos do país, apenas 51% referiram inserir a EAN no currículo escolar (AÇÃO FOME ZERO, 2012).

Mello et al. (2012), em pesquisa realizada com 434 nutricionistas da região Nordeste do Brasil, observaram que apenas 33,8% dos entrevistados realizavam ações de EAN no ambiente escolar. Resultados mais promissores foram

encontrados em estudo com 177 nutricionistas do Rio Grande do Sul, onde 77,8% dos profissionais referiram desenvolver projetos de EAN (VOOS, 2009).

Para Chaves et al. (2013), as ações de EAN são negligenciadas pelo nutricionista em detrimento da urgência do trabalho administrativo e principalmente pela desigualdade na distribuição dos profissionais entre as regiões, com percentual menor na região Norte (59,4%) e maior na Sul (84,5%). Apesar dos municípios brasileiros com nutricionistas cadastrados no Sistema de Cadastro de Nutricionistas (SINUTRI) terem aumentado de 12% para 79%, de 2003 a 2011, isso não foi suficiente para neutralizar os reflexos e impactos destas diferenças entre as regiões (CHAVES et al., 2013).

Outra dificuldade com relação às práticas de EAN na escola, pode ser explicada pela distância entre o conhecimento necessário para atuação no campo da educação e a formação oferecida ao nutricionista neste campo, identificando uma dicotomia entre o perfil do profissional formado e as exigências de atuação (BOOG, 2013; SCARPARO et al., 2013).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Graduação em Nutrição descrevem as competências e habilidades necessárias para a formação de um profissional generalista, humanista e crítico. Estabelecem que o nutricionista enquanto mediador das práticas pedagógicas em nutrição deve possuir qualificação, compreensão e domínio de instrumentos metodológicos, bem como capacidade criadora, articuladora e analítica fundamentada no processo educativo (BRASIL, 2001).

As referidas diretrizes trouxeram no seu escopo, além das recomendações para a formação do nutricionista, a marca da aprendizagem não restrita a conteúdos, mas abrangendo competências, tais como: a comunicação, tomada de decisões, educação permanente e liderança. Essa formação almejada viabiliza atuar em políticas e programas de educação, visando à promoção da saúde e a formulação e execução de programas de EAN (BRASIL, 2001; BIZZO; LEDER, 2005).

Percebe-se, dessa forma, a importância de superar essa concepção de formação tecnicista do nutricionista, centrada na relação entre o alimento e sua composição nutricional. A EAN não pode ser vista como uma ferramenta de intervenção para avaliar o certo/errado ou ainda a adesão/não adesão ao consumo de alguns alimentos. Há um campo transversal mais amplo, envolvendo aspectos

sociais, econômicos, culturais e comportamentais que envolvem o ato de comer e o indivíduo (BARBOSA et al., 2013; RAMOS; SANTOS; REIS, 2013).

Por essa razão, o tema alimentação e nutrição deve compor criticamente, um plano nacional oficial de ensino na escola, tendo por base os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que foram implementados com o objetivo de respeitar as diversidades regionais, culturais e políticas existentes no país (BIZZO; LEDER, 2005; MEC, 1997; SANTOS; BOGUS, 2007).

Estudos desenvolvidos no espaço escolar têm apontado que estratégias de EAN realizadas com as crianças e adolescentes propiciam melhoras no conhecimento sobre nutrição, bem como nas atitudes e nos comportamentos relacionados às escolhas alimentares, influenciando também nos hábitos alimentares da família (FERNANDES et al., 2009; GABRIEL; SANTOS; VASCONCELOS, 2008; GAGLIANONE et al., 2006).

Segundo Zancul e Oliveira (2007), as práticas de EAN nas escolas apresentam várias possibilidades e estratégias, tais como jogos, vídeos, cartilhas, cozinha experimental, aulas teóricas e práticas. Uma pesquisa realizada no estado de Goiás em 2012, com 214 municípios que executavam o PNAE, constatou que dentre as ações de EAN mais frequentes estão as palestras (81,7%), as atividades lúdicas (54,3%) e os eventos como Semana da Alimentação e Feira de ciências (32,6%). Apesar de 61% dos participantes referirem que a EAN estava inserida no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, 56,3% dos entrevistados não souberam relatar em quais disciplinas. Os dados deste estudo apontaram para a ausência da transversalidade da EAN no currículo escolar, sugerindo a necessidade de adequação das metodologias utilizadas (SILVA; MONEGO; SOUSA, 2013).

A abordagem tradicional com que as ações de EAN vêm sendo desenvolvidas indica que uma ação pontual, descontextualizada e sem continuidade, em um curto tempo de duração, não favorece a tomada de decisão. Para que as ações de EAN sejam efetivas no ambiente escolar é necessária uma ação integrada, reconhecendo a importância dos membros da comunidade escolar no planejamento dessas atividades, evitando que ações educativas se tornem uma exigência adicional e uma sobrecarga à prática profissional do educador (DETRREGIACHI; BRAGA, 2011).

A EAN, tarefa inerente às funções exercidas pelo nutricionista, faz com que este profissional assumira o importante papel de educador. Por essa razão, cabe a ele atuar em parceria com os diversos atores sociais na promoção da alimentação

saudável no ambiente escolar, seja na construção de propostas curriculares, seja na formação destes quanto à alimentação e nutrição na escola (BARBOSA et al., 2013).

2.2.2 Atores sociais envolvidos em ações de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar

Ator social representa indivíduo ou conjunto de pessoas que atua em determinada situação, a fim de contribuir no processo de transformação. Para Campos et al. (2010), é fundamental que o ator tenha um projeto de intervenção, capacidade de mobilizar os recursos necessários ao plano, bem como uma organização estável para executá-la.

São considerados atores sociais no âmbito do PNAE toda a comunidade escolar, ou seja, os professores, manipuladores de alimentos, nutricionistas, diretores, coordenadores, membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), pais, alunos e demais envolvidos (BOOG, 2008).

Resultados importantes têm sido alcançados incluindo o tema alimentação e nutrição nos currículos e na formação permanente dos profissionais de educação e da comunidade escolar. A capacitação desses atores sociais potencializa mudanças no ambiente escolar, as quais dão suporte para a adoção de hábitos alimentares saudáveis, reforçando a capacidade da escola de se transformar em um espaço favorável ao aprendizado e à convivência saudável (COSTA; RIBEIRO; RIBEIRO, 2001; MDS, 2012; SCHMITZ et al., 2008; YOKOTA et al., 2010).

Nesse cenário, novas possibilidades se abrem ao papel da alimentação escolar e conseqüentemente do nutricionista, que deve ter uma participação ativa nas discussões, por ser o responsável pela formação das pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a alimentação escolar (BRASIL, 2013; COSTA; RIBEIRO; RIBEIRO, 2001).

Os diferentes atores sociais, providos de consciência e de discernimento do papel da promoção da alimentação saudável, podem e devem, dentro de uma abordagem integrada, procurar incorporá-los ao seu fazer pedagógico. Assim a teoria e a prática em EAN possibilitam aos sujeitos autonomia para suas escolhas relacionadas ao ato de comer (BOOG, 2013; BOOG, 2008; COSTA; RIBEIRO; RIBEIRO, 2001; DOMENE, 2008).

Estudo realizado em 2008 com manipuladores de alimentos de escolas estaduais de Chapecó (SC), observou que o potencial dos manipuladores de alimentos para a educação em saúde permanece inexplorado e que elas não enxergam a relação entre o alimento e o ato de alimentar com alguma possibilidade de aprendizado. Tal fato pode estar associado ao tipo de capacitação que recebem, à sobrecarga de trabalho e a desvalorização de suas atividades, além da baixa escolaridade e o desgaste físico (TEO; SABEDOT; SCHAFER, 2010).

Uma pesquisa desenvolvida com coordenadores e diretores escolares do município de Guarulhos (SP) em 2007 observou que, das 13 escolas estudadas, todas referiram ter atividades relacionadas à alimentação previstas em seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP). Entretanto, os autores concluíram que as iniciativas citadas se mostraram verticalizadas e prescritivas, indicando a importância de instrumentalizar e empoderar os coordenadores e diretores escolares em relação aos aspectos que envolvem a alimentação e a nutrição, uma vez que conceitos norteadores para EAN como o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), não foram bem compreendidos pelos entrevistados (IULIANO; MANCUSO; GAMBARDELLA, 2009).

Davanço et al. (2004), ao analisarem os conhecimentos sobre nutrição de professores expostos e não expostos a um programa educativo, observaram que os participantes do grupo exposto se apresentaram mais preparados conceitualmente e sensibilizados quanto o papel do professor e da escola na promoção de hábitos saudáveis. Segundo o estudo, o conhecimento das informações pelos professores favoreceu a tomada de consciência e atitudes no sentido de trabalhar o tema alimentação e nutrição no currículo escolar.

O estreitamento da relação entre os diversos atores sociais, bem como a construção dos saberes devem ser elaborados de forma transversal no ambiente escolar com o auxílio do nutricionista e com a inclusão desse tema no PPP, para que possa ser garantida a sustentabilidade das ações dentro e fora da sala de aula, bem como conferir maior efetividade e abrangência às atividades de EAN na escola (BOOG, 2008; IULIANO; MANCUSO; GAMBARDELLA, 2009).

2.2.3 A inserção da educação alimentar e nutricional no Projeto Político Pedagógico: uma interação possível e necessária

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento construído pela comunidade escolar, que visa organizar o trabalho pedagógico da escola por meio de decisões democráticas, de modo a superar os conflitos, as relações autoritárias e a fragmentação do ensino (BARBOSA, 2011; VEIGA; RESENDE, 2006).

O PPP é considerado *político*, devido aos compromissos com a formação do cidadão para a sociedade e *pedagógico* por definir ações educativas e características necessárias às escolas para cumprirem seus objetivos e intenções (VEIGA; RESENDE, 2006).

Assim, ao refletir criticamente sobre o papel do PPP, percebe-se que o mesmo sustenta diferentes significações no espaço escolar, incluindo o planejamento institucional, cumprimento de normas, currículo escolar, autonomia da escola e espaço de decisão compartilhada. Desta forma, é um instrumento que define as intencionalidades, as estratégias, as prioridades, e os objetivos educacionais (BARBOSA, 2011; VEIGA; RESENDE, 2006).

No que se refere à inserção da educação alimentar e nutricional (EAN) no PPP, destaca-se que essa ação além de possível é necessária. A implementação dessa proposta na escola requer uma construção coletiva do conhecimento sobre alimentação e nutrição, fruto de um planejamento didático participativo, que reconhece a singularidade da escola, do aluno e da comunidade escolar (BIZZO, LEDER; 2005).

Enquanto prática social e diária, a alimentação deve aparecer no currículo escolar de forma integrada com outros saberes que são tradicionalmente conhecidos como permanentes no cenário educativo. A política curricular expressa o grau de legitimidade da escola, portanto o PPP ao assumir a EAN como uma estratégia educativa, precisa adotar uma linguagem dialógica, significativa e problematizadora, que propositivamente vale-se do conhecimento prévio do aluno, da realidade escolar e do senso crítico (BARBOSA et al., 2013; BIZZO, LEDER; 2005).

Estudo realizado no Distrito Federal (DF) com o objetivo de descrever as estratégias utilizadas pelas escolas públicas e privadas na promoção de uma alimentação saudável, encontrou que 78% das escolas entrevistadas referiram incluir a temática saúde e alimentação saudável no currículo escolar. Apesar do

resultado satisfatório, o estudo não avaliou se essa inclusão ocorreu de maneira contínua e transdisciplinar conforme é preconizado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (SILVA et al., 2013).

Partindo dessa reflexão, um estudo desenvolvido em Santa Catarina (SC), fez uma análise documental dos PPPs de escolas públicas e observou que os documentos de um modo geral buscaram um embasamento teórico na concepção dos PCNs e na proposta curricular do município. Por outro lado, os PPPs não apresentaram o detalhamento referente às práticas a serem desenvolvidas, e com relação à temática alimentação e nutrição não especificaram se esta faz parte dos temas transversais a serem trabalhados na escola, deixando livre para os educadores incluírem ou não no plano de ensino (PICCOLI; JOHANN; CORRÊA, 2010).

Pesquisa desenvolvida no estado de São Paulo (SP) analisou a abordagem do tema alimentação e nutrição no material didático de escolas públicas do estado. Com relação à qualidade das informações transmitidas, o material didático apresentou os temas e as atividades a serem trabalhadas, sendo que os conteúdos a serem discutidos deveriam ser pesquisados pelo próprio professor e aluno (FIORE et al., 2012).

Com o intuito de verificar como os professores de escolas públicas estaduais buscam informações sobre alimentação para trabalhar na sala de aula, estudo realizado em 2008 encontrou que 70,3% dos entrevistados fazem uso da *internet* e do livro didático; 64,9% utilizam revistas; 48,6% jornais; 29,7% buscam informações em folders e 21,6% fazem o uso de outros instrumentos, tais como cartilhas sobre o assunto. Apesar desses recursos serem de fácil acesso e reprodução, as falas dos entrevistados expressaram a necessidade da presença do nutricionista nas orientações e nas mediações dos processos educativos sobre Nutrição. Quanto aos recursos de comunicação utilizados pelos professores, deve-se ter um olhar criterioso sobre as informações vinculadas a esses meios, devido à fidedignidade dos conteúdos, e da falta de embasamento científico e técnico das informações (PICCOLI; JOHANN; CORRÊA, 2010).

Uma questão importante com relação ao PPP e às ações educativas no currículo escolar refere-se à dificuldade que os educadores da escola possuem em aplicar o que foi proposto no projeto em sua prática diária. Partindo disso, verifica-se a importância do desenvolvimento de estratégias de educação permanente em

saúde, de modo a favorecer maior segurança e conhecimento para os educadores desenvolverem as temáticas de saúde e nutrição no ambiente escolar (BERNARDON et al., 2009).

O currículo escolar tem por finalidade desenvolver um conjunto de competências e habilidades de compreensão e reflexão, portanto ao completar o PPP, na busca pela interdisciplinaridade e transdisciplinariedade, deve-se entender e considerar o projeto como um processo inacabado, sempre em construção, cujos resultados são gradativos e mediatos (VEIGA; RESENDE, 2006).

Desta forma, entende-se que, para nortear a EAN na escola, o PPP emerge como um importante instrumento de democratização e organização desse tema. A abordagem alimentar e nutricional, ao perpassar pelo currículo escolar, transforma-se em um elemento de promoção da saúde e de empoderamento do indivíduo, sobre sua saúde, suas escolhas e seu comportamento alimentar (BARBOSA et al., 2013; BIZZO, LEDER; 2005).

2.3 PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Embora haja uma preocupação sobre as bases teóricas e metodológicas que permeiam as ações de EAN, expressa pelo Marco de Referência de EAN para as políticas públicas e também por parte dos pesquisadores e profissionais, observa-se ainda a permanência de métodos tradicionais baseados na transmissão de informações, utilizando técnicas como palestras, aulas e orientações isoladas, em detrimento de iniciativas participativas, transformadoras, críticas, que proporcionem os estímulos adequados e valorizem o lúdico (BOOG, 1997; IULIANO; MANCUSO; GAMBARDELLA, 2009; MDS, 2012; SANTOS, 2012).

Santos (2005), destaca que, apesar da EAN ser descrita como uma estratégia importante, o seu espaço não é claramente definido: *“a educação alimentar e nutricional está em todos os lugares e, ao mesmo tempo, não está em lugar nenhum”*. A fragilidade da formação do profissional nutricionista devido à ausência de uma base teórica consolidada, dinâmica e reflexiva que respalde suas ações, é um desafio a ser superado. A disciplina de educação alimentar e nutricional nos cursos de graduação em Nutrição ainda necessita transcender para uma abordagem

pedagógica que saia da superficialidade e avance para a formação de um profissional generalista e crítico, capaz de compreender a socioantropologia da alimentação (BRASIL, 2001; FERREIRA; MAGALHÃES, 2007; SANTOS, 2005).

As práticas alimentares dos indivíduos são resultados de decisões relacionadas à cultura alimentar, ao convívio social e às transformações decorridas do acesso à comunicação popular e científica. A EAN além de proporcionar o acesso à informação permite o empoderamento dos indivíduos para que atuem com independência sobre suas escolhas alimentares (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2008).

As perspectivas de uma EAN transformadora supõem a instrumentalização dos alunos, de modo abrangente, interdisciplinar dentro e fora da sala de aula, com uso de metodologias inovadoras pautadas na realidade e no contexto escolar. A EAN deve ser uma prática cotidiana, que não se delimita a uma disciplina e/ou projetos específicos, deve ser uma ação permanente (JUZWIAK, 2013; SANTOS, 2005; BERNADORNI et al., 2009).

Para superar o foco pouco reflexivo que tem marcado, ao longo do tempo, a abordagem tradicional das ações de EAN na escola, parece ser oportuno o desenvolvimento de estudos que busquem conhecer a realidade destas práticas, para que, a partir deste olhar, se criem espaços institucionais de planejamento, implantação, avaliação e aprimoramento dos profissionais (BOOG, 1997; BOOG, 2011).

Partindo desta reflexão, este estudo se propõe a investigar como as ações de EAN são realizadas no âmbito do PNAE nas diferentes regiões brasileiras, e quais elementos encontram-se inseridos nessas práticas.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as ações de educação alimentar e nutricional realizadas no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar em escolas e creches de municípios brasileiros.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Descrever as ações de educação alimentar e nutricional e sua frequência nas escolas e creches do Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- ✓ Identificar os atores sociais responsáveis por coordenar e executar as ações de educação alimentar e nutricional no Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- ✓ Analisar os fatores que influenciam a inclusão da educação alimentar e nutricional no Projeto Político Pedagógico das escolas e creches do Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- ✓ Identificar as dificuldades para a realização das ações de educação alimentar e nutricional no Programa Nacional de Alimentação Escolar.

4 MATERIAL E MÉTODOS

4.1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO MATRIZ

Este estudo é um recorte da pesquisa maior intitulada “Avaliação das ações de educação alimentar e nutricional no Programa Nacional de Alimentação Escolar”, desenvolvida pelo Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás e Região Centro-Oeste (CECANE UFG/Centro-Oeste) da Faculdade de Nutrição da UFG, financiada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (FNDE/MEC).

A pesquisa maior foi desenvolvida no período de abril de 2012 a novembro de 2013, com o objetivo de avaliar as ações de educação alimentar e nutricional realizadas nos municípios brasileiros, conforme disciplinado no Artigo 2 (inciso II) e Artigo 17 (inciso III) da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009.

A população do estudo foi composta por profissionais capazes de informar sobre a inclusão da EAN no PNAE em municípios das cinco regiões brasileiras, tendo prioridade na entrevista o nutricionista da alimentação escolar. Na sua ausência, entrevistou-se o gestor local do PNAE, como o coordenador da alimentação escolar ou o secretário municipal de educação.

Para o cálculo amostral (n) utilizou-se a seguinte fórmula:

$$n = \frac{\left(\frac{z_{\alpha}}{2}\right)^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 \cdot (N - 1) + \left(\frac{z_{\alpha}}{2}\right)^2 \cdot p \cdot q}$$

Que teve como parâmetros:

$\frac{z_{\alpha}}{2}$ = percentil da distribuição normal associado a um nível de confiança de 95%, igual a 1,96;

p = porcentagem de 50% pela qual o fenômeno de EAN ocorre nos municípios, utilizado quando se desconhece a proporção que se pretende estimar (COCHARAN, 1977).

$$q = 1 - p$$

N = total de municípios brasileiros, tendo como base o quantitativo desses na fase inicial da pesquisa, em 2011 (IBGE, 2010a);

e = erro de estimativa amostral de 5%.

Ao valor calculado foram acrescentados 20% (PEREIRA, 2002), para compensar as possíveis perdas durante a coleta de dados, ocasionadas pela recusa dos entrevistados em participar da pesquisa. A amostra final foi de 432 municípios (Figura 1) correspondentes a aproximadamente 8% dos municípios brasileiros.

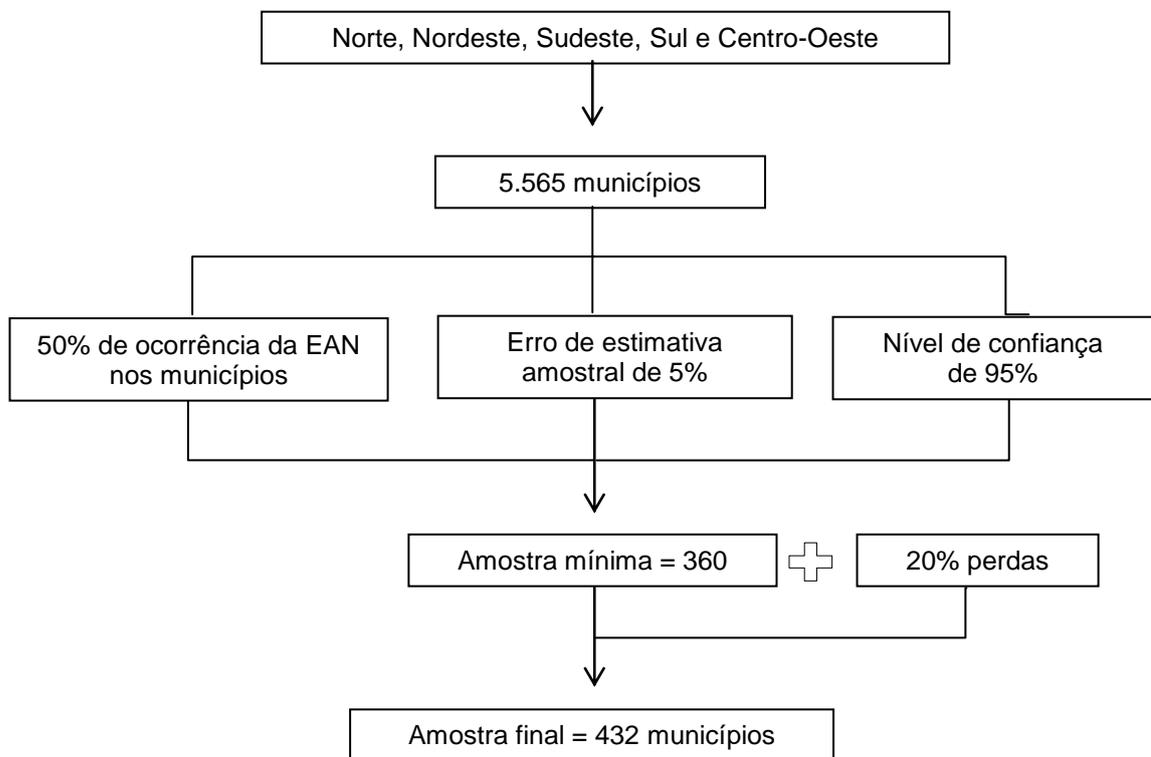


Figura 1. Fluxograma do delineamento da amostragem da pesquisa. Brasil, 2012.

Para a composição da amostra, incluiu-se previamente as 26 capitais brasileiras e o Distrito Federal, sendo posteriormente acrescentados 405 municípios obtidos em um sorteio aleatório, obedecendo à proporção de municípios por região brasileira (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição do número de municípios brasileiros e amostra estimada por região brasileira. Brasil, 2012.

Região	Brasil		Amostra	
	N	%	N	%
Norte	449	8,1	35	8,1
Nordeste	1.794	32,2	139	32,2
Sudeste	1.668	30,0	130	30,0
Sul	1.188	21,3	92	21,3
Centro-Oeste	466	8,4	36	8,4
Total	5565	100,0	432	100,0

Fonte: IBGE, 2010b.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado (Apêndice A), pela equipe composta por nutricionistas e estudantes do curso de graduação em Nutrição. As entrevistas foram realizadas por telefone, utilizando como ferramenta para ligação o *software Skype* e para a gravação dos áudios o *software MP₃ Skype Recorder*. Em cada município houve um máximo de dez tentativas de contato, em dias e horários alternados.

Para garantir a qualidade dos dados coletados, foi elaborado um Manual do Entrevistador (Apêndice B), a ser utilizado no treinamento da equipe de trabalho e também para a consulta durante as entrevistas. O questionário foi testado em estudo piloto com seis nutricionistas de municípios do estado do Tocantins que não entraram na amostra.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFG (CEP/UFG) sob Protocolo nº 276/2011 (Anexo A). Por tratar-se de entrevista telefônica, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi substituído pelo Consentimento Verbal (Apêndice C), obtido no contato telefônico com os entrevistados e gravado em meio digital. Aos entrevistados foi esclarecido que a finalidade da gravação era o controle de qualidade da pesquisa e o registro do consentimento de participação.

4.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Esta pesquisa refere-se à dissertação de mestrado intitulada “Ações de Educação Alimentar e Nutricional do Programa Nacional de Alimentação Escolar”. Trata-se de um estudo transversal, descritivo e analítico.

4.3 POPULAÇÃO ALVO

Os municípios brasileiros inseridos no Programa Nacional de Alimentação Escolar foram a população alvo desta pesquisa, cuja unidade informante foram os nutricionistas vinculados ao setor de alimentação escolar.

As entrevistas foram realizadas por meio dos contatos telefônicos da Secretaria Municipal de Educação e/ou Setor da alimentação escolar. Em situações não previstas, as ligações foram direcionadas e/ou agendadas para o contato telefônico particular do profissional.

4.4 AMOSTRAGEM DA PESQUISA

A amostra do presente estudo corresponde à amostragem do projeto maior, sendo que foram considerados somente os municípios nos quais o nutricionista foi o entrevistado, perfazendo o total de 388 municípios brasileiros, ou seja, 89,8% da amostra total.

Os 388 municípios foram distribuídos proporcionalmente entre as regiões brasileiras, sendo 7,5% (n=29) na Região Norte; 30,9% (n=120) no Nordeste; 29,6% (n=115) no Sudeste; 23,7% (n=92) no Sul e 8,2% (n=32) municípios pertencentes ao Centro-Oeste. As perdas ocorridas encontram-se dentro da estimativa proposta, visto que com o cálculo do Intervalo de Confiança Proporcional da Amostra percebeu-se que a amostra obtida satisfaz à condição de proporcionalidade por região brasileira (Quadro1).

Quadro 1. Cálculo do Intervalo de Confiança Proporcional da Amostra.

Região	Amostra		Intervalo de Confiança Proporcional	
	N	%	Mínimo (%)	Máximo (%)
Norte	29	7,5	7,3	8,7
Nordeste	120	30,9	30,0	33,4
Sudeste	115	29,6	28,7	31,2
Sul	92	23,7	20,3	22,4
Centro-Oeste	32	8,2	7,6	9,1

4.5 VARIÁVEIS DA PESQUISA

As variáveis foram extraídas do questionário do projeto matriz (Apêndice A). A descrição das questões abordadas encontra-se no Quadro 2. Vale ressaltar que as possibilidades de respostas para as variáveis não foram citadas e/ou viabilizadas no momento da entrevista, buscando não induzir a resposta ao entrevistado, sendo portanto possível, ser indicada mais de uma resposta.

Quadro 2. Descrição das variáveis utilizadas no estudo. Brasil, 2014.

VARIÁVEL	NÚMERO DA QUESTÃO*	DESCRIÇÃO
Regiões Brasileiras	Encontra-se no cabeçalho inicial do questionário**	Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.
Educação alimentar e nutricional	10, 22 e 23	Realização de educação alimentar e nutricional Se sim, o tipo de ação educação alimentar e nutricional realizada. Foram categorizadas em: palestras, atividades lúdicas (jogos, brincadeiras, teatros), oficina de arte culinária, hortas escolares, eventos (semana da alimentação e feira de ciências), formação da comunidade escolar, elaboração de murais, informativos e/ou reuniões com os pais, outras ações e, outras respostas.
Frequência da educação alimentar e nutricional	17	Frequência da realização das ações de educação alimentar e nutricional nas escolas e creches, sendo categorizadas: Mensal - uma vez ou mais no mês; Semestral – uma vez no semestre Anual - uma vez no ano. Não sabe
Orientação para realizar a educação alimentar e nutricional	18 e 19	Se as escolas e creches recebem orientação para realizar educação alimentar e nutricional, Se sim, a forma como são orientadas a realizarem estas ações. Sendo categorizadas em: conversas informais com a comunidade escolar, reuniões pedagógicas, informativos a equipe pedagógica das escolas, atividades de formação sobre alimentação saudável aos professores e coordenadores pedagógicos, projetos sobre alimentação e/ou cronograma pré-estabelecido, visitas técnicas as escolas, e outros.
Educação alimentar e nutricional no Projeto Político Pedagógico	24, 25 e 26	Inclusão da educação alimentar e nutricional no Projeto Político Pedagógico, sendo sim ou não; Se sim, em quais disciplinas: língua portuguesa, matemática, ciência/biologia, história, geografia, artes, educação física, língua estrangeira, outras.

Atores sociais envolvidos nas ações de educação alimentar e nutricional	20, 21, 27 e 28	Sabe informar quais os atores sociais que coordenam e executam as ações de educação alimentar e nutricional nas escolas e creches, sendo sim ou não; Se sim, quais os atores sociais: nutricionista (RT), coordenador pedagógico, diretor escolar, professor, gestor do PNAE, estudantes de nutrição, estudantes de outros cursos de graduação, dono/trabalhador da cantina escolar, manipulador de alimentos, profissionais da saúde e outros.
Dificuldades para realizar educação alimentar e nutricional	30	As dificuldades para a realização das ações de educação alimentar e nutricional nas escolas e creches. Sendo categorizadas em: falta de tempo do nutricionista, falta de condições de trabalho (baixa remuneração, ausência de auxílio transporte, falta de infraestrutura, recursos didáticos e físicos nas escolas), presença de nutricionista recém-contratada, quadro técnico insuficiente, outros motivos.

* corresponde ao número da questão no questionário.

** Para categorizar as regiões brasileiras, considerou-se o número do questionário, o nome do município e do estado.

4.6 ANÁLISE ESTATÍSTICA

Os dados foram duplamente digitados no software *Epi-info* 3.5.4 e a checagem da consistência entre os bancos de dados foi realizada pelo comando *data compare*. Os valores discrepantes encontrados foram averiguados por meio de consulta aos questionários e correção no banco de dados.

As análises estatísticas foram realizadas com o auxílio do *software Data Analysis and Statistical Software (Stata) SE®*, versão 12.0. Os resultados das análises descritivas foram expressos em frequência e porcentagens.

Para verificar a associação das ações de educação alimentar e nutricional (EAN) com as regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), foram usados os testes do χ^2 de Pearson ou Exato de Fisher quando aplicáveis.

Para analisar os fatores que influenciam na inclusão da EAN no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas e creches, utilizou-se o modelo de regressão logística. Nesse modelo, considerou-se como variável desfecho a inserção da EAN no PPP e como variáveis independentes as regiões brasileiras, a forma de

orientação para a realização das ações de EAN, os atores sociais que coordenam e executam as ações de EAN e a frequência destas ações.

Para a regressão logística, verificou-se a colinearidade de todas as variáveis independentes com a variável de desfecho. Não foi encontrada multicolinearidade entre as variáveis, tornando os dados confiáveis para a regressão logística. Inicialmente, fez-se a análise bivariada, estimando os valores de *odds ratio* bruto com intervalo de confiança de 95%. As variáveis que apresentaram significância estatística com ($p < 0,20$) na análise bivariada foram previamente selecionadas para a análise multivariada. Aquelas variáveis com significância estatística ($p < 0,05$) na análise multivariada foram mantidas para o modelo final de regressão. No modelo final de regressão, as variáveis que apresentaram nível de significância menor que 5% foram consideradas associadas à inclusão da EAN no PPP.

REFERÊNCIAS

- AÇÃO FOME ZERO. **Boletim de desempenho: Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar 2012**. São Paulo: ano 6, n. 6, dez. 2012. Disponível em: http://acaofomezero.org.br/wp/wpcontent/uploads/2013/09/BoletimDesempenho_Premio2012.pdf. Acesso em: 01 nov.2013.
- ALBUQUERQUE, A. G.; PONTES, C.M.; OSORIO, M. M. Knowledge of educators and dieticians on food and nutrition in the school environment. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v.26, n.4, p.291-300, 2013.
- ARRUDA, B. K. G.; ARRUDA, I. K. G. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 7, n.3, p. 319-326, 2007.
- BARBOSA, N. V. S.; MACHADO, N. M. V.; SOARES, M. C. V.; PINTO, A. R. R. Alimentação na escola e autonomia – desafios e possibilidades. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v.18, n.4, p.937-945, 2013.
- BARBOSA, S. W. X. **Projeto Político Pedagógico como espaço discursivo na prática social na escola**. Espaço do Currículo, v. 3, n.2, p.669-672, 2011.
- BELIK, W.; CHAIM, N. A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 22, n. 5, p. 595-607, 2009.
- BERNARDON, R.; SILVA, J. R. M.; CARDOSO, G. T.; MONTEIRO, R. A.; AMORIM, N. F. A.; SCHMITZ, B. A. S.; RODRIGUES, M. L. C. F. Construção de metodologia de capacitação em alimentação e nutrição para educadores. **Revista de nutrição**, Campinas, v.22, n.3, 389-398, 2009.
- BIZZO, M. L. G.; LEDER, L. Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. **Revista de Nutrição**, v.18, n.5, p.661-667, 2005.
- BOOG, M.C.F. Educação em nutrição: por que e para quê? In:_____. **Educação em nutrição: integrando experiências**. Campinas, São Paulo: Komedi, 2013, p. 21-37.
- BOOG, M.C.F. Histórico da educação alimentar e nutricional no Brasil. In: DIEZ-GARCIA, R.W.; CERVATO-MANCUSO, A.M. VANNUCHI, H. **Mudanças alimentares e educação nutricional**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011, p. 66-72.
- BOOG, M. C. F. Programa de educação nutricional em escolas de ensino fundamental de zona rural. **Revista de Nutrição**, v.23, n.6, p.1005-1017, 2010.
- BOOG, M. C. F. **O professor e a alimentação escolar: ensinando a amar a terra e o que a terra produz**. Campinas: Komedi, 2008. 95 p.

BOOG, M. C. F. Educação nutricional: passado, presente, futuro. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 5-19, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escola aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF: MEC, 2013.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2009.

_____. Previdência da República. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola e dá outras providências. Brasília, DF: 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em: 01 jan. 2014.

_____. Ministério da Saúde e Ministério da Educação. **Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006**. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília, DF: 2006a. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-1010.htm>>. Acesso em: 10 set. 2013.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vista a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada e dá outras providências. Brasília, DF: 2006b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso em 02 set. 2013.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 5, de 7 de novembro de 2001**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES05.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2012.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994**. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. Brasília, DF: 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8913.htm>. Acesso, 04 set. 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991**. Regulamenta a profissão de nutricionista e determina outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/eficiente/sites/cfn/pt-br/site.php?secao=leis&pub=95>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955**. Institui a Campanha de Merenda Escolar. Rio de Janeiro, RJ: 1955. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 5 ago. 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 5 ago. 2013.

CAISAN - CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Brasil). **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – 2012/2015**. Brasília, DF: CAISAN, 2011. 132p.

CAMOSSA, A. C. A.; COSTA, F. N. A.; OLIVEIRA, P. F.; FIGUEIREDO, T. P. Educação Nutricional uma área em desenvolvimento. **Alimentos e Nutrição**, Araraquara. v.16, n.4, p.349-354, 2005.

CAMPOS, F. C. C.; FARIA, H. P.; SANTOS, M. A. **Planejamento e avaliação das ações em saúde**. Belo Horizonte, MG: NESCON, 2010.p.114.

CASTRO, I. R. R.; SOUZA, T. S. B.; MALDONADO, L. A.; CANINE, E. S.; ROTENBERG, S.; GUGELMIN, S. A. A culinária na promoção da alimentação saudável: delineamento e experimentação de método educativo dirigido a adolescentes e a profissionais das redes de saúde e de educação. **Revista de Nutrição**, v. 20, n. 6, p. 571-588, 2007.

CFN - CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução CFN nº 465/2010**. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. Brasília, DF: CFN, 2010. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/novosite/arquivos/Resol-CFatribuicanutricionistaPAE.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

CHAVES, L. G.; SANTANA, T. C. M.; GABRIEL, C. G.; VASCONCELOS, F. A. G. Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 917-926, 2013.

COCHARAN, W. G. Sampling techniques. In: _____. **The estimation of sample size**. 3. ed. Canadá: John Wiley & Sons, Inc, 1977. Cap. 4, 72-88.

COSTA, E. Q.; RIBEIRO, V. B.; RIBEIRO, E. C. O. Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.14, n. 3, p. 225-229, 2001.

DAVANÇO, G. M.; TADDEI, J. A. A. C.; GAGLIANONE, C. P. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a Curso

de Educação Nutricional. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 17, n.2, p.177-184, 2004.

DETRREGIACHI, C.R.P; BRAGA, T.M.S. Projeto “criança saudável, educação dez”: resultados com e sem intervenção do nutricionista. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 24, n.1, p. 51-59, 2011.

DOMENE, S. M. A. A escola como ambiente de promoção da saúde e educação nutricional. **Revista Psicologia**, São Paulo, v.19, n.4, p.505-517, 2008.

FERNANDES, P. S.; BERNARDO, C. O.; CAMPOS, R. M. M. B.; VASCONCELOS, F. A. G. Avaliação do efeito da educação nutricional na prevalência de sobrepeso/obesidade e no consumo alimentar de escolares de ensino fundamental. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 85, n. 4, p. 315-321, 2009.

FERREIRA, V. A.; MAGALHÃES, R. Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais. **Caderno de Saúde Pública**, v.23, n.7, p.1674-1681, 2007.

FREITAS, M. C. S.; MINAYO, M. C. S.; RAMOS, L. B. et al. Escola: lugar de estudar e de comer. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v.18, n.4, p.979-985, 2013.

IORE, E. G.; JOBSTRAIBIZER, G. A.; SILVA, C. S.; MANCUSO-CERVATO, A. M. Abordagem dos temas alimentação e nutrição no material didático do Ensino Fundamental: interface com segurança alimentar e nutricional e parâmetros curriculares nacionais. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.21, n.4, p.1063-1074, 2012.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Alimentação Escolar. **Histórico**. Brasília, DF: FNDE, 2013. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>. Acesso em: 19 de ago. 2013.

GABRIEL, C. G.; SANTOS, M. V.; VASCONCELOS, F. A. G. Avaliação de um programa para promoção de hábitos alimentares em escolares de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 8, n. 3, p. 299-308, 2008.

GAGLIANONE, C. P.; TADDEI, J. A. A. C.; COLUGNATI, F. A. B.; MAGALHÃES, C. G.; DAVANÇO, G. M.; MACEDO, L.; LOPEZ, F. A. Nutritional education in public elementary schools of São Paulo, Brazil: the reducing risks of illness and death in adulthood project. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.19, n.3, p.309-320, 2006.

GALLINA, L. S.; TEO, C. R. P. A.; MUNARO, P. S.; OLIVEIRA, V. S. H. Representações sobre Segurança Alimentar e Nutricional nos discursos de um Conselho de Alimentação Escolar. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.12, n.1, p.89-102, 2012.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População. **Censos demográficos 2010**. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/>

censo2010/tabelas_pdf/Brasil_tab_1_1.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2013.

IULIANO, B. A.; CERVATO-MANCUSO, A. M.; GAMBARDELLA, A. M. D. Educação nutricional em escolas públicas de ensino fundamental do município de Guarulhos-SP. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 264-272, 2009.

JUZWIAK, C. R. Era uma vez...Um olhar sobre o uso de contos de fada como ferramenta de educação alimentar e nutricional. **Revista Interface, Comunicação, Saúde e Educação**, v.17, n.45, p.473-484, 2013.

LIMA, E. S.; OLIVEIRA, C. S.; GOMES, M. C. R. Educação nutricional: da ignorância alimentar à representação social na prática da pós graduação do Rio de Janeiro (1980-98). **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 603-635, 2003.

MAGALHAES, A. P.A.; MARTINS, K. C.; CASTRO, T. G. Educação alimentar e nutricional crítica: reflexões para intervenções em alimentação e nutrição na atenção primária à saúde. **Revista Mineira de Enfermagem**, v.16, n.3, 2012.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. 126p.

MELLO, A. L.; JUNIOR, P. O. V.; SAMPAIO, L. R.; SANTOS, L. A. S.; FREITAS, M. C. S. *et. al.* Perfil do nutricionista do programa nacional de alimentação escolar na região Nordeste do Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.25, n. 1, p. 119-132, 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. 84 p. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan2011.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2013.

_____. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Coordenação Geral de Doenças e Agravos Não Transmissíveis. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. 148 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

_____. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pacto volume7.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2013.

_____. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Série B. Textos Básicos de Saúde, Brasília, 2ª edição, 2003. Disponível em: <http://nutricao.saude.gov.br/docs/geral/pnan.pdf>. Acesso em 24 set. 2013.

_____. **As cartas da promoção da saúde**. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002. 56 p.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (Brasil). Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: MDS, 2012. 68p.

MUNIZ, V.M; CARVALHO, A. T. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em município da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do programa. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.20, n. 3, p. 119-132, 2007.

OLIVEIRA, S. I.; OLIVEIRA, K. S.; Novas perspectivas em Educação alimentar e Nutricional. **Revista de Psicologia da Universidade de São Paulo**, v.19, n. 4, p. 495-504, 2008.

PEDRAZA, D. F.; ANDRADE, S. L. L. S. A alimentação escolar analisada no contexto de um programa de alimentação e nutrição. **Revista Brasileira de Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 19, n. 3, p. 164-174, 2006.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relator do gestor nacional. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n.4, p.909-916, 2013.

PEIXINHO, A.; BALABAN, D.; RIMKUS, L.; SCHWARTZMAN, F.; GALANTE, A.P. Alimentação Escolar no Brasil e nos Estados Unidos. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v.35, n.2, p.128-136, 2011.

PEREIRA, M. G. Epidemiologia: Teoria e Prática. In:_____. **Seleção dos participantes para estudo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. Cap. 16, 337-357.

PICCOLI, L.; JOHANN, R.; CORRÊA, E. N. Education on nutrition in the first grades of public schools of two towns in the west of the state of Santa Catarina. **Nutrire: Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 1-15, 2010.

RAMOS, F. P.; SANTOS, L. A. S.; REIS, A. B. C. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.29, n.11, p. 2147 – 2161, 2013.

SANTOS, K. F.; BOGUS, C. M. A percepção de educadores sobre a escola promotora de saúde: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v.17, n.3, p.123-133, 2007.

SANTOS, L. A. S. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n.2, p. 453-462, 2012.

SANTOS, L.A.S. Educação Alimentar e Nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 5, p. 681-691, 2005.

SCARPARO, A. L. S.; OLIVEIRA, V. R.; BITTENCOURT, J. M. V.; RUIZ, E. N. F.; FERNANDES, F. P.; ZYS, J. Z.; MOULIN, C. C. Formação para nutricionista que atuam no Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma avaliação da efetividade. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n.4, p.1001- 1008, 2013.

SCHMITZ, B. A. S.; RECINE, E.; CARDOSO, G. T.; SILVA, J. R. M.; AMORIM, N. F. A.; BERNARDON, R.; RODRIGUES, M. L. C. F. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, sup. 2, p. 312S-322, 2008.

SILVA, U. S.; MONEGO, E. T.; SOUSA, L. M. **Ações de Educação Alimentar e Nutricional no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios Goianos**. 2013. 121f. Dissertação (Mestrado em Nutrição e Saúde) – Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Goiás, 2013.

SILVA, J. R. M.; SCHMITZ, B. A. S., RODRIGUES, M. L. C.; GABRIEL, C. G. Promotion of healthy eating at schools in the Federal District do Brasil. **Revista de Nutrição**, v.26, n.2, p. 145-158, 2013.

SILVEIRA, J. A. C.; TADDEI, J. A. A. C.; GUERRA, P. H. G.; NOBRE, M. R. C. The effect of participation in school-based nutrition education interventions on body mass index: A meta-analysis of randomized controlled community trials. **Preventive Medicine**, v. 56, p.237-243, 2013.

TEO, C. R. P. A.; SABEDOT, F. R. B.; SCHAFER, E. Merendeiras como agentes de educação em saúde da comunidade escolar: potencialidades e limites. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v.11, n.2, p.11-20, 2010.

VEIGA, I. M. A.; RESENDE, L. M. G. **Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico**. São Paulo: Papirus editora, 2006. 10. Ed. 199p.

VOOS, A. C. **Atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no estado do RS**. 2009. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Saúde Pública) - Faculdade de Medicina, Departamento de Medicinal Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

YOKOTA, R. T. C.; VASCONCELOS, T. F.; PINHEIRO, A. R. O.; SCHMITZ, B. A. S.; COITINHO, D. C.; RODRIGUES, M. L. C. F. Projeto “a escola promovendo hábitos alimentares saudáveis”: comparação de duas estratégias de educação nutricional no Distrito Federal, Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 23, n. 1, p. 37-47, 2010.

ZACUL, M. S.; OLIVEIRA, J. E. D. Considerações sobre ações atuais de educação alimentar e nutricional para adolescentes. **Revista Alimentos e Nutrição**, Araraquara, v. 18, n.2, p.223-227, 2007.

CAPÍTULO 2 – ARTIGO 1

O manuscrito será submetido ao periódico *Journal of Nutrition Education and Behavior* (ISSN: 1499-4046), Qualis - Capes na área de Nutrição B1 e fator de impacto, segundo ISI/Web of Knowledge, de 1.474. As instruções aos autores para submissão de manuscritos neste periódico estão apresentadas no Anexo B.

Título completo do manuscrito: Educação Alimentar e Nutricional no Programa Nacional de Alimentação Escolar: um panorama Brasileiro.

Autores: Géssica Mercia de Almeida¹; Estelamaris Tronco Monego²; Lucilene Maria de Sousa².

¹Mestranda do Programa de Pós Graduação em Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Goiás; ²Professora da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás.

Endereço institucional: Programa de Pós Graduação em Nutrição e Saúde. Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás. Rua 227, quadra 68, s/nº Setor Leste Universitário. CEP: 74605-080. Goiânia - GO

Endereço para correspondência: Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás. Rua 227, quadra 68, s/nº Setor Leste Universitário. CEP: 74605-080. Goiânia - GO. E-mail: gessicamercia@gmail.com

Categoria: Research Article

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM PANORAMA BRASILEIRO

Objetivo: Analisar as ações de educação alimentar e nutricional (EAN) realizadas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em municípios brasileiros.

Delineamento: Estudo transversal, descritivo e analítico, realizado por meio de entrevistas telefônicas.

Local: Municípios das cinco regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste).

Participantes: Nutricionistas do PNAE (n=388).

Principais variáveis: Ações de EAN e sua frequência, atores sociais envolvidos, forma de orientação para a realização da EAN, inclusão da EAN no Projeto Político Pedagógico (PPP) e dificuldades para desenvolvimento da EAN.

Análises: Teste do χ^2 de Person ou Exato de Fisher e regressão logística multivariada, com nível de significância $p < 0,05$.

Resultados: A maioria dos municípios (85,1%) realiza EAN, com diferenças estatísticas entre as regiões brasileiras ($p=0,04$). As ações são desenvolvidas predominantemente por meio de palestras, com frequência semestral, e com a participação do coordenador pedagógico e do professor. Dificuldades como falta de tempo, de condições de trabalho e de profissionais, foram relatadas no desenvolvimento da EAN.

Conclusões e implicações: As ações de EAN estão voltadas para o modelo tradicional e tem baixa articulação com o currículo escolar. Sugere-se, o uso de orientações e estratégias problematizadoras, que favoreçam a autonomia, a reflexão e a transversalidade da EAN na escola.

Palavras-chave: school, children, curriculum, health education, feeding.

FOOD AND NUTRITION EDUCATION ON THE NATIONAL SCHOOL FEEDING PROGRAM: A BRAZILIAN PANORAMA

ABSTRACT

Objective: To analyze the actions of Food and Nutrition Education (FNE) conducted under the National School Feeding Programme (NSFP) in Brazilian towns.

Design: Cross-sectional descriptive and analytical study, conducted through telephone interviews.

Setting: Towns of the five Brazilian regions (North, Northeast, Southeast, South and Midwest).

Participants: Nutritionists of NSFP (n = 388).

Main Outcome Measure(s): Actions of FNE and frequency, social actors involved, form of guidance for the conduct of FNE, FNE inclusion of the Political Pedagogical Project (PPP) and difficulties for the development of FNE.

Analysis: χ^2 Person's test or Fisher's test and multivariate logistic regression, with significance level $p < 0.05$.

Results: Most towns performs FNE, with statistical differences between Brazilian regions ($p = 0.04$). Actions are developed predominantly through lectures, with biannual frequency, and with the participation of the pedagogical coordinator and teacher. Difficulties such as lack of time, working conditions and professional, have been reported in the development of EAN.

Conclusions and Implications: The actions of FNE are focused on the traditional model and have low articulation with the school curriculum. It is suggested the use of guidelines and problem-solving strategies, that encourage autonomy, reflection and the mainstreaming of FNE in school.

Key words: school, children, curriculum, health education, feeding.

INTRODUÇÃO

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é uma importante estratégia no âmbito das políticas públicas no contexto da promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional (SAN)¹. No Brasil, representa um dos eixos de atuação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na perspectiva da adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis, de forma a favorecer a autonomia, a aprendizagem, o estado de saúde e a qualidade de vida dos alunos^{2,3}.

O PNAE é política pública que oferece de forma gratuita e permanente a alimentação escolar a todos os estudantes matriculados da educação básica de escolas públicas, filantrópicas e comunitárias do Brasil^{2,4}. Criado no ano de 1955, o PNAE é considerado o mais antigo e abrangente programa na área de alimentação e nutrição do país, que atendeu em 2013 mais de 43,3 milhões de alunos, o que em termos de recursos financeiros equivale a aproximadamente 2 bilhões de dólares^{4,5}.

Considerando o panorama do PNAE, o nutricionista é o responsável técnico (RT) do programa, tendo entre suas atribuições a coordenação e execução das ações de EAN³. Contudo, a escassez de um referencial teórico-metodológico que subsidie essas práticas no contexto escolar é um desafio⁶. Evidenciam-se algumas lacunas desde a superficialidade da formação do nutricionista quanto a este campo de atuação, como também ações pautadas no modelo biomédico de intervenção, de modo desarticulado entre teoria e prática, e deficiente em abordagens pedagógicas eficazes^{7,8,9,10}.

Contudo, iniciativas no Brasil têm demonstrado avanços no sentido de consolidar a EAN como uma ação governamental. A criação de um Marco de Referência de EAN para as políticas públicas configura no país um grande salto na busca de construir um campo comum de reflexão e orientação prática da EAN, e denota o propósito de qualificar uma agenda de alimentação e nutrição que favoreça a intersectorialidade dessas ações¹.

A escola como um espaço social e versátil é um ambiente propício para o desenvolvimento da EAN¹¹. Tendo como respaldo a existência de um Marco Legal no âmbito do PNAE^{2,3,12} que reforça a necessidade desta ação, almeja-se que a EAN no ambiente escolar seja transversal, contínua, multiprofissional, e que dinamize o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas utilizando o alimento

como ferramenta pedagógica.

O PPP é um instrumento de organização do trabalho pedagógico da escola, construído por meio da observação, do diálogo e da reflexão coletiva. Com base na realidade escolar, preconiza-se que no PPP, o tema “alimentação e nutrição” componha de modo transdisciplinar o currículo escolar, reforçando a EAN como uma estratégia a serviço da promoção da saúde^{2,13}.

Assim, com a participação da comunidade escolar, por meio dos diferentes atores sociais, e com a utilização da própria “alimentação escolar” nas ações de EAN, identifica-se a possibilidade de um trabalho coletivo e integrado, com resultados promissores^{14,15}.

Os estudos sobre a EAN no âmbito do PNAE são recentes e apresentam diferenças quanto ao conteúdo. A maioria dos estudos baseia-se na metodologia epidemiológica de intervenção, onde avaliam os resultados da EAN no consumo de determinados alimentos e/ou nas mudanças no perfil antropométrico dos escolares antes e após intervenção⁶. São poucos os estudos que avaliam os métodos utilizados na EAN, a percepção dos atores sociais inseridos na comunidade escolar sobre esse tema, e os aspectos que limitam o desenvolvimento dessas práticas na escola^{16,17}.

Portanto, o presente estudo, com representatividade nacional, objetiva analisar as ações de EAN no PNAE, traçando um panorama das cinco regiões brasileiras sobre as abordagens educativas utilizadas, a frequência com que essas práticas são realizadas, os atores sociais envolvidos, a forma como as escolas são orientadas a desenvolver essas práticas, a presença da EAN no PPP, bem como as dificuldades encontradas nesse processo.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal, descritivo e analítico, cujos dados utilizados para o seu desenvolvimento são oriundos de uma pesquisa maior intitulada “Avaliação das ações de educação alimentar e nutricional no Programa Nacional de Alimentação Escolar”, desenvolvida pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás (CECANE UFG/Centro-Oeste) e financiada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da

Educação (FNDE).

A pesquisa foi realizada no período compreendido entre abril de 2012 e novembro de 2013, em municípios das cinco regiões brasileiras. Para a amostragem probabilística da pesquisa, consideraram-se como parâmetros: existência de 5.565 municípios brasileiros¹⁸ (equivalente à quantidade de municípios brasileiros existentes na fase inicial da pesquisa), estimativa de 50% de ocorrência de EAN¹⁹ nos municípios quando o desfecho é desconhecido²⁰, intervalo de confiança de 95% e erro de estimativa amostral de 5%. A amostra mínima calculada foi de 360 municípios, a este valor foram acrescentados 20% para compensar as possíveis perdas.

No presente estudo, a amostra constituiu-se efetivamente de 388 municípios, distribuídos proporcionalmente entre as regiões brasileiras, sendo: 7,5% (n=29) dos municípios pertencentes à Região Norte, 30,9% (n=120) ao Nordeste, 29,6% (n=115) ao Sudeste, 23,7% (n=92) ao Sul e 8,2% (n=32) ao Centro-Oeste. Incluíram-se previamente na amostra as 26 capitais brasileiras e o Distrito Federal. Os demais municípios foram incluídos por sorteio aleatório.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de entrevistas telefônicas. Em cada município houve no máximo 10 tentativas de contato, em dias e horários alternados. No presente estudo, foram considerados apenas os questionários respondidos pelos nutricionistas da alimentação escolar, sendo entrevistado um profissional por município.

O instrumento utilizado para a obtenção dos dados foi um questionário estruturado, previamente testado em um estudo piloto. No momento da entrevista, opções de respostas não foram mencionadas aos entrevistados. Visando o controle de qualidade das informações, o conteúdo das entrevistas foi gravado sob o consentimento verbal dos participantes.

As variáveis avaliadas no estudo foram: a) realização das ações de EAN (sim ou não); b) ações de EAN realizadas; c) frequência das ações de EAN nas escolas e creches; d) atores sociais envolvidos na coordenação e realização das ações de EAN; e) forma de orientação para realização das ações de EAN; g) inclusão da EAN no PPP (sim ou não); e h) dificuldades para realização das ações de EAN. O entrevistado poderia citar mais de uma opção de resposta para as variáveis, com exceção das variáveis dicotômicas.

Os dados coletados foram duplamente digitados no *software Epi-info 3.5.4*, e

analisados no *software Data Analysis and Statistical Software (Stata) SE®*, versão 12.0. Os resultados das análises descritivas foram expressos em frequência e porcentagens. Para verificar a associação das ações de EAN com as regiões brasileiras foram usados os testes do χ^2 de Pearson ou Exato de Fisher quando aplicáveis.

Utilizou-se o modelo de regressão logística para analisar os fatores que influenciam na inclusão da EAN no PPP. Considerou-se como variável desfecho a inserção da EAN no PPP e, como variáveis independentes, as regiões brasileiras, a forma de orientação para a realização das ações de EAN, os atores sociais que coordenam as ações de EAN e a frequência dessas ações.

Verificou-se a colinearidade de todas as variáveis independentes, de acordo com a variável de desfecho. Não foi encontrada multicolinearidade entre as variáveis, tornando os dados confiáveis para a regressão logística. Inicialmente fez-se a análise bivariada, estimando os valores de *odds ratio* bruto com intervalo de confiança de 95%. As variáveis que apresentaram significância estatística com $p < 0,20$ na análise bivariada foram previamente selecionadas para a análise multivariada. Aquelas variáveis com significância estatística ($p < 0,05$) na análise multivariada foram mantidas para o modelo final de regressão. No modelo final de regressão, as variáveis que apresentaram nível de significância menor que 5% foram consideradas associadas à inclusão da EAN no PPP.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás - CEP/UFG, sob o protocolo nº 276/2011.

RESULTADOS

Os relatos dos nutricionistas do PNAE indicam que 85,1% (n=330) dos municípios realizam ações de EAN nas escolas e creches, sendo esta frequência maior na região Sul, 94,6% (n=87), e menor na região Nordeste, 79,2% (n=95), com diferença estatística entre as regiões ($p=0,04$) (Tabela 1).

Dos municípios que realizam as ações de EAN, 92,4% (n=305) souberam informar quais eram as ações desenvolvidas. As ações mais citadas foram palestras, 72,5% (n=221), e atividades lúdicas (jogos, brincadeiras e teatros), 57,4% (n=175), com diferenças estatisticamente significativas entre as regiões, sendo mais

frequentes as palestras na região Norte ($p=0,001$) e na região Sudeste as atividades lúdicas ($p=0,04$).

Outras ações citadas, como as oficinas de arte culinária ($n=33$; 39,8%) e as hortas escolares ($n=22$; 26,5%) tiveram maior frequência na Região Sul; e eventos envolvendo a semana da alimentação e Feira de Ciências apareceram com destaque nas regiões Centro-Oeste e Norte, com frequências de 30,8% ($n=8$) e 30,4% ($n=7$), respectivamente.

De forma equivocada alguns nutricionistas entrevistados mencionaram como ação de EAN realizada os recursos educacionais e/ou o tema trabalhado ($n=70$; 23,0%), ou ainda as suas atribuições junto ao programa com ênfase na avaliação antropométrica ($n=45$; 14,7%).

Ao serem questionados sobre a periodicidade das ações de EAN nas escolas e creches, em quase todas as regiões brasileiras, a maioria dos nutricionistas alegou desenvolver semestralmente essas práticas. A exceção foi a região Sudeste, onde tanto nas escolas ($n=36$; 37,9%) quanto nas creches ($n=28$; 40,6%) a maioria dos entrevistados disse realizar mensalmente tais atividades (Tabela 1).

No que diz respeito à coordenação das ações de EAN, depois do nutricionista ($n=200$; 72,2%), o coordenador pedagógico foi o profissional mais citado ($n=43$; 15,5%), com exceção nas regiões Sudeste e Sul. Já na execução dessas práticas, o nutricionista e o professor foram os mais mencionados em todas as regiões brasileiras, ($n=264$; 83% e $n=197$; 61,9%), respectivamente (dados não apresentados em tabela).

Em 85,8% ($n=283$) dos municípios que realizam ações de EAN, os entrevistados afirmaram orientar as escolas e as creches a realizarem as ações de EAN. Essas orientações foram conduzidas principalmente por meio de conversas informais com a comunidade escolar ($n=71$; 25%), reuniões pedagógicas ($n=66$; 23,3%) e atividades de formação sobre alimentação com os professores e coordenadores pedagógicos ($n=50$; 17,7%) (Tabela 2).

Ao avaliar a inserção da EAN no PPP das escolas e das creches, menos da metade 41,8% ($n=138$) dos municípios que realizam ações de EAN afirmou que os temas “alimentação e nutrição” são trabalhados no currículo escolar. As frequências mais baixas mantiveram-se nas regiões Norte ($n=8$; 32%) e Nordeste ($n=33$; 34,7%), sem diferenças estatísticas entre as regiões (Tabela 2).

As principais disciplinas que abordam a EAN no PPP são: Ciências ($n=64$;

91,4%), Matemática (n=30; 77,8%), Português (n=22; 31,4%) e Educação Física, (n=11;15,7%). Outras disciplinas como Geografia, História, Artes e Língua Estrangeira foram mencionadas, porém com frequências abaixo de 10% (dados não apresentados em tabela).

Na análise bivariada, alguns fatores como: receber orientação para realização das ações de EAN (OR: 2,20; IC95%: 1,04-4,66) e a presença do coordenador pedagógico (OR: 2,86; IC95%:1,35-6,10) e do professor (OR: 2,40; IC95%: 1,42-4,06) nas ações de EAN, associaram-se de modo positivo à inclusão da EAN no PPP (Tabela 3). No modelo ajustado de regressão, identificou-se que as escolas e creches que recebem orientação por meio de atividades de formação sobre alimentação saudável para os professores e coordenadores pedagógicos, diminuem as chances em 61% da inclusão da EAN no PPP (Tabela 4).

Nos municípios que não realizam ações de EAN (n=58; 14,9%), as dificuldades mencionadas para o desenvolvimento das atividades foram: falta de tempo do nutricionista (55,4%), presença de nutricionista recém-contratada (37,5%), falta de condições de trabalho (baixa remuneração, ausência de auxílio transporte, falta de infraestrutura, recursos didáticos e físicos nas escolas) (25%) e quadro técnico do PNAE insuficiente (14,3%). A falta de condições de trabalho foi mais frequente na região Norte (75%); e a falta de tempo do nutricionista, na região Sul (100%) (dados não apresentados em tabela).

DISCUSSÃO

Este estudo de representatividade nacional é pioneiro no cenário brasileiro. Tem como diferencial a investigação e análise simultânea de um conjunto de aspectos que perpassam desde a forma como as ações de EAN são desenvolvidas no ambiente escolar, até as dificuldades encontradas na realização dessas práticas. Assim, destaca-se a ausência de pesquisas nesta ótica, o que se configura como uma limitação em termos de comparações com a literatura.

Ressalta-se ainda, que o uso da entrevista telefônica para investigar a realização das ações de EAN na escola foi considerada uma ferramenta positiva, tendo em vista a praticidade, o baixo custo operacional e a capacidade de pesquisar, de forma não invasiva, como ocorre a realização dessas práticas no PNAE.

Os resultados indicam que a maioria dos municípios brasileiros realiza ações de EAN no âmbito do PNAE, o que possivelmente se deve à existência de legislações^{2,3} no arcabouço do Programa que priorizam o desenvolvimento destas práticas no espaço escolar.

Outros estudos demonstraram resultados distintos quanto à realização dessas ações. Belik e Chaim (2009)¹⁹ observaram que 50% dos municípios brasileiros realizavam EAN no ambiente escolar. Esta estimativa foi ainda menor na região Nordeste de acordo com Mello et al. (2012)²¹, onde apenas 33,8% dos municípios reportaram realizar frequentemente essas atividades. Tais diferenças nos percentuais encontrados podem ser justificadas pelas peculiaridades metodológicas e amostragem de cada estudo.

Nesta pesquisa foram observadas disparidades entre as regiões Sul e Nordeste no que diz respeito à realização das ações de EAN, o que se supõe estar associado principalmente às desigualdades socioeconômicas entre as regiões com impacto em diversas áreas, incluindo a da educação²².

Os desdobramentos dessas iniquidades entre as regiões brasileiras repercutem, por exemplo, no não cumprimento da obrigatoriedade de contratação do nutricionista como RT do programa em alguns municípios¹⁶, uma vez que, apesar dos avanços nos últimos anos com relação à admissão do nutricionista no PNAE, observaram-se discrepâncias na distribuição dos profissionais entre as regiões, com percentual menor no Norte (59,4%) e maior no Sul (84,5%)²³.

Os dados supracitados podem estar relacionados ao número de cursos de graduação em Nutrição que tiveram uma expansão gradativa principalmente nas regiões Sudeste e Sul nos últimos anos. Além do mais, a identidade atual do nutricionista caracteriza-se pela busca de regiões geográficas mais desenvolvidas, com a existência de um mercado de trabalho amplo e com melhores condições de vida, sendo as grandes metrópoles os lugares mais atrativos²⁴.

A partir dessas considerações, a região Sudeste diferiu das demais regiões quanto à frequência das ações de EAN nas escolas e creches, realizando-as mensalmente. Nas demais regiões brasileiras, as ações de EAN são realizadas com periodicidade semestral, sendo estes dados semelhantes aos encontrados em uma pesquisa com 670 municípios brasileiros, onde grande parte das ações de EAN era desenvolvida com frequências anuais ou semestrais¹⁹.

Ao observar na literatura o tempo de duração das intervenções realizadas por

meio da EAN, nota-se que no Brasil²⁵ e em outros países como Itália²⁶ e Austrália²⁷, essas intervenções são limitadas em semanas e em meses. Nesse sentido, necessita-se de um olhar criterioso e cuidadoso para saber discernir até onde os resultados de uma ação realizada em um curto espaço de tempo não representam uma intervenção pontual, fragmentada, isolada, e com fragilidades.

Estudo realizado por Ramos et al.⁶ (2013) constatou que nas publicações científicas brasileiras no campo da EAN, os desenhos metodológicos dos estudos concentram-se nos aspectos epidemiológicos de intervenção, os quais apresentam como limitação o curto tempo entre a ação e a avaliação.

Mediante a escassez de referencial teórico-metodológico que subsidie as práticas de EAN, observa-se uma concepção obsoleta deste tema em que o conhecimento é algo transmitido e a aprendizagem um acúmulo de informações⁹. Na busca de modificar esse cenário no contexto escolar, a utilização da alimentação escolar como um elemento pedagógico pode abrir possibilidades de novas abordagens educativas à comunidade escolar, o que na Suécia já se intitulou como as “refeições pedagógicas”¹⁵.

No Brasil, a utilização de palestras como principal estratégia de EAN nas escolas e creches, corrobora o já evidenciado em outro estudo no país²⁸. Esta abordagem representa, na maioria das vezes uma metodologia vertical e tradicional, sem dialogicidade e que pressupõe uma visão estratificada das relações sociais, culturais, econômicas e psicológicas na qual o indivíduo está inserido, prevalecendo o enfoque puramente biológico da alimentação. Sugere-se que na região Norte o uso predominante de tal metodologia se deve tanto à falta de recursos humanos, didáticos e de infraestrutura, quanto à inexistência de formação continuada dos profissionais envolvidos^{10,11}.

Em contraposição às práticas educativas voltadas apenas para a imposição de normas e prescrições, espera-se que a promoção de uma alimentação saudável e adequada considere a legitimação de significados e saberes dos sujeitos, incorporando o lúdico ao processo de aprendizagem, o que favorece a reflexão, o pensamento, a socialização, a iniciativa, e a associação do brincar com a realidade^{1,11}.

Na região Sudeste, o uso recorrente de atividades lúdicas (jogos, brincadeiras e teatros), pode remeter ao perfil dos profissionais inseridos nesses locais, às melhores infraestruturas nas escolas, bem como a consciência dos educadores na

busca por abordagens pedagógicas que visem à participação ativa do aluno na construção do conhecimento. O uso de métodos lúdico-educativos foi observado por outros estudos nessa região, nas cidades do Rio de Janeiro²⁹ e de Minas Gerais³⁰, onde estratégias como, músicas, filmes, dinâmicas, teatros de fantoches, brincadeiras e jogos estiveram presentes. Entretanto, descrições metodológicas e avaliações críticas do processo educativo não foram encontradas nestes estudos.

Ao se considerar a subjetividade dos processos educativos, das crenças e dos valores sociais construídos sobre ato de comer, nota-se que o envolvimento da criança na preparação do seu próprio alimento, segundo pesquisas realizadas na Suíça³¹ e no Canadá³², faz da culinária uma importante ferramenta pedagógica que reflete no consumo e seleção dos alimentos, no melhor conhecimento dos grupos alimentares, na escolha de alimentos mais saudáveis e no estreitamento dos laços afetivo-familiares, o que em longo prazo pode refletir em hábitos alimentares mais sólidos.

A inclusão da culinária nas atividades escolares, representa uma prática social, que oportuniza além do contato sensorial com os alimentos, a criatividade e a vivência de valores, sentimentos e experiências sobre alimentação, saúde e cultura³³. Desta forma, estudos no espaço escolar reforçam a interação entre o cozinhar e o cultivar como uma ação conjunta e abrangente, que considera o que é produzido pelas hortas escolares nas preparações culinárias, sendo o alimento uma referência nessas ações, com vista a promover no aluno motivação para o consumo de alimentos regionais e valorização dessa produção^{34,35}.

Estudo brasileiro realizado no Distrito Federal³⁵, que identificou as hortas escolares como potenciais instrumentos na promoção de hábitos alimentares saudáveis na escola, expôs que os principais motivos para desativação desses espaços se devem a ausência de mão-de-obra para a manutenção, falta de financiamento e tempo para cuidar. Considerando o exposto, o uso de apenas uma estratégia educacional não é suficiente para atingir resultados exitosos na perspectiva da EAN, além do que é necessário avaliar os impactos dessas ações e seus determinantes²⁵.

Outro ponto a ser discutido envolve melhorias na comunicação e articulações mais sistematizadas com a comunidade escolar, de forma a contribuir tanto no gerenciamento e planejamento, como na execução das ações de EAN no ambiente escolar. Neste estudo a presença do coordenador pedagógico e do professor nas

ações de EAN representou, ainda que modestas, mudanças na dinamização de tais práticas, corroborando com alguns estudos que mostram a importância destes profissionais^{15,26,36}.

Os atores sociais precisam reconhecer a importância de sua atuação nas ações, sendo bem informados e orientados sobre o tema. O nutricionista, como responsável técnico do programa, de forma ativa e com o uso de metodologias inovadoras, precisa sensibilizar, motivar, e possibilitar formações sobre a EAN. Entretanto, estudos com esse público mostram a carência dessas práticas; evidencia-se certa sobreposição do nutricionista aos outros profissionais, e o próprio nutricionista possui uma ideia errônea de “descentralização de poder”, que gera falta de comunicação e dificuldade de percepção da importância do “outro”^{37,38}.

Para oportunizar a socialização desses saberes na escola, o PNAE preconiza a inclusão da EAN no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas e creches, uma vez que a inserção do tema “alimentação e nutrição” no currículo escolar possibilita a formulação de um mecanismo democrático de organização das ações educativas no espaço pedagógico e amplia a percepção e leitura desse tema por parte dos estudantes^{2,3}.

Contudo, inconsistências na transversalidade e interdisciplinaridade do tema foram observadas neste estudo, onde menos da metade (41,8%; n=138) das escolas e creches inclui a EAN no PPP, prevalecendo o tema em disciplinas isoladas, como nas aulas de ciências, português e matemática. Estudo realizado no estado de São Paulo (SP) analisou a abordagem do tema “alimentação e nutrição” no material didático de escolas públicas. Com relação à qualidade das informações e conceitos transmitidos, o material didático apresentou temas e atividades a serem trabalhadas, entretanto os conteúdos deveriam ser pesquisados pelo próprio professor e pelo aluno³⁹. Além disso, o uso de textos nos livros didáticos apresenta-se muitas vezes desarticulados da realidade local, não resultando em ações transformadoras e efetivas. As estratégias ainda estão próximas da lógica da prevenção, cujas intervenções são orientadas para evitar o surgimento de doenças específicas, base do discurso preventivo e epidemiológico⁹.

Tendo em vista essa reflexão, uma das formas como as escolas e creches recebem orientação para realizar as ações de EAN demonstrou influenciar negativamente na inserção da EAN no PPP. Supõe-se que o uso de atividades de formação sobre alimentação saudável para os professores e coordenadores

pedagógicos não estão sendo estratégias satisfatórias e efetivas.

Essas atividades de formação sobre alimentação não se apresentam positivas, primeiro porque existem limitações e fragilidades nos desenhos metodológicos centrados no acúmulo de conteúdo, com o distanciamento das ciências da saúde (alimentação e nutrição), com as ciências humanas (educação); e segundo, devido ao caráter prescritivo das formações, que se encontram circunscritas no “saudável e não saudável”, assumindo a maneira excludente das concepções biomédicas^{9,36}.

Há profissionais de saúde que acreditam que ensinar é realizar exposições teóricas, prévia e unilateralmente escolhidas. Por isso, em alguns momentos o nutricionista do PNAE encontra-se em uma postura autoritária e verticalizada, nem sempre intencional, que coloca o raciocínio científico acima dos saberes populares³⁷.

Além disso, Santos et al. (2013)³⁶, ao desenvolverem uma proposta formativa para coordenadores pedagógicos sobre alimentação e nutrição no ambiente escolar, identificaram que as práticas educativas, ainda que dinâmicas e interativas, necessitam de aperfeiçoamento, uma vez que a motivação e a sensibilização desses atores sociais que foram alcançados nas formações podem ser fragilizadas no cotidiano de trabalho, por falta de uma ação contínua, abrangente e permanente.

As lacunas nas ações educativas conferem-se em parte à formação incipiente do profissional nutricionista quanto à essas práticas, e à ausência de uma base teórica consolidada e reflexiva que respalde suas ações. A disciplina de EAN nos cursos de graduação em Nutrição ainda necessita transcender para uma abordagem pedagógica que saia da superficialidade e avance para a formação de um profissional generalista e capaz de compreender a socioantropologia da alimentação^{40,41}.

Segundo Franco e Boog (2007)⁸ as aulas práticas sobre EAN durante a graduação em Nutrição são restritas muitas vezes aos estágios que são realizados no último ano do curso. A falta de reflexão sobre os conceitos teóricos pelo nutricionista no momento da prática, pode implicar em dificuldades para redirecionar os conteúdos trabalhados e sua aplicação no campo de trabalho. No presente estudo, esta informação pode sustentar a confusão por parte de alguns nutricionistas entre as ações de EAN e suas atribuições no PNAE. Além do que, segundo Ramos et al. (2013)⁶ a EAN não acompanhou da mesma maneira a consolidação enquanto um campo de conhecimento como as demais áreas do campo da nutrição.

Outros obstáculos também estão imbricados na realização das ações de EAN no contexto escolar. Nesta pesquisa, evidenciou-se a ausência de condições de trabalho, de tempo e de profissionais frente ao Programa, semelhante ao encontrado em outras investigações que destacaram o desinteresse da comunidade escolar, a carência de conhecimentos sobre o tema e a dificuldade em adaptar a teoria em realidade^{21,28,42}.

Sendo assim, o nutricionista não pode ser culpabilizado pela baixa efetividade da EAN. Deve-se ponderar que as incompatibilidades na execução dessas práticas perpassam por dimensões que vão desde o não alcance dos parâmetros que determinam o número de nutricionistas em proporcionalidade à quantidade de alunos por município⁴³, até o excesso de atividades de cunho administrativo destinadas ao nutricionista, além da desvalorização do profissional por parte dos gestores que sobrepõem a dimensão político-local sobre a dimensão técnico-profissional⁴².

Na busca por uma visão integral e crítica do processo educativo que permeia a EAN, apesar das limitações que envolvem a atuação do nutricionista, fatores mais amplos devem ser considerados ao refletir sobre essas práticas. Destacam-se nesse sentido, tanto os aspectos externos ao PNAE, como a influência da mídia, do *marketing* persuasivo e da imposição de normas pelas propagandas de alimentos⁴⁴, que ditam o comportamento alimentar de crianças e adolescentes; como também os aspectos internos ao programa, que sinaliza discussões rasas sobre o papel da alimentação saudável nas políticas públicas, a carência de um debate intersetorial na sociedade e comunidade escolar que sustente a relevância da EAN¹, a falta de formação continuada aos atores envolvidos³⁸, e por fim a existência de uma legislação do PNAE que favorece a EAN mas não garante a inclusão efetiva dessas práticas no ambiente escolar.

CONCLUSÃO

A maioria dos municípios brasileiros pesquisados realiza ações de EAN no âmbito escolar. Diferenças foram identificadas entre as regiões brasileiras quanto a essa prática com predomínio na região Sul. As ações de EAN são desenvolvidas principalmente por meio de palestras, com frequência semestral, tendo a

participação do coordenador pedagógico e do professor nas atividades de coordenação e execução de tais práticas. A inserção da EAN no PPP foi referida por menos da metade dos municípios, em disciplinas isoladas. Orientar as escolas e creches, por meio de atividades de formação sobre alimentação saudável para os professores e coordenadores pedagógicos, não se mostrou estratégia satisfatória para incentivar a inserção da EAN no PPP, sendo necessário o uso de abordagens mais participativas, dialogadas e problematizadoras.

Os dados aqui apresentados poderão contribuir para o PNAE no sentido de buscar melhores alternativas e subsídios à sua gestão, com vistas ao avanço dessas práticas. Além disso, eles servem como um alerta para o nutricionista transversalizar sua atuação, com a utilização de novas estratégias que favoreçam a participação, análise crítica e capacidade criativa; e sua articulação com os diferentes atores sociais nas ações de EAN. Esses dados também estimulam a comunidade escolar e a equipe pedagógica a despertarem para a importância do PPP como um instrumento de democratização das atividades sobre nutrição e alimentação. Por fim, alertam a esfera acadêmica e científica na perspectiva de instigar e buscar referenciais teóricos e metodológicos mais consolidados, estimulando uma mudança na estrutura de formação do nutricionista para esse campo.

Esse estudo reforça a importância de novas investigações sobre esse tema, uma vez que as poucas referências existentes sobre a EAN limitam conhecer suas possibilidades, como também restringem o aperfeiçoamento dessa prática. Portanto, sugere-se estudar a EAN sob o olhar de outros profissionais no âmbito escolar, e investigar nas próprias unidades escolares a inserção da EAN no PPP, de forma a elucidar os desafios e os melhores caminhos para essa efetivação.

NOTAS

O presente estudo foi financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação (MEC). Os autores declaram inexistência de conflito de interesses na pesquisa.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: MDS; 2012. 68p.
2. Brasil. Ministério da Educação. Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4620resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>>. Acessado: Setembro 8, 2014.
3. Brasil. Ministério da Educação. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Brasília: MEC: 2009. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>>. Acessado: Setembro 8, 2014.
4. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar. <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>. Acessado: Setembro 25, 2014.
5. Peixinho AML. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Cienc Saúde Colet*. 2013;18(4):909-916.
6. Ramos FP, Santos LAS, Reis ABC. Educação alimentar e nutricional em escolares uma revisão de literatura. *Cad. Saúde Pública*. 2013, 29(11):2147-2161.
7. Boog MCF. Educação nutricional: passado, presente, futuro. *Rev Nutr*.1997; 10:5-19.
8. Franco AC, Boog MCF. Relação teoria-prática no ensino de educação nutricional. *Rev Nutr*.2007; 20:643-655.
9. Santos LAS. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. *Cienc Saúde Colet*. 2012;17(2):435-462.
10. Stolarski MC, Castro D. Caminhos da alimentação escolar no Brasil: análise de uma política pública no período de 2003-2004. *Rev. Paranaense Desenvol*. 2007; 113:31-58.

11. Barborsa NVS, Machado NMV, Soares MCV, Pinto ARR. Alimentação na escola e autonomia – desafios e possibilidades. *Cienc Saúde Colet.* 2013; 18(5): 937-945.
12. Brasil. Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Portaria interministerial nº 1.010 de 8 de maio de 2006. Brasília: MS/MEC, 2006. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-1010.htm>>. Acessado: Setembro 8, 2014.
13. Veiga IMA, Resende LMG. *Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico*. 10. Ed. São Paulo: Papirus editora, 2006.
14. Benn J, Carlsson M. Learning through school meals? *Appetite*.2014; 78C:23-31.
15. Osowski C P, Goranzon H, Fjellstrom C. Theachers Interaction with children in the school meal situation: the example of pedagogic meals in Sweden. *J Nutr Educ Behav.* 2013; 45:420-427.
16. Albuquerque AG, Pontes CM, Osorio MM. Knowledge of educators and dieticians on food and nutrition education in the school environment. *Cienc Saúde Colet.* 2013; 26:291-300.
17. Boog, MCF. Programa de educação nutricional em escolas de ensino fundamental de zona rural. *Rev Nutr.*2010; 23:1005-1017.
18. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos demográficos 2010. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2010.
19. Belik W, Chaim NA. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. *Rev. Nutr.* 2009; 22:595-607.
20. Cochran, WG. Sampling techniques.In: The estimation of sample size.3. ed. Canadá: JonhWiley& Sons, Inc, 1977. Cap. 4, 72-88.
21. Mello AL, Junior Vidal PO, Sampaio LR, Santos LAS, Freitas MCS, Fontes GAV. Perfil do nutricionista do programa nacional de alimentação escolar na região Nordeste do Brasil. *Rev. Nutr.* 2012; 25:119-132.
22. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012. Síntese de Indicadores. Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2013.

23. Chaves LG, Santana TCM, Gabriel CG, Vasconcelos FAG. Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. *Cienc Saúde Colet.* 2013; 18:917-926.
24. Vasconcelos FAG, Calado CLA. Profissão nutricionista: 70 anos de história no Brasil. *Rev. Nutr.* 2011; 24:605-617.
25. Toral N, Slater B. Intervention based exclusively on Stage-Matched printed educational materials regarding healthy eating does not result in changes to adolescents Dietary Behavior. *The Scientific World Journal.* 2012; 2012:1-8.
26. Panunzio MFP, Antoniciello A, Pisano A, Dalton S. Nutrition education intervention by teachers may promote fruit and vegetable consumption in Italian students. *Nutrition Research.* 2007; 27:524-528.
27. Somerset S, Markwell K. Impact of a school-based food garden on attitudes and identification skills regarding vegetables and fruit: a 12-month intervention trial. *Public Health Nutr.* 2009, 12(2):214-221.
28. Silva SU. Ações de Educação Alimentar e Nutricional no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios goianos. [mestrado]. Goiânia: Universidade Federal de Goiás; 2013.
29. Vargas ICS, Sichieri R, Sandre-Pereira G, Veiga GV. Avaliação de programa de prevenção de obesidade em adolescentes de escolas públicas. *Rev. Saúde Pública;* 2011(45):59-68.
30. Botelho LP, Zanirati VF, Paula DV, Lopes ACS, Santos LC. Promoção da alimentação saudável para escolares: aprendizagens e percepções de um grupo operativo. *Nutrire.* 2010; 35:103-116.
31. Horst KV, Ferrage A, Rytz A. Involving children in meal preparation. Effects on food intake. *Appetite.* 2014;79:18-24.
32. Chu YL, Farmer A, Fung C, Kuhle S, Storey KE, Veugelers PJ. Involvement in home meal preparation is associated with food preference and self-efficacy among Canadian Children. *Public Health Nutr.* 2012; 16: 108-112.
33. Diez-Garcia RW, Castro I.R.R. A culinária como objeto de estudo e de intervenção no campo da Alimentação e Nutrição. *Cienc Saúde Colet.* 2011;16:91-98.
34. Ali Bukhari MS, Lynn Fredericks BA, Judith Wylie-Rosett, RD. Strategies to Promote High School Students' Healthful Food Choices. *J Nutr Educ Behav.* 2011; 43(5):414-418.

35. Bernardon R, Schmitz BAS, Recine EGL, Rodrigues MLCF, Gabriel CG. School Gardens in the *Distrito Federal*, Brazil. *Rev. Nutr.* 2014; 27:205-216.
36. Santos LAS, Carvalho DMM, Reis ABC, Ramos LB, Freitas MCS. Formação de coordenadores pedagógicos em alimentação escolar: um relato de experiência. *Cienc Saúde Colet.* 2013; 18:993-1000.
37. Canine ES, Ribeiro VMB. A prática do nutricionista em escolas municipais do Rio de Janeiro: um espaço-tempo educativo. *Ciência & Educação.* 2007;13:47-70.
38. Juzwiak CR, Castro PM, Batista SHSS. A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas. *Cienc Saúde Colet.* 2013;18:1009-1018.
39. Fiore EG, Jobstraibizer GA, Silva CS, Mancuso-Cervato AM. Abordagem dos temas alimentação e nutrição no material didático do Ensino Fundamental: interface com segurança alimentar e nutricional e parâmetros curriculares nacionais. *Rev. Saúde Soc.* 2012; 21(4):1063-1074.
40. Santos LAS. Educação Alimentar e Nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. *Rev. Nutr.* 2005; 5:681-692.
41. Ferreira VA, Magalhães R. Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais. *Cad. Saúde Pública.* 2007; 23:1674-1681.
42. Scarparo LS, Oliveira VR, Bittencourt JMV, Ruiz ENF, Fernandes PF, Zys JZ, Moulin CC. Formação para nutricionistas que atuam no Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma avaliação da efetividade. *Cienc Saúde Colet.* 2013;18:1001-1008.
43. Brasil. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução nº 465, de 25 de agosto de 2010. Brasília: CFN; 2010 [acesso 2013 ago 13]. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/aelegislacao>>.
44. Villagelim ASB, Prado SD, Freitas RF, Carvalho MCVS, Cruz CO, Klotz J, Freire GB. A vida não pode ser feita só de sonhos: reflexões sobre publicidade e alimentação saudável. *Cienc Saúde Colet.* 2012;17(3):681-686.

Tabela 1. Ações de Educação Alimentar e Nutricional do Programa Nacional de Alimentação Escolar Segundo Regiões Brasileiras.

Variáveis	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Brasil		p
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Realiza ações de EAN (n=388)^a													0,04
Sim	25	86,2	95	79,2	95	82,6	87	94,6	28	87,5	330	85,1	
Não	4	13,8	25	20,8	20	17,4	5	5,4	4	12,5	58	14,9	
Total	29	100	120	100	115	100	92	100	32	100	388	100	
Ação de EAN realizadas nas escolas e creches (n=305)^b													
Palestras	21	91,3	73	83,9	54	62,8	53	63,9	20	76,9	221	72,5	0,001
Atividades lúdicas	8	34,8	49	56,3	59	68,6	45	54,2	14	53,8	175	57,4	0,04
Oficina de arte culinária	4	17,4	21	24,1	29	33,7	33	39,8	5	19,2	92	30,2	0,07
Hortas Escolares	6	26,1	15	17,2	15	17,4	22	26,5	5	19,2	63	20,7	0,50
Eventos	7	30,4	13	14,9	15	17,4	13	15,7	8	30,8	56	18,4	0,19
Formação da comunidade escolar	5	21,7	18	20,7	10	11,6	9	10,8	1	3,8	43	14,1	0,10
Elaboração de murais	1	4,3	4	4,6	5	5,8	8	9,6	5	19,2	23	7,5	0,14
Informativos e/ou reuniões com os pais	3	13,0	10	11,5	6	7,0	3	3,6	1	3,8	23	7,5	0,23
Outras ações	0	0	6	6,9	7	8,1	5	6,0	3	11,5	21	6,9	0,59
Outras respostas													
Citou os recursos educacionais e/ou os temas	4	17,4	10	11,5	19	22,1	29	34,9	8	30,8	70	23,0	0,20
Citou as atribuições do nutricionista	6	26,0	17	19,5	8	9,3	9	10,8	5	19,2	45	14,7	0,10
Frequência das ações de EAN realizadas nas escolas (n=330)^c													
Mensal (1 vez ou mais no mês)	8	32,0	28	29,5	36	37,9	19	21,9	6	21,4	97	29,4	
Semestral (1 vez no semestre)	10	40,0	35	36,8	31	32,6	38	43,7	14	50,0	128	38,8	
Anual (1 vez no ano)	6	24,0	10	10,5	7	7,4	13	14,9	4	14,3	40	12,1	
Não sabe	1	4,0	22	23,2	21	22,1	17	19,5	4	14,3	65	19,7	
Total	25	100	95	100	95	100	87	100	28	100	330	100	
Frequência das ações de EAN realizadas nas creches (n=262)^d													
Mensal (1 vez ou mais no mês)	7	35,0	26	32,5	28	40,6	20	28,2	4	18,2	85	32,4	
Semestral (1 vez no semestre)	6	30,0	34	42,5	24	34,8	31	43,6	10	45,4	105	40,1	
Anual (1 vez no ano)	6	30,0	2	2,5	3	4,3	11	15,5	4	18,2	26	9,9	
Não sabe	1	5,0	18	22,5	14	20,3	9	12,7	4	18,4	46	17,6	
Total	20	100	80	100	69	100	71	100	22	100	262	100	

EAN: Educação Alimentar e Nutricional.

Teste χ^2 de Person ou Exato de Fisher quando aplicáveis.^a Equivale ao n total da amostra.^b O n refere-se aos municípios que realizam ações de EAN e souberam citar as ações. Essa variável permitia ao entrevistado relatar mais de uma opção de resposta, portanto o total não somará 100 %.^c O n refere-se ao total de municípios que realizam ações de EAN.^d O n refere-se aos municípios que realizam ações de EAN. O n das creches difere do n das escolas, porque em alguns municípios, as ações eram desenvolvidas apenas nas escolas.**Nota: Atividades lúdicas:** jogos, brincadeiras, teatros; **comunidade escolar:** professores, diretores, coordenadores pedagógicos, conselheiros de alimentação escolar e/ou manipuladores de alimentos; **outras ações:** acompanhamento individualizado e/ou orientação nutricional, passeios a supermercados e feiras de alimentos, projetos e programas de obesidade e alimentação saudável, articulação com projetos de outros setores.

Tabela 2. Forma de Orientação para Realização da Educação Alimentar e Nutricional e Inclusão da Educação Alimentar e Nutricional no Projeto Político Pedagógico das Escolas e Creches do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Variáveis	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Brasil	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
As escolas e creches recebem orientação para realização das ações de EAN (n=330)^a												
Sim	20	80,0	82	86,3	77	81,0	79	90,8	25	89,3	283	85,8
Não	5	20,0	13	13,7	18	19,0	8	9,2	3	10,7	45	13,6
Total	25	100	95	100	95	100	87	100	28	100	330	100
Forma de orientação para realização das ações de EAN (n=283)^b												
Conversas informais com a comunidade escolar	2	10,0	11	13,4	24	31,2	26	32,9	8	32,0	71	25,0
Reuniões pedagógicas	2	10,0	32	39,0	20	26,0	10	12,7	2	8,0	66	23,3
Atividades de formação sobre alimentação saudável para professores e coordenadores pedagógicos	1	5,0	19	23,2	10	13,0	15	19,0	5	20,0	50	17,7
Informativos a equipe pedagógica das escolas	2	10,0	13	15,9	19	24,7	8	10,1	3	12,0	45	15,9
Projetos sobre alimentação e/ou cronograma pré-estabelecido	2	10,0	5	6,1	7	9,0	6	7,6	0	0,0	20	7,0
Visitas técnicas às escolas	1	5,0	4	4,9	3	3,9	2	2,5	2	8,0	12	4,2
Outras respostas												
Citou as atribuições do nutricionista	5	25,0	12	14,6	13	16,9	10	12,6	5	20,0	45	15,9
Não soube relatar a forma de orientação	6	30,0	3	3,6	4	5,1	3	3,7	3	12,0	19	6,7
Inserção da EAN no Projeto Político Pedagógico (n=330)^a												
Sim	8	32,0	33	34,7	43	45,3	41	47,1	13	46,4	138	41,8
Não	10	40,0	37	39,0	37	38,9	37	42,6	8	28,6	129	39,1
Não sabe^c	7	28,0	25	26,3	15	15,8	9	10,3	7	25,0	63	19,1
Total	25	100	95	100	95	100	87	100	28	100	330	100

EAN: Educação Alimentar e Nutricional.

^a O n refere-se ao total de municípios que realizam ações de EAN.

^b O n refere-se ao total de municípios que orientam as escolas e creches a realizarem a EAN. Esta variável permitia ao entrevistado relatar mais de uma opção de resposta

^c Essa resposta não foi considerada no modelo de regressão logística.

Nota: Equipe pedagógica: diretores, coordenadores e professores da escola.

Tabela 3. Análise Bivariada dos Fatores Associados à Inserção da Educação Alimentar e Nutricional no Projeto Político Pedagógico de Escolas e Creches do Programa Nacional de Alimentação Escolar (n=267).

Variáveis	OR _{bruto}	IC 95%	p*
Regiões brasileiras			
Norte	0,49	0,14-1,77	0,28
Nordeste	0,55	0,20-1,49	0,24
Sudeste	0,71	0,27-1,91	0,50
Sul	0,68	0,25-1,83	0,45
Centro-Oeste	1		
Recebe orientação para realização das ações de EAN			
Sim	2,20	1,04-4,66	0,04
Não	1		
Forma de orientação para realização das ações de EAN			
Conversas informais com a comunidade escolar	1,10	0,61-1,98	0,74
Reuniões Pedagógicas	1,42	0,76-2,66	0,27
Atividades de formação sobre alimentação saudável para professores e coordenadores pedagógicos	0,46	0,23-0,91	0,03
Informativos a equipe pedagógica das escolas	1,01	0,50-2,05	0,97
Projetos sobre alimentação e/ou cronograma pré-estabelecido	3,54	1,14-11,02	0,03
Visitas técnicas às escolas	0,20	0,04-0,97	0,04
Atores sociais que coordenam as ações de EAN			
Nutricionista responsável técnico do PNAE	0,59	0,33-1,05	0,08
Coordenador pedagógico	2,86	1,35-6,10	0,01
Diretor escolar	1,26	0,59-2,67	0,54
Professor	1,40	0,64-3,09	0,40
Gestor do PNAE e/ou Profissional do departamento da alimentação escolar	2,04	0,84-4,97	0,12
Nutricionista do setor da Saúde e/ou profissionais do PSF	0,62	0,17-2,26	0,47
Outros (CAE, estagiário, técnico de merenda, manipuladores de alimentos, auxiliar de nutricionista)	0,95	0,23-3,88	0,94
Atores sociais que executam as ações de EAN			
Nutricionista do PNAE	0,36	0,18-0,73	0,004
Professor	2,40	1,42-4,06	0,001
Estudante de nutrição	0,63	0,26-1,53	0,30
Manipulador de alimentos	1,75	0,57-5,39	0,32
Gestor do PNAE	2,97	0,78-11,25	0,10
Diretor e/ou coordenador pedagógico	1,59	0,63-3,99	0,31
Profissionais do PSF	0,94	0,43-2,06	0,88
Outros (membros da escola, participantes de projetos, alunos da escola e voluntários)	0,94	0,26-3,34	0,94
Frequência das ações de EAN nas escolas^a			
Mensal (1 vez ou mais no mês)	1,18	0,60-2,33	0,61
Semestral (1 vez no semestre)	1,30	0,70-2,42	0,39
Anual (1 vez no ano)	1		
Frequência das ações de EAN nas creches^a			
Mensal (1 vez ou mais no mês)	1,44	0,68-3,06	0,33
Semestral (1 vez no semestre)	0,81	0,40-1,63	0,56
Anual (1 vez no ano)	1		

EAN: Educação Alimentar e Nutrição, PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar, PSF: Programa Saúde da Família, CAE: Conselho de Alimentação Escolar.

OR_{bruto}: Análise univariada

* p<0,20

^a Variável com as respostas "Não sabe" ignoradas.

Tabela 4. Modelo Final de Regressão Logística de Fatores Associados à Inserção da Educação Alimentar e Nutricional no Projeto Político Pedagógico de Escolas e Creches do Programa Nacional de Alimentação Escolar (n=267).

Variáveis	OR_{ajustado} (β)	IC 95%	p*	Influência
Atividades de formação sobre alimentação saudável aos professores e coordenadores pedagógicos	0,39	0,18-0,85	0,01	Negativa

OR_{ajustado}: Regressão logística multivariada
 * $p \leq 0,05$

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento dessa pesquisa permitiu investigar simultaneamente um conjunto de elementos importantes na perspectiva da EAN no âmbito do PNAE. Caracteriza-se como um estudo pioneiro no Brasil e de representatividade nacional, que descreve um panorama das ações de EAN, dos atores sociais envolvidos, das orientações oferecidas nas escolas, da presença da EAN no currículo escolar e das dificuldades encontradas na realização dessas práticas.

Apesar das informações referidas expressarem a percepção do nutricionista e o viés do contexto no qual está inserido, nos fornece subsídios para discutir e refletir algumas possibilidades e desafios dessas ações na escola.

Foi possível observar que a maioria dos municípios brasileiros pesquisados realiza ações de EAN no âmbito do PNAE, entretanto essas práticas precisam ser repensadas e aprimoradas, uma vez que, mostraram-se voltadas para o modelo tradicional, com a utilização de orientações pautadas no biológico, centradas nas formações biomédicas.

Algumas iniciativas positivas foram observadas, como a utilização de abordagens educativas ativas, como as atividades lúdicas, hortas escolares e oficinas de culinária. Entretanto o uso predominante da palestra, de forma pontual, e a participação ainda tímida dos atores sociais nos processos de planejamento e execução, indicam a necessidade de mudança dessa abordagem tecnicista para uma EAN problematizadora e dialógica, que propicie aos indivíduos uma reflexão crítica das situações vivenciadas e do autocuidado.

Além disso, de forma equivocada alguns nutricionistas entrevistados mencionaram como ação de EAN realizada, os recursos educacionais, os temas trabalhados, as orientações oferecidas às escolas e até mesmo as suas atribuições frente ao PNAE. Essa confusão sinaliza uma formação acadêmica deficiente do nutricionista, que denota a ausência de uma base teórica consolidada, dinâmica e reflexiva que respalde sua atuação no campo de trabalho.

Já a baixa inclusão da EAN no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas e creches, e a presença do tema “alimentação e nutrição” em disciplinas isoladas, é um indício da falta de transversalidade do currículo escolar e da articulação limitada entre o nutricionista e a comunidade escolar. Algumas indagações surgem dessa

reflexão: Será que o nutricionista se articula com a comunidade escolar e equipe pedagógica, para mostrar a relevância da EAN na prática cotidiana? Até que ponto o PPP como um instrumento de democratização e organização da escola, não fica apenas no papel?

Nesse estudo, a forma de orientação realizada pelo nutricionista, demonstrou influenciar negativamente na inclusão da EAN no PPP, sendo assim, sugere-se que novas orientações sejam propostas e planejadas, considerando a realidade escolar, as dificuldades e as limitações de cada localidade, o uso de estratégias participativas, críticas, ativas, intersetoriais e multiprofissionais, que reconheça os atores sociais nesse processo, entendendo que as ações de EAN no PNAE são responsabilidade do nutricionista, mas não são exclusivas e inerentes apenas a esse profissional.

As principais limitações dessa pesquisa quanto à coleta de dados foram: dificuldades de encontrar os números dos telefones corretos da Prefeitura e ausência dos profissionais nas prefeituras nos momentos das entrevistas. Além disso, o fato de algumas questões do questionário serem direcionadas apenas para aqueles municípios que realizam ações de EAN limitaram a realização de algumas análises estatísticas.

Como ponto forte desse estudo destaca-se o rigor científico adotado nessa investigação, alguns cuidados como, formação dos entrevistadores, padronização das entrevistas, controle de qualidade das ligações desenvolvidas, reuniões frequentes para discutir sobre a pesquisa, fizeram com que os dados aqui apresentados, se aproximassem com veracidade da realidade dos municípios entrevistados.

A ligação telefônica se mostrou uma ferramenta positiva, entretanto para pesquisas futuras indica-se além do levantamento de informações sobre as ações de EAN, um acompanhamento *in loco* dessas práticas. Sugere-se também investigar a temática da EAN sob o olhar de outros profissionais da comunidade escolar, avaliando nas próprias unidades escolares, quais elementos seriam necessários para melhor efetivação dessas práticas.

Os dados dessa pesquisa apontam que existe um hiato entre o recomendado e o efetivamente realizado no âmbito do PNAE sobre as ações de EAN. O nutricionista não pode ser culpabilizado pela baixa efetividade da EAN, deve-se ponderar que as incompatibilidades na execução dessas práticas, perpassam por

dimensões amplas e complexas, ligadas a aspectos como: formação e condição de trabalho deste profissional, carência de debates intersetoriais na sociedade e comunidade escolar que sustente a relevância da EAN, e a existência de uma legislação no PNAE que favoreça e garanta a inclusão efetiva dessas práticas.

APÊNDICE

escolar. Dessa forma, o(a) gestor(a) do PNAE **SOMENTE** deverá ser entrevistado(a) se, após **7 (sete)** tentativas, não for possível falar com o(a) nutricionista).

OPÇÃO 2 (CASO O MUNICÍPIO NÃO CONTE COM NUTRICIONISTA):

Gostaria de falar com o responsável pela gestão da alimentação escolar no município. Qual o nome e cargo deste profissional?

Nome: _____

Cargo: _____

OPÇÃO 3 (CASO O RESPONSÁVEL NÃO ESTEJA PRESENTE): O(a) senhor(a) pode me informar qual o melhor horário para conversar com o(a) responsável pela gestão da alimentação escolar ou se existe outro número de telefone no qual eu consiga falar com este profissional?

Data: ___/___/___ Horário: ___:___ Telefone alternativo: _____

Obrigada pela informação. Retornarei na data/horário/telefone indicado. Tenha um bom dia/boa tarde!

OPÇÃO 4 (QUANDO CONSEGUIR FALAR COM O(A) ENTREVISTADO(A)):

Bom dia (Boa tarde), senhor(a) _____! Meu nome é _____ e falo em nome do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás, o CECANE-UFG. **(Pausa)** Em parceria com o FNDE, o CECANE UFG está realizando uma pesquisa com o objetivo de conhecer as ações de educação alimentar e nutricional realizadas nas escolas de alguns municípios. **(Pausa)** Convido o(a) senhor(a) a participar desta pesquisa, como voluntário(a). Caso aceite participar, o(a) senhor(a) será entrevistado(a), por telefone, sobre as ações de educação alimentar e nutricional que têm sido realizadas na alimentação escolar de seu município. Esta ligação será gravada. A entrevista deve durar de 10 a 15 minutos e o(a) senhor(a) poderá interrompê-la a qualquer momento e, eventualmente reiniciá-la quando achar mais oportuno. Suas respostas serão mantidas em total sigilo e utilizadas apenas para fins dessa pesquisa. O(a) senhor(a) tem alguma dúvida em relação à esta pesquisa? *(Pausa para resposta)*

O(a) senhor(a) aceita participar desta pesquisa?

() Sim *(vá para a próxima pergunta)*

() Não *(a entrevista se encerra aqui. O município será excluído do estudo.*

Agradeça a atenção): Obrigada pela atenção! A equipe do CECANE UFG coloca-se à disposição para maiores esclarecimentos.

(Se o(a) entrevistado(a) aceitar participar da pesquisa): Senhor(a) _____,

podemos iniciar a entrevista agora?"

() Sim (*Inicie a entrevista*)

() Não (*Caso a resposta seja negativa*): Qual o melhor horário para conversarmos?"

Data: __/__/__

Horário: ____:____

Obrigada pela atenção. Retornarei na data e horário indicado. Tenha um bom dia/boa tarde!

(*Desligue e retorne a ligação na data e horário indicado pelo(a) entrevistado(a)*)

Tentativas de se falar com o nutricionista ou responsável pela alimentação escolar:

NTENT:|_|_|

Tentativa	Situação	Reagendamento
1. __/__/__ ____:____ ()	() Não atende () Nutricionista não está () Gestor ã está () Outro horário () Êxito	Telefone: _____ __/__/__ ____:____
2. __/__/__ ____:____ ()	() Não atende () Nutricionista não está () Gestor ã está () Outro horário () Êxito	Telefone: _____ __/__/__ ____:____
3. __/__/__ ____:____ ()	() Não atende () Nutricionista não está () Gestor ã está () Outro horário () Êxito	Telefone: _____ __/__/__ ____:____
4. __/__/__ ____:____ ()	() Não atende () Nutricionista não está () Gestor ã está () Outro horário () Êxito	Telefone: _____ __/__/__ ____:____
5. __/__/__ ____:____ ()	() Não atende () Nutricionista não está () Gestor ã está () Outro horário () Êxito	Telefone: _____ __/__/__ ____:____
6. __/__/__ ____:____ ()	() Não atende () Nutricionista não está () Gestor ã está () Outro horário () Êxito	Telefone: _____ __/__/__ ____:____
7. __/__/__ ____:____ ()	() Não atende () Nutricionista não está () Gestor ã está () Outro horário () Êxito	Telefone: _____ __/__/__ ____:____
8. __/__/__ ____:____ ()	() Não atende () Nutricionista não está () Gestor ã está () Outro horário () Êxito	Telefone: _____ __/__/__ ____:____
9. __/__/__ ____:____ ()	() Não atende () Nutricionista não está () Gestor ã está () Outro horário () Êxito	Telefone: _____ __/__/__ ____:____
10. __/__/__ ____:____ ()	() Não atende () Nutricionista não está () Gestor ã está () Outro horário () Êxito	Telefone: _____ __/__/__ ____:____

DADOS DA PESQUISA

Entrevistado: (01) Nutricionista responsável técnico (02) Gestor do PNAE

Data de início: __/__/__

Hora de início: ____:____

ENTR:|_|_|

DATAI: __/__/__

HORAI: ____:____

O(a) Sr(a) poderia me informar o seu nome completo, por favor?

Sr(a) _____, poderia me informar dois e-mails para contato? De preferência, o seu e-mail pessoal e o da Secretaria Municipal de Educação.

- 1) O(a) senhor(a) sabe me informar qual o tipo de gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar deste município? GESTAO:|_|_|
- (01) Centralizada
 (02) Descentralizada/Escolarizada
 (03) Mista
 (04) Terceirizada
 (88) Não sabe

ATENÇÃO! AS QUESTÕES DE 02 A 09 DEVERÃO SER APLICADAS AO NUTRICIONISTA RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CASO O MUNICÍPIO NÃO TENHA ESSE PROFISSIONAL, OU NÃO TENHA SIDO POSSÍVEL ESTABELECEER CONTATO TELEFÔNICO COM O MESMO, PULAR PARA A QUESTÃO 10.

- 2) Senhor(a)_____, há quanto tempo este município tem nutricionista responsável técnico pela alimentação escolar? *(Pode não ser necessariamente o atual profissional contratado)* TEMPNUT: |_|_|_|
- ____anos e ____meses (88) Não sabe (99) Não se aplica

- 3) Há quanto tempo o(a) senhor(a) atua como nutricionista responsável técnico da alimentação escolar neste município? TEMPAT: |_|_|_|
- ____anos e ____meses (99) Não se aplica

- 4) Sr(a)_____, qual é o seu tipo de vínculo empregatício como nutricionista deste município? *(Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado)* CONTRATO: |_|_|
- (01) Concurso Público (06) Empresa terceirizada
 (02) Cargo em comissão (07) Outro. Qual? _____
 (03) Consórcio entre municípios (88) Não sabe
 (04) Autônomo (Consultor(a) ou Assessor(a)) (99) Não se aplica
 (05) Contrato de prestação de serviço

- 5) Qual a carga horária semanal que o(a) senhor(a) é contratado(a) para trabalhar como nutricionista neste município? CARGAMUN: |_|_|
- ____horas/semana (99) Não se aplica

- 6) O(a) senhor(a), além da alimentação escolar, se dedica a outras atividades na DEDATIV: |_|_|

prefeitura deste município?

(01) Sim (02) Não (**Pular para a questão 08**) (99) Não se aplica

- 7) Em quais setores desta prefeitura o(a) senhor(a) atua como nutricionista, além da alimentação escolar? (*Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado. Mais de uma opção pode ser marcada*)

Setores	Sim	Não	Não se Aplica	
1. Saúde	(01)	(02)	(99)	SAUDE: _ _
2. Assistência Social	(01)	(02)	(99)	ASSISOC: _ _
3. Esporte e lazer	(01)	(02)	(99)	ESPOR: _ _
4. Outros: _____	(01)	(02)	(99)	OUTSET: _ _

- 8) Com que frequência o(a) senhor(a) atua na alimentação escolar neste município? (*Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado*)

(01) Cinco vezes/semana	(06) Uma vez/quinzena
(02) Quatro vezes/semana	(07) Uma vez/mês
(03) Três vezes/semana	(08) Menos que uma vez/mês
(04) Duas vezes/semana	(09) Outros: _____
(05) Uma vez/semana	(99) Não se aplica

FREQNUT:|_|

- 9) O(a) senhor(a) sabe informar se o município tem outro(as) nutricionista(s) no Quadro Técnico do PNAE?

(01) Sim. Quantos? _____
 (02) Não (99) Não se aplica (88) Não sabe

OUTNUT:|_|_|

QUANTNUT:|_|

ATENÇÃO! A PARTIR DA QUESTÃO 10, NOS MUNICÍPIOS QUE NÃO TIVEREM NUTRICIONISTA RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, AS QUESTÕES PODERÃO SER RESPONDIDAS PELO GESTOR DO PNAE.

- 10) Senhor(a) _____, são realizadas ações de educação alimentar e nutricional nas escolas e creches vinculadas a este município?

(01) Sim (02) Não (**Pular para a questão 29**) (88) Não sabe
(Encerrar o questionário)

ACOES:|_|_|

- 11) O(a) senhor(a) sabe em quantas **escolas municipais** são realizadas ações de educação alimentar e nutricional?

(01) Sim. Quantas? _____ (02) Não são realizadas

QESCMUN:|_|_|

QTESCMUN:

|_|_|_|

(88) Não sabe (99) Não se aplica

(Atenção: a próxima questão SOMENTE deverá ser aplicada se, de acordo com o censo escolar, o município tiver escolas comunitárias ou filantrópicas)

12) O(a) senhor(a) sabe em quantas **escolas comunitárias ou filantrópicas** são realizadas ações de educação alimentar e nutricional?

(01) Sim. Quantas? _____ (02) Não são realizadas

(88) Não sabe (99) Não se aplica

QESCCOM:|_|_|

QTESCCOM:

|_|_|_|

(Atenção: a próxima questão SOMENTE deverá ser aplicada se, de acordo com o censo escolar, o município atender escolas estaduais)

13) O(a) senhor(a) sabe em quantas **escolas estaduais** são realizadas ações de educação alimentar e nutricional?

(01) Sim. Quantas? _____ (02) Não são realizadas

(88) Não sabe (99) Não se aplica

QESCEST:|_|_|

QTESCEST:

|_|_|_|

14) O(a) senhor(a) sabe em quantas **creches municipais** são realizadas ações de educação alimentar e nutricional?

(01) Sim. Quantas? _____ (02) Não são realizadas

(88) Não sabe (99) Não se aplica

QCREMUN:|_|_|

QTCREMUN:

|_|_|_|

(Atenção: a próxima questão SOMENTE deverá ser aplicada se, de acordo com o censo escolar, o município tiver creches comunitárias ou filantrópicas)

15) O(a) senhor(a) sabe em quantas **creches comunitárias ou filantrópicas** são realizadas ações de educação alimentar e nutricional?

(01) Sim. Quantas? _____ (02) Não são realizadas

(88) Não sabe (99) Não se aplica

QCRECOM:|_|_|

QTCRECOM:

|_|_|_|

16) Sr(a) _____, qual o critério de escolha para as escolas e creches receberem as ações de educação alimentar e nutricional?

CRITE:|_|_|

(99) Não se aplica (88) Não sabe (03) Não tem critério

- 17) Senhor(a) _____, com que frequência são realizadas as ações de educação alimentar e nutricional nas escolas do município? (*Anotar o resultado*) E com que frequência são realizadas as ações de educação alimentar e nutricional nas creches do município? (*Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado*)

Escolas		Creches		
Nº de vezes	Período	Nº de vezes	Período	
(01) Uma	(01) Semana	(01) Uma	(01) Semana	NVEZESE: _ _
(02) Duas	(02) Mês	(02) Duas	(02) Mês	PERIOE: _ _
(03) Três	(03) Semestre	(03) Três	(03) Semestre	NVEZESC: _ _
(04) Quatro	(04) Ano	(04) Quatro	(04) Ano	PERIOC: _ _
(05) Cinco	(05): Outros: _____	(05) Cinco	(05): Outros: _____	
(06) Outros: _____	(88) Não sabe	(06) Outros: _____	(88) Não sabe	
(88) Não sabe	(99) Não se aplica	(88) Não sabe	(99) Não se aplica	
(99) Não se aplica		(99) Não se aplica		

- 18) Sr(a) _____, as escolas e creches são orientadas a realizarem ações de educação alimentar e nutricional?

(01) Sim (02) Não (**Pular para questão 20**)
 (88) Não sabe (**Pular para questão 20**) (99) Não se aplica

- 19) Senhor(a) _____, de que forma as escolas e creches são orientadas a realizarem as ações de educação alimentar e nutricional? (*Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado. Mais de uma opção pode ser marcada*)

Orientação	Sim	Não	Não se Aplica	
1. Por meio de reuniões pedagógicas	(01)	(02)	(99)	REUNPED: _ _
2. Por meio de atividades específicas de formação sobre alimentação saudável com os professores e coordenadores pedagógicos	(01)	(02)	(99)	ATESPEC: _ _
3. Por meio de informativos aos diretores das escolas, coordenadores pedagógicos e professores	(01)	(02)	(99)	INFORM: _ _ OUTORI: _ _
4. Outros. Quais: _____	(01)	(02)	(99)	

- 20) O(a) senhor(a) sabe quem coordena as ações de educação alimentar e nutricional desenvolvidas nas escolas e creches?

(01) Sim (02) Não (**Pular para questão 22**)
 (03) Ninguém coordena (**Pular para questão 22**) (99) Não se aplica

ORIENT:|_|_|

SABCOOR:|_|_|

21) Senhor(a) _____, quem coordena as ações de educação alimentar e nutricional desenvolvidas nas escolas e creches? *(Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado)*

Quem coordena	Sim	Não	Não se Aplica	
1. Nutricionista Responsável Técnico	(01)	(02)	(99)	NUTRT: _ _
2. Coordenador pedagógico	(01)	(02)	(99)	COORPED: _ _
3. Diretor da escola	(01)	(02)	(99)	DIRET: _ _
4. Outros. Quais: _____	(01)	(02)	(99)	OUTCOOR: _ _

22) O(a) senhor(a) sabe listar quais atividades de educação alimentar e nutricional são desenvolvidas nas escolas e creches?

(01) Sim (02) Não **(Pular para questão 24)** (99) Não se aplica

SABAÇÃO:|_|_|

23) Senhor(a) _____, quais atividades de educação alimentar e nutricional são desenvolvidas nas escolas e creches? *(Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado. Mais de uma opção pode ser marcada)*

Atividade	Sim	Não	Não se Aplica	
1. Elaboração de murais educativos	(01)	(02)	(99)	MURAL: _ _
2. Atividades lúdicas com o tema alimentação e nutrição em sala de aula ou no descanso dos alunos	(01)	(02)	(99)	ATIVLUD: _ _
3. Atividades em hortas escolares	(01)	(02)	(99)	HORTAS: _ _
4. Realização de oficinas culinárias	(01)	(02)	(99)	OAC: _ _
5. Cursos com professores, manipuladores de alimentos, Conselheiros de Alimentação Escolar, diretores, coordenadores e pais de alunos sobre o tema	(01)	(02)	(99)	FORCOM: _ _
6. Folhetos informativos aos pais	(01)	(02)	(99)	INFOPAIS: _ _
7. Palestras	(01)	(02)	(99)	PALES: _ _
8. Eventos (Feiras, Semana da Alimentação, etc...)	(01)	(02)	(99)	EVEN: _ _
9. Outras ações. Quais? _____	(01)	(02)	(99)	OUTAC: _ _

24) Senhor(a) _____, a educação alimentar e nutricional está inserida no projeto político pedagógico das escolas e creches?

(01) Sim (02) Não **(Pular para questão 27)**

(88) Não sabe **(Pular para questão 27)** (99) Não se aplica

PPP: |_|_|

25) O(a) Senhor(a) sabe me informar em quais disciplinas a educação alimentar e nutricional está inserida no projeto político pedagógico?

(01) Sim (02) Não (**Pular para questão 27**) (99) Não se aplica

SABDIS: |_|_|_|

26) Senhor(a) _____, em quais disciplinas são realizadas ações de educação alimentar e nutricional? (*Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado. Mais de uma opção pode ser marcada*)

Disciplina	Sim	Não	Não Se Aplica
1. Língua Portuguesa	(01)	(02)	(99)
2. Matemática	(01)	(02)	(99)
3. Ciências/Biologia	(01)	(02)	(99)
4. História	(01)	(02)	(99)
5. Geografia	(01)	(02)	(99)
6. Artes	(01)	(02)	(99)
7. Educação Física	(01)	(02)	(99)
8. Língua Estrangeira	(01)	(02)	(99)
9. Outras: _____	(01)	(02)	(99)

PORT: |_|_|_|

MAT: |_|_|_|

CIENC: |_|_|_|

HIST: |_|_|_|

GEOG: |_|_|_|

ARTES: |_|_|_|

EDFIS: |_|_|_|

LINGESTR: |_|_|_|

OUTDIS: |_|_|_|

27) O(a) senhor(a) sabe me informar quem realiza as ações de educação alimentar e nutricional nas escolas e creches?

(01) Sim (02) Não (**encerrar o questionário**) (99) Não se aplica

QUEM: |_|_|_|

28) Senhor(a) _____, quem realiza as ações de educação alimentar e nutricional nas escolas e creches? (*Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado. Mais de uma opção pode ser marcada*)

Atores sociais	Sim	Não	Não se aplica
1. Nutricionista do PNAE	(01)	(02)	(99)
2. Nutricionista do NASF/ESF	(01)	(02)	(99)
3. Professor	(01)	(02)	(99)
4. Estudantes de nutrição	(01)	(02)	(99)
5. Estudantes de outros cursos de graduação	(01)	(02)	(99)
6. Dono/Trabalhador da cantina escolar	(01)	(02)	(99)
7. Manipuladores de Alimentos (Merendeiras)	(01)	(02)	(99)
8. Outros. Quais? _____	(01)	(02)	(99)

NUTPNAE: |_|_|_|

NUTNASF: |_|_|_|

PROF: |_|_|_|

ESTNUT: |_|_|_|

ESTOUTR: |_|_|_|

CANTI: |_|_|_|

MANI: |_|_|_|

OUTATOR: |_|_|_|

ATENÇÃO! PARA OS MUNICÍPIOS QUE REALIZAM AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL A ENTREVISTA É ENCERRADA AQUI. PULAR PARA OS AGRADECIMENTOS!

29) O(a) Senhor(a) sabe listar quais o(s) motivo(s) para a não realização das ações de educação alimentar e nutricional nas escolas e creches deste município?

(01) Sim (02) Não (**Pular para questão 31**) (99) Não se aplica

SABE: |_|_|

30) Senhor(a) _____, quais o(s) motivo(s) para a não realização das ações de educação alimentar e nutricional nas escolas e creches deste município? (*Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do entrevistado. Mais de uma opção pode ser marcada*)

Justificativas	Sim	Não	Não Se Aplica	
1. Falta de tempo do nutricionista	(01)	(02)	(99)	TEMPNUT: _ _
2. Falta de tempo dos professores	(01)	(02)	(99)	TEMPPROF: _ _
3. Falta de tempo dos coordenadores das escolas	(01)	(02)	(99)	TEMPCO: _ _
4. Grande número de estudantes	(01)	(02)	(99)	NESTUD: _ _
5. Desinteresse da equipe de nutrição	(01)	(02)	(99)	DESNUT: _ _
6. Desinteresse da equipe pedagógica	(01)	(02)	(99)	DESPED: _ _
7. Falta de recursos financeiros	(01)	(02)	(99)	RECFIN: _ _
8. Falta de recursos didáticos	(01)	(02)	(99)	RECDID: _ _
9. Falta de conhecimento sobre o tema e metodologias	(01)	(02)	(99)	CONH: _ _
10. Falta de espaço físico	(01)	(02)	(99)	ESPFIS: _ _
11. Nutricionista recém contratado	(01)	(02)	(99)	RECONTR: _ _
12. Falta do Nutricionista Responsável Técnico	(01)	(02)	(99)	NUTRT: _ _
13. Quadro técnico insuficiente	(01)	(02)	(99)	QTINSUF: _ _
14. Não há motivo específico	(01)	(02)	(99)	SEMMOT: _ _
15. Outros. Quais: _____	(01)	(02)	(99)	OUTMOT: _ _

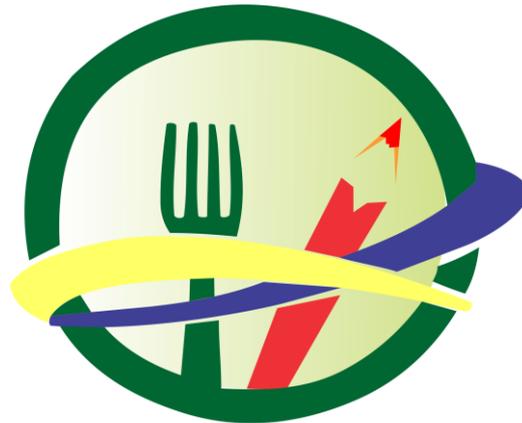
31) Senhor(a) _____, na sua opinião o que deve ser feito para que as escolas e creches comecem a realizar as ações de educação alimentar e nutricional para os estudantes?

(99) Não se aplica (88) Não sabe

OQUEFAZER: |_|_|

APÊNDICE B – Manual do Entrevistador

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE NUTRIÇÃO



CECANE-UFG
Centro-Oeste

AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E
NUTRICIONAL NO PROGRAMA NACIONAL DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS

MANUAL DO ENTREVISTADOR

Informação do Entrevistador

Entrevistador: _____

Caro(a) Entrevistador(a)

Essa pesquisa integra um dos produtos do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás e Região Centro-Oeste (CECANE UFG/Centro-Oeste) e tem como objetivo *avaliar as ações de educação alimentar e nutricional (EAN) desenvolvidas em escolas públicas de municípios brasileiros, conforme disciplinado no Art. 2º (inciso II) e Art. 17 (inciso III) da Lei 11.947/2009.*

Os CECANEs têm como objetivo assessorar técnica, operacional e cientificamente os municípios, estados e o Distrito Federal, na execução das ações previstas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), inclusive as de EAN. As ações desenvolvidas pelo CECANE UFG/Centro-Oeste são voltadas para os nutricionistas responsáveis técnicos (RT) do PNAE, agricultores familiares e empreendedores rurais familiares, gestores do PNAE nos municípios, manipuladores de alimentos, conselheiros de alimentação escolar, professores, pais, alunos das escolas públicas estaduais e municipais e indiretamente toda a população da Região Centro-Oeste.

A avaliação do desenvolvimento de ações de EAN nas escolas se faz importante para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) dos estudantes das escolas atendidas pelo programa, visto que as ações de EAN é um dos eixos prioritários do PNAE.

O trabalho do(a) entrevistador(a) é fundamental para que esta pesquisa seja realizada. Por isso, o presente manual contém informações básicas sobre a pesquisa, seus objetivos, bem como responsabilidades do(a) entrevistador(a) e instruções para aplicação e preenchimento do questionário.

Bom trabalho!

Equipe do CECANE UFG/Centro-Oeste

1 INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA E SEUS OBJETIVOS

Trata-se de um estudo transversal descritivo, com metodologia quali-quantitativa, cujo objetivo geral é *avaliar ações de educação alimentar e nutricional (EAN) desenvolvidas em alguns municípios brasileiros, conforme disciplinado na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009 e Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009.*

Os objetivos específicos, nos municípios participantes, são:

- Caracterizar as ações de EAN;
- Analisar as ações de EAN desenvolvidas por nutricionistas e outros atores sociais;
- Verificar as possíveis dificuldades quanto à execução de ações de EAN;
- Formar nutricionistas e/ou outros atores sociais para desenvolvimento/implementação de novas ações de EAN;
- Elaborar documento norteador de ações de EAN, com base nas atividades sugeridas durante a formação.

O estudo inclui duas partes: uma quantitativa, com coleta de dados realizada por meio de entrevistas telefônicas, e outra qualitativa, onde serão realizados estudos de caso em uma amostra de municípios.

A coleta de dados da parte quantitativa será realizada por meio de duas fases:

1) Avaliação das ações de EAN no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em municípios do estado de Goiás, onde serão coletadas informações via entrevista telefônica em 246 municípios do estado;

2) Avaliação das ações de EAN no PNAE em municípios brasileiros, onde serão coletados dados em 556 municípios brasileiros, dos quais 25 pertencem à coleta da fase anterior.

A partir dos 556 municípios da fase quantitativa, serão sorteados municípios para o estudo qualitativo, aos quais serão adicionadas as 26 capitais brasileiras e o Distrito Federal.

Os municípios serão contatados, tendo como alvo o nutricionista responsável técnico (RT) do município. Na ausência deste, o responsável pela gestão do PNAE

no município será entrevistado. A entrevista via telefone será direcionada por meio de um formulário estruturado e será conduzida pelos pesquisadores envolvidos e previamente treinados para a função.

Serão coletados dois tipos de informações: (1) Atuação do(a) nutricionista RT: presença do (a) profissional; tempo de atuação no PNAE; carga horária de trabalho; forma de contratação; divisão do tempo disponível com outras atividades no município; frequência de atuação no PNAE no município e existência de outros(as) nutricionistas no quadro técnico do PNAE. (2) Ações de EAN: execução nas escolas e/ou creches mantidas pelo município; quantidade de escolas e/ou creches atendidas; critério de escolha para escolas e/ou creches; frequência de execução nas escolas e/ou creches; existência de orientações para as escolas e creches e, em caso positivo, quais as orientações repassadas; o responsável pela coordenação das ações; quais as ações de EAN realizadas; forma de inserção destas ações nas atividades curriculares e, em caso positivo, em quais disciplinas o tema é inserido; o responsável pela realização; e quando não realizadas as ações de EAN, quais os motivos para a não realização.

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Goiás (UFG) e os dados obtidos serão utilizados apenas para fins de pesquisa e avaliação das ações de EAN no PNAE nos municípios selecionados. Por tratar-se de entrevista telefônica, o consentimento livre e esclarecido será substituído pelo consentimento verbal obtido no contato telefônico com os(as) entrevistados(as), o qual será gravado em meio digital.

2 MEMBROS DA EQUIPE

A equipe envolvida com a execução do projeto contempla professores membros do grupo de coordenação do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás e Região Centro-Oeste (CECANE UFG/Centro-Oeste), professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nutricionista consultora do CECANE UFG/Centro-Oeste, estudantes do curso de Pós Graduação em Nutrição e Saúde – Nível Mestrado da UFG, e estudantes de nutrição vinculados ao Programa de Educação Tutorial (PET) e CECANE UFG/Centro-Oeste. Os nomes dos membros envolvidos, assim como suas respectivas funções e contatos encontram-se no Quadro 1.

Quadro 1. Relação de membros da equipe com seus respectivos contatos. Goiânia, 2012.

NOME	FUNÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Estelamaris Tronco Monego	Profª envolvida UFG Coordenadora da pesquisa	emonego@fanut.ufg.br	(62) 3204-1613 (62) 9601-1412
Veruska Prado Alexandre	Profª envolvida UFG	veruska.prado@gmail.com	(62) 8139-6910 (62) 3542-3024
Lucilene Maria de Sousa	Profª envolvida UFG	lumasa@fanut.ufg.br	(62) 9265-7899
Neila Maria Viçosa Machado	Profª envolvida UFSC	nmvmachado@gmail.com	(48) 3207-8743
Simoni Urbano da Silva	Consultora responsável	simoni.urbanda@gmail.com	(62) 9252-0912
Nicolly Patrícia Gregório	Pesquisadora envolvida	nicolly_npg@hotmail.com	(62) 8292-0476
Barbarah Gregório de Araújo Souza	Entrevistadora –CECANE	barbarah_kh@hotmail.com	(62) 3242-8301 (62)8265-1585
Cibele Souto de Paiva	Entrevistadora - PET Nut	cibele_paiva@ig.com.br	(62) 9265-3017 (62) 3255-2978
Kamila Yumiko Amemiya	Entrevistadora - PET Nut	kazitas@gmail.com	(62) 3251-7951 (62) 8161-7749
Lorena Passos Camargo	Entrevistadora - CECANE	lorenapassoscamargo@gmail.com	(62) 8187-4535
Talita Barcelos	Entrevistadora - CECANE	talitabnutri@hotmail.com	(62) 9111-6684 (62) 8172-3327
Vanessa Melo Lopes	Entrevistadora - CECANE	vanmlopes@gmail.com	(62) 9948-7128 (62) 8221-5601
Victória Ramos Pereira	Entrevistadora - CECANE	vick_rp@hotmail.com	(62) 8417-4713 (62) 3229-1467
Cristina Camargo Pereira	Entrevistadora - PET Nut	camargoufg@gmail.com	(62) 9368-3228
Ana Caroline dos Anjos Amorim	Entrevistadora –CECANE	Anacaroline-nutri@hotmail.com	(62) 8427-7772
Cinthyia Costa Braga	Entrevistadora –CECANE	Cinthyia.braga@hotmail.com	(62) 8564-8544
Gabriela Benevides	Entrevistadora –CECANE	gabibsoares@gamil.com	(62) 8110-1677

Soares			(62) 3093-7933
Elisa da Silva Nascimento	Entrevistadora - PET Nut	Elisa.sn12@gmail.com	(62) 9183-7354

3 ATRIBUIÇÕES DO ENTREVISTADOR

1. Conhecer com detalhes o projeto de pesquisa: objetivos, metodologia e instrumento, para informar bem e com segurança os entrevistados, sempre que necessário;
2. Participar das reuniões e treinamentos sempre que solicitado;
3. Seguir com responsabilidade os horários de sua escala. **Ficar atento aos horários agendados na planilha de controle de ligações;**
4. Assegurar-se que os equipamentos de interlocução e gravação estão em pleno funcionamento;
5. **Assegurar-se de que está de posse de todo o material necessário para a entrevista:** questionário, manual do entrevistador, caneta, lápis (ou lapiseira), apontador, borracha, planilha de controle, planilha de dados dos municípios, pasta de questionários em branco, pasta de questionários pendentes, pasta de questionários finalizados;
6. Aplicar o questionário de acordo com as instruções e disposições comunicadas no treinamento, assim como as recomendações contidas neste manual;
7. Mostrar clareza e segurança, e solicitar a informação à pessoa entrevistada de forma cortês;
8. Ficar calmo durante a ligação, garantindo a correta verbalização e compreensão das questões. Manter o tom de voz em volume constante e agradável, evitando gaguejar, para evitar prejuízos na aceitação da pesquisa;
9. Realizar a entrevista unicamente com aqueles sujeitos que consentirem verbalmente, e deixar claro o caráter confidencial da pesquisa;
10. **Seguir o roteiro de apresentação padronizado pelo projeto. Com o decorrer do tempo alguns entrevistadores tendem a agregar algumas palavras e adaptar a forma de apresentar-se, porém deve-se ter cuidado para não modificar o sentido. Evite que a entrevista fique informal, interferindo na credibilidade do projeto;**
11. Manter o mesmo tom de voz para as diferentes questões e evitar manifestações de opiniões próprias por meio de risos e comentários de censura;
12. Não influenciar a resposta do(a) entrevistado(a). Se necessário, esclarecer algum termo que o(a) entrevistado(a) não conheça, recorrendo à definição contida a cada questão neste Manual.

13. Caso o(a) entrevistado(a) se recuse a responder alguma pergunta, tentar incentivá-lo(a), esclarecendo a importância de suas respostas completas para a pesquisa;
14. Caso necessário, explicar que ao entrevistado(a) que o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás e Região Centro-Oeste (CECANE UFG/ Centro-Oeste), **não** têm caráter de fiscalização, mas sim de orientação.
15. Preencher todo o questionário durante a realização da entrevista. Não alterar ou omitir questões. Quando o(a) entrevistado(a) por qualquer razão solicitar a interrupção da entrevista estimulá-lo(a) a finalizar ou se necessário agendar uma data para a sua finalização;
16. Esclarecer as dúvidas na hora em que as mesmas surgem, consultando o Manual do Entrevistador, o que permitirá mais segurança para continuar o trabalho. Caso o Manual não tenha esclarecido a dúvida, comunicar-se com os coordenadores da pesquisa;
- 17. Se necessário checar alguma informação, retornar a resposta ao entrevistado(a);**
18. Nas questões abertas como “nome do entrevistado” e “cargo”, não abreviar as informações;
19. Ficar atento às questões, uma vez que em algumas alternativas as respostas não devem ser lidas;
20. Revisar cada questionário para certificar-se que todas as perguntas foram realizadas e que todos os dados solicitados foram preenchidos. Verificar também se os comentários pertinentes foram devidamente registrados;
21. Anotar as respostas de todas as perguntas no campo de codificação, localizado no lado direito do instrumento;
22. Após a conferência do questionário, agradecer ao entrevistado(a) pela sua participação e colocar-se à disposição para esclarecer qualquer dúvida;
- 23. Colocar os questionários na pasta destinada a estes ao término do período de entrevistas. Não levar os questionários para locais onde NÃO serão realizadas as ligações (casa, restaurantes, etc.);**
24. Direcionar o(a) entrevistado(a) a um dos consultores do CECANE UFG/Centro-Oeste caso o mesmo faça uma pergunta que não seja pertinente ao nosso estudo. O(a) entrevistador(a) deverá utilizar o seguinte texto:

Senhor (a), eu não posso lhe passar esta informação, pois não está previsto na realização deste estudo. Sugiro que entre em contato com a equipe do CECANE UFG pelo telefone (62) 3203-3312. Nossos consultores estarão à disposição para esclarecer eventuais dúvidas!

25. Esclarecer o que é o CECANE UFG, caso seja solicitado pelo(a) entrevistado(a). O(a) entrevistador(a) deverá utilizar o seguinte texto:

O CECANE UFG é um projeto criado a partir de uma parceria entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Universidade Federal de Goiás. Nossa equipe presta assessoria técnica, científica e operacional aos municípios, estados e o Distrito Federal para a correta execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Atualmente, nossa área de abrangência são os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

26. Interromper, com delicadeza, o(a) entrevistado(a) quando o(a) mesmo(a) desviar do assunto da pesquisa durante tempo prolongado. Para isso, o(a) entrevistado(a) deverá utilizar o seguinte texto:

Senhor(a) _____, este assunto é pertinente, mas precisamos retornar nossa entrevista. Caso sinta necessidade, sugiro que entre em contato com a equipe do CECANE UFG pelo telefone (62) 3203-3312. Nossos consultores estarão à disposição para esclarecer eventuais dúvidas!

27. A pesquisa tem que ser uma ação agradável, para tanto:

- Procure acomodar-se em cadeira confortável, com as costas encostadas na cadeira e pernas em paralelo (evite cruzá-las). Mantenha o braço utilizado para escrever apoiado na mesa;
- A cada hora procure levantar e fazer alguns exercícios com as pernas e braços (exercícios laborais), melhorando assim a circulação sanguínea. Aproveite os momentos para ir ao banheiro, ingerir água, alimentar-se;
- Estabeleça horários para o lanche (duração da pausa).

4 ORIENTAÇÕES GERAIS PARA O PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO

Durante o período de entrevistas o telefone fixo da sala deverá ser retirado do gancho e a sala deverá permanecer fechada com o cartaz de aviso da pesquisa afixado na porta. Somente deverão permanecer na sala pesquisadores e professores.

- ✓ **Passo 1:** Reúna os materiais descritos anteriormente;
- ✓ **Passo 2:** Organize a sala (coloque o cartaz na porta, tire o telefone do gancho e desligue o seu celular, ou coloque no silencioso). Certifique-se de que, mesmo no modo silencioso, seu telefone celular não faz barulho devido ao vibra *call*;
- ✓ **Passo 3:** Ligue o computador, conecte o fone de ouvido, abra o programa de gravação **MP3 Skype recorder** e acesse programa **Skype**. **Coloque login e senha da conta “cecanecco” (senha: cecaneufg2012)**. Certifique-se que está tudo funcionando;
- ✓ **Passo 4:** Preencha o campo destinado a identificação do(a) entrevistador(a).
- ✓ **Passo 5:** Preencha o campo de identificação do município, retirando as informações da planilha de dados do Excel;
- ✓ **Passo 6:** Realize a ligação telefônica **(esta ligação será feita preferencialmente para um telefone fixo. A ligação será feita obrigatoriamente por meio do Skype. Quando esta forma de contato não garantir qualidade, consulte o supervisor)**;

4.1 IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

“Entrevistador(a) inicial”: Colocar o nome do entrevistador responsável por iniciar este contato. Anotar o código no campo destinado à codificação (ENT1) segundo os seguintes códigos:

ENTREVISTADOR (A)	CÓDIGO	ENTREVISTADOR (A)	CÓDIGO
Barbarah Gregório Matos	01	Gabriela Benevides Soares	14
Cibele Souto de Paiva	02	Déborah Patrícia Leal Oliveira	15
Kamila Yumiko Amemiya	03	Rayene Rodrigues Fonseca	16
Lorena Passos Camargo	04	Leticia Alves	17
Nicolly Patrícia Gregório	05	Tayssa Lima Pinheiro	18
Simoni Urbano da Silva	06	Jordana Carolina Marques Godinho	19
Talita Barcelos	07	Géssica Mercia de Almeida	20
Vanessa Melo Lopes	08	Patrícia Naves Silva	21
Victória Ramos Pereira	09	Bibiana Arantes Moraes	22

Ana Caroline Amorim	10	Natália Pains Nunes de Carvalho	23
Cintha Costa Braga	11	Mariana Sodre Abrahão Lemes	24
Cristina Camargo Pereira	12	Lydiane Cristina Rodrigues	25
Elisa da Silva Nascimento	13	Vinícius Pereira Xavier	26

“**Questionário n°**”: anotar o número do questionário, de até três caracteres. Colocar na ordem que consta na planilha de dados dos municípios (QN = MUN).

“**Município**”: anotar o nome do município analisado. Para a codificação (MUN), utilizar a numeração que consta na Planilha de dados dos municípios (a mesma de QN).

“**Estado**”: anotar o estado ao qual o município analisado pertence. Anotar o código no campo destinado à codificação (EST1) segundo os seguintes códigos:

ESTADO	CÓDIGO	ESTADO	CÓDIGO
Acre	01	Paraíba	15
Alagoas	02	Paraná	16
Amapá	03	Pernambuco	17
Amazonas	04	Piauí	18
Bahia	05	Rio de Janeiro	19
Ceará	06	Rio Grande do Norte	20
Distrito Federal	07	Rio Grande do Sul	21
Espírito Santo	08	Rondônia	22
Goiás	09	Roraima	23
Maranhão	10	Santa Catarina	24
Mato Grosso	11	São Paulo	25
Mato Grosso do Sul	12	Sergipe	26
Minas Gerais	13	Tocantins	27
Pará	14		

“**Contatos**”: anotar o telefone da Secretaria Municipal de Educação ou Departamento de Alimentação Escolar. Este será o ponto de partida para o contato com o município.

“**População do município**”: anotar a população do município obtida por meio dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Censo 2010).

“**População escolar**”: anotar a população escolar de acordo com os dados do Censo Escolar 2011.

“**IDEB**”: Anotar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do ano de 2009 do 5º e 9º ano. Fazer a média dos dois valores. Caso o IDEB de 2009 não esteja disponível, anotar o valor do último ano disponível.

“**IDH**”: anotar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município, referente ao ano 2000.

“**Nº de creches municipais**”: anotar o número de creches municipais do município, com base no Censo Escolar 2011.

“**Nº de creches filantrópicas/comunitárias**”: anotar a quantidade de creches filantrópicas ou comunitárias do município, com base no Censo Escolar 2011. No campo de pesquisa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tais creches estão denominadas como “particular”.

“**Nº de escolas municipais**”: anotar a quantidade de escolas municipais, com base no Censo Escolar 2011.

“**Nº de escolas filantrópicas/comunitárias**”: anotar a quantidade de escolas filantrópicas ou comunitárias do município, com base no Censo Escolar 2011. No campo de pesquisa do FNDE, tais escolas estão denominadas como “particular”.

“**Nº de escolas estaduais (delegação de rede)**”: anotar, quando houver, o número de escolas estaduais atendidas pelo município, por meio de delegação de rede, com base no Censo Escolar 2011.

4.2 TERMO DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Quando, ao iniciar a ligação telefônica, identificar um número inexistente ou errado, cabe ao entrevistador imediatamente localizar outro número que atenda o objetivo da pesquisa. As tentativas SÓ DEVERÃO SER CONTADAS a partir do momento em que se conseguir o contato da Secretaria Municipal de Educação ou outro contato em que seja possível falar com os informantes.

Ao iniciar o contato telefônico, cumprimente e apresente-se ao entrevistado(a) informando: nome, instituição responsável pela pesquisa, sua função no projeto (entrevistador(a)), conforme o “Termo de apresentação da pesquisa”;

“**Bom dia (boa tarde)! Este número de telefone é _____? Gostaria de falar com o(a) nutricionista responsável técnico pela alimentação escolar no município. O município tem esse profissional? (Pausa para resposta). Qual o nome do nutricionista?”.**

(Marcar “() Sim” em municípios que têm nutricionista RT e “() Não” naqueles que não têm. Anotar o nome do nutricionista).

() Sim () Não

Nome: _____

ATENÇÃO: Caso o número ligado já se identifique o local desejado, suprimir a frase Este número de telefone é _____?

OPÇÃO 1 (CASO O(A) NUTRICIONISTA NÃO ESTEJA PRESENTE): O(a) senhor(a) pode me informar qual o melhor horário para conversar com o(a) nutricionista responsável técnico pela alimentação escolar ou se existe outro número de telefone no qual eu consiga falar com o(a) nutricionista?

Data: ___/___/___ Horário: ____:____ Telefone alternativo: _____

Obrigada pela informação. Retornarei na data/horário/telefone indicado. Tenha um bom dia/boa tarde.

*(Desligue e retorne a ligação no horário indicado pelo(a) entrevistado(a). Embora o questionário possa ser respondido pelo(a) gestor(a) do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a prioridade é que o mesmo seja respondido pelo(a) nutricionista responsável técnico pela alimentação escolar. Dessa forma, o(a) gestor(a) do PNAE **SOMENTE** deverá ser entrevistado(a) se, após 7 (sete) tentativas, não for possível falar com o(a) nutricionista).*

OPÇÃO 2 (CASO O MUNICÍPIO NÃO CONTE COM NUTRICIONISTA): Gostaria de falar com o responsável pela gestão da alimentação escolar no município. Qual o nome e cargo deste profissional?

Nome: _____

Cargo: _____

OPÇÃO 3 (CASO O(A) RESPONSÁVEL NÃO ESTEJA PRESENTE): O(a) Sr(a) pode me informar qual o melhor horário para conversar com o(a) responsável pela gestão da alimentação escolar ou se existe outro número de telefone no qual eu consiga falar com este profissional?

Data: ___/___/___ Horário: ____:____ Telefone alternativo: _____

(Obrigada pela informação. Retornarei na data/horário/telefone indicado. Tenha um bom dia/boa tarde. Desligue e retorne a ligação no horário indicado pelo(a) entrevistado(a))

Atenção! O cargo do responsável pela gestão do PNAE nos municípios não é previsto na legislação. Em sua grande maioria, são professores deslocados de sua função para administrar o PNAE. Pode ter várias denominações: COORDENADOR DE MERENDA/ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, SUPERVISOR DE MERENDA/ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, GERENTE DE MERENDA/ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, DIRETOR DE MERENDA/ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, dentre outras. Nos municípios onde não houver este indivíduo, o(a) Secretário(a) de Educação assumirá o papel de gestor do PNAE!

OPÇÃO 4 (QUANDO CONSEGUIR FALAR COM O(A) ENTREVISTADO(A)):

“Bom dia (Boa tarde), Senhor(a) _____! Meu nome é _____ e falo em nome do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás, o CECANE-UFG. *(Pausa para respiração e possível interlocução)*. Em parceria com o FNDE, o CECANE UFG está realizando uma pesquisa com o objetivo de conhecer as ações de educação alimentar e nutricional realizadas nas escolas de alguns municípios. *(Pausa para respiração e possível interlocução)*. Convido o(a) senhor(a) a participar desta pesquisa, como voluntário(a). Caso aceite participar, o(a) senhor(a) será entrevistado(a), por telefone, sobre as ações de educação alimentar e nutricional que têm sido realizadas na alimentação escolar de seu município. Esta ligação será gravada. A entrevista deve durar de 10 a 15 minutos e o(a) senhor(a) poderá interrompê-la a qualquer momento e, eventualmente reiniciá-la quando achar mais oportuno. Suas respostas serão mantidas em total sigilo e utilizadas apenas para fins dessa pesquisa. O(a) senhor(a) tem alguma dúvida em relação à pesquisa? *(Pausa para resposta)*.

A(a) senhora(a) aceita participar desta pesquisa?

() Sim *(vá para a próxima pergunta)*

() Não *(a entrevista se encerra aqui. O município será excluído do estudo. **Agradeça a atenção**)*: Obrigada pela atenção! A equipe do CECANE UFG coloca-se à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenção! Caso o(a) nutricionista RT alegue que atua na alimentação escolar de outro(s) município(s) e já recebeu a ligação para coleta de dados, explicar que o questionário deverá ser aplicado novamente, pois o estudo tem o intuito de avaliar o município, e não o(a) nutricionista.

(Se o(a) entrevistado(a) aceitar participar da pesquisa): Senhor(a) _____ podemos iniciar a entrevista agora?”

() Sim *(Inicie a entrevista)*

() Não *(Caso a resposta seja negativa):* Qual é a melhor data e horário para conversarmos?

Data: ____/____/____ Horário: ____:____

Obrigada pela atenção. Retornarei na data/horário/telefone indicado. Tenha um bom dia/boa tarde!

(Desligue e retorne a ligação no horário indicado pelo(a) entrevistado(a)).

A preferência é que a entrevista seja finalizada no mesmo período em que foi iniciada. Portanto, se for necessário agendar a entrevista, ou reagendar uma entrevista interrompida pelo(a) entrevistado(a), tente agendar no período em que você está trabalhando ou em outro horário que esteja escalado. Somente em último caso, deixe o município sob responsabilidade de seu colega.

Ressalta-se que existe um limite de tentativas:

✓ Após 07 tentativas de se falar com o(a) nutricionista RT, o(a) entrevistador(a) deverá direcionar a entrevista ao gestor(a) no PNAE, e terá 03 tentativas para falar com o(a) mesmo(a).

✓ Após 10 tentativas sem êxito de contatar um representante (o (a) nutricionista RT ou o(a) gestor(a) do PNAE, o município será excluído do estudo.

✓ O controle de tentativas será realizado por meio do seguinte quadro:

Tentativa	Situação	Reagendamento
1. ___/___/___ ___:___ ()	() Não atende () Nutricionista não está () Gestor ã está () Outro horário () Êxito	Telefone: _____ ___/___/___ ___:___

✓ No campo “**Tentativa**”, o(a) entrevistador(a) deverá anotar a data e hora do contato iniciado, além do seu código de entrevistador(a) no campo “()”.

✓ No campo “**Situação**”, o(a) entrevistador(a) deverá marcar o desfecho do contato iniciado, tendo as seguintes opções:

- “**Não atende**”: deverá ser marcado quando, **após duas tentativas seguidas** (com intervalo de 15 minutos), o telefone indicado não for atendido;

- “**Nutricionista não está**”: deverá ser marcado quando o município contar com nutricionista RT, porém o(a) mesmo(a) não se encontra no local do telefone discado e não houver agendamento de outro horário para tentar o contato;

- “**Gestor ã está**”: deverá ser marcado quando o município não contar com nutricionista RT (ou contar, porém o mesmo não pôde ser contatado após 07 tentativas) e o(a) gestor(a) do PNAE não se encontra no local do telefone discado e não houver agendamento de outro horário para tentar o contato;

- “**Outro horário**”: deverá ser marcado nas seguintes situações:

1) quando o(a) entrevistado(a) foi contatado, porém o(a) mesmo (a) não tem disponibilidade para iniciar a entrevista naquele momento;

2) quando o(a) entrevistado(a) interromper a entrevista e solicitar o reagendamento;

Nestes casos o(a) entrevistador(a) deve reagendar à entrevista marcando no campo “**Reagendamento**” o número para contato telefônico, a data e hora para dar prosseguimento na entrevista.

-“**Êxito**”: quando a entrevista for finalizada com o(a) entrevistado.

4.3 DADOS DA PESQUISA

Deste ponto em diante serão coletadas as informações referidas pelo(a) entrevistado(a). Atente-se para as instruções contidas logo abaixo de cada questão.

Entrevistado: (01) Nutricionista Responsável Técnico (02) Gestor do PNAE

Marcar qual o profissional será entrevistado(a).

Data de Início ___/___/___ Hora de início:___:___

Anotar a data e hora de início da coleta de dados. A informação é importante para o controle de qualidade das entrevistas.

O(a) Sr(a) poderia me informar o seu nome completo, por favor?

Anotar o nome completo do entrevistado, pois é partir deste dado que iremos saber se o nutricionista atua em mais de um município.

Sr(a) _____, poderia me informar dois e-mails para contato? De preferência, o seu e-mail pessoal e o da Secretaria Municipal de Educação.

Anotar os e-mails fornecidos. Ao pedir dois endereços eletrônicos, a intenção é ter ao menos um e-mail válido. Caso o(a) entrevistado(a) não souber o e-mail da Secretaria Municipal de Educação ou não quiser o fornecer, anotar somente um e-mail. Caso o(a) entrevistado(a) se recusar a fornecer ao menos um endereço eletrônico, enfatizar que os resultados da pesquisa poderão ser enviados por e-mail.

1) O(a) senhor(a) sabe me informar qual o tipo de gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar deste município?

(01) Centralizada

(02) Descentralizada/Escolarizada

(03) Mista

(04) Terceirizada

(88) Não sabe

Caso o(a) entrevistado(a) tenha dúvida, fazer a leitura dos tipos de gestão que o(a) entrevistado(a) solicitar, conforme os conceitos abaixo em destaque:

✓ **Gestão Centralizada:** quando Secretaria de Educação recebe o recurso do Governo Federal, compra os gêneros alimentícios e entrega nas escolas e creches (BRASIL, 2009);

✓ **Gestão descentralizada/escolarizada:** quando a Secretaria de Educação recebe o recurso do Governo Federal e repassa para as escolas para que estas comprem os alimentos (BRASIL, 2009);

✓ **Gestão Mista:** quando a Secretaria de Educação recebe o recurso do Governo Federal, compra parte dos alimentos e repassa parte do dinheiro para que a escola compre o restante dos alimentos (BRASIL, 2009);

✓ **Gestão Terceirizada:** quando a Secretaria de Educação opta por contratar uma empresa para executar a alimentação escolar (BRASIL, 2009).

ATENÇÃO! AS QUESTÕES DE 02 A 09 DEVERÃO SER APLICADAS AO **NUTRICIONISTA RESPONSÁVEL TÉCNICO** PELA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. **CASO O MUNICÍPIO NÃO TENHA ESSE PROFISSIONAL, OU NÃO TENHA SIDO POSSÍVEL ESTABELECEER CONTATO TELEFÔNICO COM O MESMO, PULAR PARA A QUESTÃO 10.**

2) Senhor(a) _____ há quanto tempo o município tem nutricionista responsável técnico pela alimentação escolar?
 ___anos e ___meses (88) Não sabe (99) Não se aplica

Perguntar há quanto tempo o município tem nutricionista RT pela alimentação escolar. Deixar claro que a pergunta não se refere apenas ao nutricionista atuante no momento, deve(m) ser considerado(s) outro(s) nutricionista(s) que tenha(m) trabalhado anteriormente no município. Anotar a resposta em anos e meses, de acordo com a resposta espontânea do(a) entrevistado(a). Caso o(a) entrevistado(a) não saiba informar, assinalar a opção “**Não sabe**”. Caso o(a) entrevistado(a) seja o(a) gestor(a) do PNAE do município, assinalar a opção “**Não se aplica**”.

Quando for transferir o dado para a codificação (TEMPNUT), reverter o tempo de atuação para meses, por meio da seguinte fórmula: $TEMPNUT = (X \text{ anos} \times 12) + Y \text{ meses} = Z \text{ meses}$. Ex: Se o(a) nutricionista relata que o município conta com profissional há 3 anos e 7 meses a conta será: $(3 \times 12) + 7 = 43 \text{ meses}$.

Atenção ao fazer as contas! Se o(a) nutricionista relatar que está no município desde maio/2009 e estamos em setembro/2012 são 40 meses (maio/2009 a maio/2012 = 3 anos x 12 = 36 meses + 4 = 40 meses)

3) Há quanto tempo o (a) senhor (a) atua como nutricionista responsável técnico da alimentação escolar neste município?
 ___anos e ___meses (99) Não se aplica

Perguntar há quanto tempo o(a) nutricionista RT atua no município. Anotar a resposta em anos e meses, de acordo com a resposta espontânea do(a) entrevistado(a). Caso o(a) entrevistado(a) seja o(a) gestor(a) do PNAE do município, assinalar a opção “**Não se aplica**”.

Quando for transferir o dado para a codificação (TEMPAT), reverter o tempo de atuação para meses, por meio da seguinte fórmula: $TEMPNUT = (X \text{ anos} \times 12) + Y \text{ meses} = Z \text{ meses}$. Ex: Se o(a) nutricionista relata que atua no município há 2 anos e 6 meses a conta será: $(2 \times 12) + 6 = 30 \text{ meses}$.

Atenção ao fazer as contas! Se o(a) nutricionista relatar que está no município desde maio/2009 e estamos em setembro/2012 são 40 meses (maio/2009 a maio/2012 = 3 anos \times 12 = 36 meses + 4 = 40 meses)

4) Sr(a) _____, qual é o seu tipo de vínculo empregatício como nutricionista deste município?

(01) Concurso Público

(06) Empresa terceirizada

(02) Cargo em comissão

(07) Outro. Qual? _____

(03) Consórcio entre municípios

(88) Não sabe

(04) Autônomo (Consultor (a) ou Assessor (a))

(99) Não se aplica

(05) Contrato de prestação de serviço

Perguntar qual é o tipo de vínculo empregatício do(a) nutricionista RT neste município. Caso a resposta não esteja contemplada nas opções existentes, marcar a opção “**Outro**” e descrever a forma de contratação. Para tabulação dos dados, as respostas que surgirem serão categorizadas ao longo da coleta de dados. Caso o(a) entrevistado(a) não saiba informar, assinalar a opção “**Não sabe**”. Caso o(a) entrevistado(a) seja o(a) gestor(a) do PNAE do município, assinalar a opção “**Não se aplica**”.

Não falar as opções, **anotar a resposta de acordo com a resposta espontânea do entrevistado(a)**. Caso o(a) entrevistado(a) tenha dúvida, ler as formas de contratação que o(a) entrevistado(a) solicitar, conforme os conceitos abaixo em destaque:

- ✓ **Concurso Público:** procedimento administrativo, amplamente divulgado, que tem por fim aferir as aptidões pessoais e selecionar os melhores candidatos ao provimento de cargos e funções públicas (CARVALHO FILHO, 2001 apud AGLANTZAKIS, 2003);

- ✓ **Cargo em comissão:** cargo preenchido por servidores de carreira que destina-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento (BRASIL, 1988). Geralmente preenchido por indicação;
- ✓ **Consórcio entre municípios:** associação entre municípios para a realização de atividades conjuntas referentes à promoção, proteção e recuperação da saúde de suas populações (BRASIL, 1997);
- ✓ **Autônomo:** todo aquele que exerce sua atividade profissional sem vínculo empregatício, por conta própria e com assunção de seus próprios riscos. A prestação de serviços é de forma eventual e não habitual (OST, 2008). O pagamento é feito por meio de RCP – Recibo de Pagamento Autônomo;
- ✓ **Contrato de prestação de serviço:** o pacto por meio do qual uma das partes se presta serviço para a outra, sem liame de emprego, em troca de determinada remuneração ou outra espécie de bens (GOMIERI, 2010).
- ✓ **Empresa terceirizada:** é uma técnica administrativa pela qual uma empresa repassa algumas atividades para terceiros (empresa intermediária) mediante a uma contrato de prestação de serviços, no qual se compromete a realizar as atividades estabelecendo uma relação de parceria (BRASIL, 1974).

5) Qual a carga horária semanal que o(a) senhor(a) é contratado(a) para trabalhar como nutricionista neste município?

_____ horas/semana (99) Não se aplica

Perguntar por quantas horas semanais o(a) profissional é contratado(a) para atuar neste município, independente da área (considerar se o(a) mesmo(a) trabalha também na saúde, assistência social, dentre outros). **Anotar a resposta de acordo com a resposta espontânea do(a) entrevistado(a).** Caso o(a) entrevistado(a) seja o(a) gestor(a) do PNAE do município, assinalar a opção “**Não se aplica**”.

6) O(a) senhor(a), além da alimentação escolar, se dedica a outras atividades na prefeitura deste município?

(01) Sim (02) Não (99) Não se aplica

Perguntar se o(a) nutricionista RT se dedica a outras atividades no município, além da alimentação escolar, **que estejam vinculadas ao contrato com a prefeitura.** Caso o(a) entrevistado(a) relate atividade(s) profissional(ais) particular(es) no município, questionar se a atividade é vinculada ao contrato com o município e, em caso negativo, desconsiderar a atividade. Caso o(a)

entrevistado(a) não entenda a pergunta, exemplificar, questionando se o(a) mesmo(a) também trabalha na saúde ou assistência social, por exemplo. É preciso cautela para não influenciar a resposta do(a) entrevistado(a). Caso o(a) entrevistado(a) seja o(a) gestor(a) do PNAE do município, assinalar a opção “**Não se aplica**”.

Caso a resposta seja negativa, pular para a questão 08.

7) Em quais setores desta prefeitura o(a) senhor(a) atua como nutricionista, além da alimentação escolar?

Setores	Sim	Não	Não se Aplica
1. Saúde	(01)	(02)	(99)
2. Assistência Social	(01)	(02)	(99)
3. Esporte e lazer	(01)	(02)	(99)
4. Outros: _____	(01)	(02)	(99)

Caso a resposta anterior seja positiva, perguntar em qual(is) área(s) o(a) nutricionista RT atua no município, além da alimentação escolar, e **que estejam vinculadas ao contrato com a prefeitura. Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do(a) entrevistado(a). Mais de uma opção pode ser marcada**. Marcar **(01) (Sim)** nas opções citadas, e **(02) (Não)** nas opções não citadas. Caso a resposta não esteja contemplada nas opções existentes, marcar a opção “**Outros**” e descrever a área citada. Para tabulação dos dados, as respostas que surgirem serão categorizadas ao longo da coleta de dados. Caso o(a) entrevistado(a) seja o(a) gestor(a) do PNAE do município, assinalar a opção “**Não se aplica**” em todos os campos.

Atenção! Esteja atento para possíveis respostas que possam surgir. Caso o(a) entrevistado(a) relate que trabalhe em locais como NASF, ESF, CAIS, PSF, são instituições referentes à área da saúde. Caso relate locais como CRAS, CASP, PETI, são instituições relacionadas à assistência social. Os nomes podem variar de uma região para outra. Caso tenha alguma dúvida, reporte-se ao pesquisador responsável.

- 8) Com que frequência o(a) senhor(a) atua na alimentação escolar neste município?
- | | |
|--------------------------|----------------------------|
| (01) Cinco vezes/semana | (06) Uma vez/quinzena |
| (02) Quatro vezes/semana | (07) Uma vez/mês |
| (03) Três vezes/semana | (08) Menos que uma vez/mês |
| (04) Duas vezes/semana | (09) Outros: _____ |
| (05) Uma vez/semana | (99) Não se aplica |

Perguntar a frequência que o(a) nutricionista RT atua na alimentação escolar. **Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do(a) entrevistado(a).** Caso a resposta não esteja contemplada nas opções existentes, marcar a opção “**Outros**” e descrever a frequência citada. Para tabulação dos dados, as respostas que surgirem serão categorizadas ao longo da coleta de dados. Caso o(a) entrevistado(a) seja o(a) gestor(a) do PNAE do município, assinalar a opção “**Não se aplica**”.

- 9) Senhor(a) _____, o município tem outro(as) nutricionista(s) no Quadro Técnico do PNAE?
- (01) Sim. Quantos? _____
- (02) Não (99) Não se aplica (88) Não sabe

Perguntar se o município tem outro(as) nutricionista(s) na alimentação escolar, além do(a) nutricionista RT. Caso a resposta seja positiva, perguntar quantos(as) são e anotar. Caso a resposta seja “(02) Não” ou “(99) Não se aplica”, anotar “99” (Não se aplica) no código QUANTNUT, localizado na margem direita. Caso o(a) entrevistado(a) não saiba informar, assinalar a opção “**Não sabe**”. Caso o(a) entrevistado(a) seja o(a) gestor(a) do PNAE do município, assinalar a opção “**Não se aplica**”.

ATENÇÃO! A PARTIR DA QUESTÃO 10, NOS MUNICÍPIOS QUE NÃO TIVEREM NUTRICIONISTA RT PELA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, AS QUESTÕES PODERÃO SER RESPONDIDAS PELO GESTOR DO PNAE.

- 10) Senhor(a) _____ são realizadas ações de educação alimentar e nutricional nas escolas e creches vinculadas a este município?
- (01) Sim (02) Não (88) Não sabe

Perguntar se são realizadas ações de educação alimentar e nutricional nas escolas e creches mantidas pelo município. Caso o(a) entrevistado(a) tenha dúvidas em relação ao conceito de EAN, esclarecer:

- ✓ **Educação alimentar e nutricional:** o conjunto de ações que objetivam a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis, que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo (BRASIL, 2009).

Caso a resposta seja “Não”, pular para a questão 29. Caso a resposta seja “Não sabe”, ENCERRAR O QUESTIONÁRIO!

11) O(a) senhor(a) sabe em quantas escolas municipais são realizadas ações de educação alimentar e nutricional?

(01) Sim. Quantas? _____ **(02) Não são realizadas**
(88) Não sabe **(99) Não se aplica**

Perguntar em quantas escolas **MUNICIPAIS** são realizadas ações de EAN. Não considerar creches ou escolas filantrópicas/comunitárias ou estaduais. Caso a resposta seja positiva, perguntar quantas são e anotar. Caso a resposta seja “(02) Não são realizadas”, “(88) Não sabe” ou “(99) Não se aplica” anotar “99” (Não se aplica) no código QTESCMUN, localizado na margem direita. Caso o(a) entrevistado(a) não saiba informar, assinalar a opção “**Não sabe**”. Caso o município não realize ações de EAN, assinalar a opção “**Não se aplica**”.

12) O(a) senhor(a) sabe em quantas escolas comunitárias ou filantrópicas são realizadas ações de educação alimentar e nutricional?

(01) Sim. Quantas? _____ **(02) Não são realizadas**
(88) Não sabe **(99) Não se aplica**

A pergunta só deverá ser aplicada aqueles municípios que, de acordo com o censo escolar, atenderem escolas filantrópicas e/ou comunitárias. Perguntar em quantas escolas **COMUNITÁRIAS OU FILANTRÓPICAS** são realizadas ações de EAN. Não considerar creches ou escolas municipais ou estaduais. Caso a resposta seja positiva, perguntar quantas são e anotar. Caso a resposta seja “(02) Não são realizadas”, “(88) Não sabe” ou “(99) Não se aplica” anotar “99” (Não se aplica) no código QTESCCOM, localizado na margem direita.

Caso o(a) entrevistado(a) não saiba informar, assinalar a opção “**Não sabe**”. Caso o município não realize ações de EAN, assinalar a opção “**Não se aplica**”.

Caso o(a) entrevistado(a) tenha dúvidas quanto à definição de instituições filantrópicas e comunitárias, esclarecer segundo os seguintes conceitos:

- ✓ **Instituições comunitárias:** instituições que são mantidas por representantes da comunidade, como cooperativas de pais, professores e alunos (BRASIL, 2012);
- ✓ **Instituições filantrópicas:** são instituições mantidas por pessoa jurídica que promovem assistência educacional às pessoas mais carentes, e que não possuem como finalidade a obtenção de lucro (BRASIL, 2012).

13) O(a) senhor(a) sabe em quantas escolas estaduais são realizadas ações de educação alimentar e nutricional?

(01) Sim. Quantas? _____ (02) Não são realizadas
(88) Não sabe (99) Não se aplica

A pergunta só deverá ser aplicada àqueles municípios que, de acordo com o censo escolar, atenderem escolas estaduais (delegação de rede).

Perguntar em quantas escolas **ESTADUAIS** são realizadas ações de EAN. Não considerar creches ou escolas municipais ou comunitárias/filantrópicas. Caso a resposta seja positiva, perguntar quantas são e anotar. Caso a resposta seja “(02) Não são realizadas”, “(88) Não sabe” ou “(99) Não se aplica” anotar “99” (Não se aplica) no código QTESCEST, localizado na margem direita. Caso o(a) entrevistado(a) não saiba informar, assinalar a opção “**Não sabe**”. Caso o município não realize ações de EAN, assinalar a opção “**Não se aplica**”.

14) O(a) senhor(a) sabe em quantas creches municipais são realizadas ações de educação alimentar e nutricional?

(01) Sim. Quantas? _____ (02) Não são realizadas
(88) Não sabe (99) Não se aplica

Perguntar em quantas creches **MUNICIPAIS** são realizadas ações de EAN. Não considerar escolas ou creches comunitárias/filantrópicas/estaduais. Caso a resposta seja positiva, perguntar quantas são e anotar. Caso a resposta seja “(02) Não são realizadas”, “(88) Não sabe” ou “(99) Não se aplica” anotar “99” (Não se aplica) no código QTCREMUN, localizado na margem direita. Caso o(a)

entrevistado(a) não saiba informar, assinalar a opção “**Não sabe**”. Caso o município não realize ações de EAN, assinalar a opção “**Não se aplica**”.

15) O(a) senhor(a) sabe em quantas creches comunitárias ou filantrópicas são realizadas ações de educação alimentar e nutricional?

(01) Sim. Quantas? _____ **(02) Não são realizadas**

(88) Não sabe **(99) Não se aplica**

Perguntar em quantas creches **COMUNITÁRIAS OU FILANTRÓPICAS** são realizadas ações de educação alimentar e nutricional. Não considerar escolas ou creches municipais ou estaduais. Caso a resposta seja positiva, perguntar quantas são e anotar. Caso a resposta seja “(02) Não são realizadas”, “(88) Não sabe” ou “(99) Não se aplica” anotar “99” (Não se aplica) no código QTCRECOM, localizado na margem direita. Caso o(a) entrevistado(a) não saiba informar, assinalar a opção “**Não sabe**”. Caso o município não realize ações de EAN, assinalar a opção “**Não se aplica**”.

Caso o(a) entrevistado(a) tenha dúvidas quanto à definição de instituições filantrópicas e comunitárias, esclarecer segundo os seguintes conceitos:

- ✓ **Instituições comunitárias:** são aquelas constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade (BRASIL, 2012);
- ✓ **Instituições filantrópicas:** são pessoas jurídicas de direito privado que não possuem finalidade lucrativa e promovem assistência educacional à sociedade carente (BRASIL, 2012).

16) Sr(a) _____, qual o critério de escolha para as escolas e creches receberem as ações de educação alimentar e nutricional?

(99) Não se aplica **(88) Não sabe** **(03) Não tem critério**

Perguntar qual o critério utilizado para escolher as escolas e creches receberem as ações de EAN. Anotar com fidelidade as informações relatadas. **Caso não consiga anotar, após o término da entrevista, ouvir a gravação e**

transcrever a resposta. Caso o(a) entrevistado(a) não saiba informar, assinalar a opção “**Não sabe**”. Caso o município não realize ações de EAN, assinalar a opção “**Não se aplica**”. Caso o(a) entrevistado(a) afirme que todas as escolas e creches recebem ações ou que não existe critério de escolha, assinalar a opção “**(03) Não tem critério**”.

17) Senhor(a) _____, com que frequência são realizadas as ações de educação alimentar e nutricional nas escolas do município? E com que frequência são realizadas as ações de educação alimentar e nutricional nas creches do município?

Escolas		Creches	
Nº de vezes	Período	Nº de vezes	Período
(01) Uma	(01) Semana	(01) Uma	(01) Semana
(02) Duas	(02) Mês	(02) Duas	(02) Mês
(03) Três	(03) Semestre	(03) Três	(03) Semestre
(04) Quatro	(04) Ano	(04) Quatro	(04) Ano
(05) Cinco	(05): Outros:___	(05) Cinco	(05): Outros:_____
(06) Outros:_____	(88) Não sabe	(06) Outros:_____	(88) Não sabe
(88) Não sabe	(99) Não se aplica	(88) Não sabe	(99) Não se aplica
(99) Não se aplica		(99) Não se aplica	

Perguntar qual a frequência de realização das ações de EAN nas escolas do município. Anotar a resposta. Posteriormente, perguntar qual a frequência de realização de ações de EAN nas creches do município. Anotar a resposta. **Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do(a) entrevistado(a).**

Ao ouvir a resposta do(a) entrevistado(a) para cada tipo de unidade escolar (escola ou creche), anotar nas colunas correspondentes ao “**Nº vezes**”, anotar a quantidade de vezes em que as ações são realizadas em determinado período. E ao “**Período**” anotar o período citado pelo(a) entrevistado(a). Ex.: Se o(a) entrevistado(a) responder que são realizadas ações 02 (duas) vezes por mês, na variável “**Nº de vezes**” marcar a opção “(02) Duas” e na variável “**Período**” marcar a opção “(02) Mês”. **Caso a frequência de realização de ações de EAN seja diferente entre o mesmo tipo de unidade escolar (entre escolas rurais e urbanas ou entre creches municipais e filantrópicas, por exemplo), considerar a maior frequência.**

Caso a resposta não esteja contemplada nas opções existentes, marcar a opção “**Outros**” na coluna “**Nº vezes**” e descrever a frequência citada. E marcar a

opção “**Outros**” na coluna “**Período**” e descrever a freqüência citada. Para tabulação dos dados, as respostas que surgirem serão categorizadas ao longo da coleta de dados.

Caso o(a) entrevistado(a) não saiba a freqüência de realização de ações de EAN, assinalar a opção “**Não sabe**” nas colunas correspondentes. Caso o município não realize ações de EAN, assinalar a opção “**Não se aplica**” nas colunas correspondentes.

18) Sr(a) _____, as escolas e creches são orientadas a realizarem ações de educação alimentar e nutricional?

(01) Sim (02) Não (88) Não sabe (99) Não se aplica

Perguntar se as escolas e creches são orientadas para realizarem ações de educação alimentar e nutricional. Considerar o número total de creches e escolas, não é preciso separar as unidades na resposta.

Caso o(a) entrevistado(a) não saiba a resposta, assinalar a opção “**Não sabe**”. Caso o município não realize ações de EAN, assinalar a opção “**Não se aplica**”.

Caso a resposta seja “Não” ou “Não sabe”, pular para a questão 20.

19) Senhor(a) _____, de que forma as escolas e creches são orientadas a realizarem as ações de educação alimentar e nutricional?

Orientação	Sim	Não	Não se Aplica	Não Sabe
1. Por meio de reuniões pedagógicas	(01)	(02)	(99)	(88)
2. Por meio de atividades específicas de formação sobre alimentação saudável com os professores e coordenadores pedagógicos	(01)	(02)	(99)	(88)
3. Por meio de informativos aos diretores das escolas, coordenadores pedagógicos e professores	(01)	(02)	(99)	(88)
4. Outros. Quais: _____	(01)	(02)	(99)	(88)

Perguntar de que forma as creches e escolas são orientadas a realizarem as ações de EAN. Considerar o número total de creches e escolas, não é preciso separar as unidades na resposta. **Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do(a) entrevistado(a).** Mais de uma opção pode ser

marcada. Marcar **(01) (Sim)** nas opções citadas, e **(02) (Não)** nas opções não citadas. Caso o(a) entrevistado(a) cite outra forma de orientação marcar a opção **“Outros. Quais:”** e anotar a resposta. Para tabulação dos dados, as respostas que surgirem serão categorizadas ao longo da coleta de dados. Caso o(a) entrevistado(a) não saiba a forma de orientação, assinalar a opção **“Não sabe”** em todas as opções.

Caso tenha dúvida para marcar a resposta, considerar as seguintes orientações ao marcar a alternativa:

- ✓ **Reuniões pedagógicas:** são aquelas em que a equipe pedagógica (coordenador pedagógico e professores) se reúne para planejar, discutir e avaliar as atividades desenvolvidas no ano letivo;
- ✓ **Atividades específicas de formação sobre alimentação saudável com os professores e coordenadores pedagógicos:** são aquelas desenvolvidas com o intuito específico de formar os professores e coordenadores pedagógicos sobre conteúdos de alimentação e nutrição, a fim de serem disseminados para os estudantes;
- ✓ **Informativos aos diretores das escolas, coordenadores pedagógicos e professores:** são orientações escritas sobre as ações de educação alimentar e nutricional.

Caso o município não realize ações de EAN, assinalar a opção **“Não se aplica”** em todos os campos.

20) O(a) senhor(a) sabe quem coordena as ações de educação alimentar e nutricional desenvolvidas nas escolas e creches?

(01) Sim (02) Não (03) Ninguém coordena (99) Não se aplica

Perguntar se o(a) entrevistado(a) sabe quem coordena as ações de EAN. Caso o município não realize ações de EAN, assinalar a opção **“Não se aplica”**.

Caso a resposta seja negativa ou “Ninguém coordena”, pular para a questão 22

21) Senhor(a) _____, quem coordena as ações de educação alimentar e nutricional desenvolvidas nas escolas e creches?

Quem coordena	Sim	Não	Não se Aplica
1. Nutricionista Responsável Técnico	(01)	(02)	(99)
2. Coordenador pedagógico	(01)	(02)	(99)
3. Diretor da escola	(01)	(02)	(99)
4. Outros. Quais: _____	(01)	(02)	(99)

Caso a resposta da pergunta anterior seja positiva, perguntar quem coordena as ações de EAN desenvolvidas nas escolas e creches. Considerar o número total de creches e escolas, não é preciso separar as unidades na resposta. **Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do(a) entrevistado(a). Mais de uma opção pode ser marcada.** Marcar **(01) (Sim)** nas opções citadas, e **(02) (Não)** nas opções não citadas.

Caso o(a) entrevistado(a) cite outro responsável, que não esteja contemplado nas respostas, marcar a opção **“Outros”** e anotar. Para tabulação dos dados, as respostas que surgirem serão categorizadas ao longo da coleta de dados. Caso o município não realize ações de EAN, assinalar a opção **“Não se aplica”** em todos os campos.

Caso tenha dúvida para marcar a resposta, considerar as seguintes orientações:

- ✓ **Nutricionista Responsável Técnico:** Nutricionista habilitado que assume o planejamento, coordenação, direção, supervisão e avaliação na área de alimentação e nutrição (CFN, 2010);
- ✓ **Coordenador pedagógico:** é o ator social que presta assessoria permanente e continuada ao trabalho docente. Tem como atribuições: acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação; fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem-se; promover reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade; estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem (LIMA; SANTOS, 2007);
- ✓ **Diretor de escola:** é o articulador de toda a equipe de educadores. Sua atuação é fundamental para a criação de um ambiente propício para a discussão de questões referentes ao ensino-aprendizagem, à participação colaborativa, à construção de cidadania e à implementação de programas de formação contínua de educadores (ARANHA, 2009).

22) O(a) senhor(a) sabe listar quais atividades de educação alimentar e nutricional são desenvolvidas nas escolas e creches?

(01) Sim (02) Não (99) Não se aplica

Perguntar se o(a) entrevistado(a) sabe listar quais as ações de EAN realizadas. Caso o município não realize ações de EAN, assinalar a opção “**Não se aplica**”.

Caso a resposta seja negativa, pular para a questão 24

23) Senhor(a) _____, quais atividades de educação alimentar e nutricional são desenvolvidas nas escolas e creches?

Atividade	Sim	Não	Não se Aplica
1. Elaboração de murais educativos	(01)	(02)	(99)
2. Atividades lúdicas com o tema alimentação e nutrição nos momentos de descanso dos alunos	(01)	(02)	(99)
3. Atividades em hortas escolares	(01)	(02)	(99)
4. Realização de oficinas culinárias	(01)	(02)	(99)
5. Cursos com professores, manipuladores de alimentos, Conselheiros de Alimentação Escolar, diretores, coordenadores e pais de alunos sobre o tema	(01)	(02)	(99)
6. Folhetos informativos aos pais	(01)	(02)	(99)
7. Palestras	(01)	(02)	(99)
8. Eventos (Feiras, Semana da Alimentação, etc...)	(01)	(02)	(99)
9. Outras ações. Quais? _____	(01)	(02)	(99)

Caso a resposta da pergunta anterior seja positiva, perguntar quais atividades de EAN são desenvolvidas nas escolas e creches. Considerar o número total de creches e escolas, não é preciso separar as unidades na resposta. **Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do(a) entrevistado(a). Mais de uma opção pode ser marcada.** Marcar **(01) (Sim)** nas opções citadas, e **(02) (Não)** nas opções não citadas. Caso o(a) entrevistado(a) cite outra(s) ação(ões), que não esteja(m) contemplada(s) nas opções, marcar a opção “**Outros ações. Quais?**” e anotar. Para tabulação dos dados, as respostas que surgirem serão categorizadas ao longo da coleta de dados.

Caso tenha dúvida para marcar a resposta, considerar as seguintes orientações:

- ✓ **Elaboração de murais educativos:** elaboração de murais ou cartazes pelos estudantes, professores, ou demais funcionários, afixados na escola, abordando temas relacionados à alimentação e nutrição (LINDEN, 2005);
- ✓ **Atividades lúdicas com o tema alimentação e nutrição em sala de aula ou nos momentos de descanso dos alunos:** atividades recreativas (jogos e brincadeiras) que envolvam o tema alimentação e nutrição, como teatro de fantoches, jogo de memória, quebra cabeça, ilustrações, dentre outros (LINDEN, 2005);
- ✓ **Atividades em hortas escolares:** utilização da horta escolar como instrumento pedagógico, incorporando a alimentação nutritiva, saudável, e ambientalmente sustentável (BARBOSA, 2009);
- ✓ **Realização de oficinas culinárias:** utilização da culinária como método pedagógico, possibilitando vivência e reflexão sobre as relações entre alimentação, cultura e saúde (CASTRO et al., 2007);
- ✓ **Cursos com professores, manipuladores de alimentos, Conselheiros de Alimentação Escolar, diretores, coordenadores e pais de alunos sobre o tema:** realização de cursos de formação para a comunidade escolar com vistas para a disseminação de informações com vistas à promoção da alimentação saudável no ambiente escolar. Os cursos também devem sensibilizar os profissionais envolvidos com a alimentação na escola para produzir e oferecer alimentos mais saudáveis (BRASIL, 2008);
- ✓ **Folhetos folders informativos aos pais:** folhetos são duas ou mais folhas, impressos com informações que visam sensibilizar as pessoas, comunidade em geral, sobre determinado assunto (neste caso a promoção da alimentação saudável). Nesta opção considerar também a utilização de volantes (uma única folha) e folders (uma folha dobrada) (LINDEN, 2005);
- ✓ **Palestras:** (ou preleção) são métodos expositivos onde a figura central do processo é o orador. Exige competência técnica do orador, boa dicção e facilidade para expor as idéias (MOTTA; BOOG, 1991);
- ✓ **Eventos (Feiras, Semana da Alimentação, etc...):** ações pontuais de educação alimentar e nutricional durante datas específicas como Feiras de Ciências e Semana da Alimentação.

Caso o município não realize ações de EAN, marcar a opção “**Não se aplica**” em todos os campos.

24) Senhor(a) _____, a educação alimentar e nutricional está inserida no projeto político pedagógico das escolas e creches?

(01) Sim (02) Não (88) Não sabe (99) Não se aplica

Perguntar se a EAN está inserida no projeto político pedagógico das escolas e creches. Considerar o número total de creches e escolas, não é preciso separar as unidades na resposta. Caso o(a) entrevistado(a) não saiba a resposta, assinalar a opção “**Não sabe**”. Caso o município não realize ações de EAN, assinalar a opção “**Não se aplica**”.

Caso o(a) entrevistado(a) não saiba o que é Projeto Político Pedagógico, explicar: “**Projeto Político Pedagógico é o conjunto de propostas de ações a serem executadas no ambiente escolar. O Projeto Político Pedagógico define e organiza as disciplinas, atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem**” (LOPES, 2011)

Caso a resposta seja “Não” ou “não sabe”, pular para a questão 27.

25) O(a) senhor(a) sabe me informar em quais disciplinas a educação alimentar e nutricional está inserida no projeto político pedagógico?

(01) Sim (02) Não (99) Não se aplica

ações de EAN. Caso o município não realize ações de EAN, assinalar a opção “**Não se aplica**”.

Caso a resposta seja negativa, pular para a questão 27.

26) Senhor(a) _____, em quais disciplinas são realizadas ações de educação alimentar e nutricional?

Disciplina	Sim	Não	Não Se Aplica
1. Língua Portuguesa	(01)	(02)	(99)
2. Matemática	(01)	(02)	(99)
3. Ciências/Biologia	(01)	(02)	(99)
4. História	(01)	(02)	(99)
5. Geografia	(01)	(02)	(99)
6. Artes	(01)	(02)	(99)
7. Educação Física	(01)	(02)	(99)
8. Língua Estrangeira	(01)	(02)	(99)
9. Outras: _____	(01)	(02)	(99)

Caso a resposta da pergunta anterior seja positiva, perguntar em quais disciplinas as ações de EAN é realizada. **Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do (a) entrevistado (a).** Mais de uma opção pode ser marcada. Marcar **(01) (Sim)** nas opções citadas, e **(02) (Não)** nas opções não citadas. Caso o(a) entrevistado(a) cite outra(s) disciplina(s), que não esteja(m) contemplada(s) nas opções, marcar a opção **“Outras”** e anotar. Para tabulação dos dados, as respostas que surgirem serão categorizadas ao longo da coleta de dados. Caso o município não realize ações de EAN, marcar a opção **“Não se aplica”** em todas as opções.

27) O(a) senhor(a) sabe me informar quem realiza as ações de educação alimentar e nutricional nas escolas e creches?

(01) Sim (02) Não (99) Não se aplica

Perguntar se o(a) entrevistado(a) sabe quem realiza as ações de EAN nas escolas e creches. Caso o município não realize ações de EAN, marcar a opção **“Não se aplica”**.

Caso a resposta seja negativa, ENCERRAR O QUESTIONÁRIO.

28) Senhor(a) _____, quem realiza as ações de educação alimentar e nutricional nas escolas e creches?

Atores sociais	Sim	Não	Não se aplica
1. Nutricionista do PNAE	(01)	(02)	(99)
2. Nutricionista do NASF/ESF	(01)	(02)	(99)
3. Professor	(01)	(02)	(99)
4. Estudantes de nutrição	(01)	(02)	(99)
5. Estudantes de outros cursos de graduação	(01)	(02)	(99)
6. Dono/Trabalhador da cantina escolar	(01)	(02)	(99)
7. Manipuladores de Alimentos (Merendeiras)	(01)	(02)	(99)
8. Outros. Quais? _____	(01)	(02)	(99)

Caso a resposta da pergunta anterior seja positiva, perguntar quem realiza as ações de EAN nas escolas. **Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do (a) entrevistado (a).** Mais de uma opção pode ser

marcada. Marcar **(01) (Sim)** nas opções citadas, e **(02) (Não)** nas opções não citadas.

Caso o(a) entrevistado(a) cite outro(s) ator(es) social(ais), que não esteja(m) contemplada(s) nas opções, marcar a opção **“Outros. Quais?”** e anotar. Para tabulação dos dados, as respostas que surgirem serão categorizadas ao longo da coleta de dados. Caso o município não realize ações de EAN, marcar a opção **“Não se aplica”** em todas as opções.

Atenção: caso o(a) nutricionista do PNAE e do NASF/ESF **seja o mesmo profissional**, questionar por qual instituição o(a) mesmo(a) realiza ações de EAN nas escolas e creches.

Significado das siglas: NASF = Núcleo de Apoio à Saúde da Família. ESF = Estratégia Saúde da Família.

ATENÇÃO! PARA OS MUNICÍPIOS QUE REALIZAM AÇÕES DE EAN A ENTREVISTA É ENCERRADA NA QUESTÃO Nº 28. **PULAR PARA OS AGRADECIMENTOS.** Daqui para frente, esteja atento a marcar opção **“NÃO SE APLICA”** em todos os itens caso o município realize ações de EAN

29) O(a) Senhor(a) sabe listar qual o(s) motivo(s) para a não realização das ações de educação alimentar e nutricional nas escolas e creches deste município?

(01) Sim (02) Não (99) Não se aplica

Perguntar se o(a) entrevistado(a) sabe listar os motivos para a não realização de ações de EAN nas escolas e creches. Caso o município **REALIZE** ações de EAN, marcar a opção **“Não se aplica”**.

Caso a resposta seja negativa, pular para a questão nº 31.

30) Senhor(a) _____, qual(is) o(s) motivo(s) para a não realização das ações de educação alimentar e nutricional nas escolas e creches deste município?

Justificativas	Sim	Não	Não se aplica
1. Falta de tempo do nutricionista	(01)	(02)	(99)
2. Falta de tempo dos professores	(01)	(02)	(99)
3. Falta de tempo dos coordenadores das escolas	(01)	(02)	(99)
4. Grande número de estudantes	(01)	(02)	(99)
5. Desinteresse da equipe de nutrição	(01)	(02)	(99)
6. Desinteresse da equipe pedagógica	(01)	(02)	(99)
7. Falta de recursos financeiros	(01)	(02)	(99)
8. Falta de recursos didáticos	(01)	(02)	(99)
9. Falta de conhecimento sobre o tema e metodologias	(01)	(02)	(99)
10. Falta de espaço físico	(01)	(02)	(99)
11. Nutricionista recém contratado	(01)	(02)	(99)
12. Falta do nutricionista responsável técnico	(01)	(02)	(99)
13. Quadro técnico insuficiente	(01)	(02)	(99)
14. Não há motivo específico	(01)	(02)	(99)
15. Outros. Quais: _____	(01)	(02)	(99)

Caso a resposta da pergunta anterior seja positiva, perguntar qual(is) o(s) motivo(s) para a não realização das ações de EAN nas escolas e creches de seu município. **Não falar as opções. Marcar de acordo com a resposta espontânea do(a) entrevistado(a). Mais de uma opção pode ser marcada.** Marcar **(01) (Sim)** nas opções citadas, e **(02) (Não)** nas opções não citadas.

Caso o(a) entrevistado(a) cite outro(s) motivo(s), que não esteja(m) contemplada(s) nas opções, marcar a opção “**Outros. Quais:**” e anotar. Para tabulação dos dados, as respostas que surgirem serão categorizadas ao longo da coleta de dados. Caso o município **REALIZE** ações de EAN, marcar a opção “**Não se aplica**” em todas as opções.

31) Senhor(a) _____, na sua opinião o que deve ser feito para que as escolas e creches comecem a realizar as ações de educação alimentar e nutricional para os estudantes?

(99) Não se aplica (88) Não sabe

Perguntar a opinião do(a) entrevistado(a) sobre o que deve ser feito para que as escolas comecem a realizar as ações de EAN para os estudantes. Anotar com fidedignidade a resposta espontânea do entrevistado(a). **Não influenciar a resposta.** Anotar com fidedignidade as informações relatadas. **Caso não consiga anotar, após o término da entrevista, ouvir a gravação e transcrever a resposta.** Caso o município **REALIZE** ações de EAN, marcar a opção “**Não se aplica**”. Caso o(a) entrevistado(a) não saiba a resposta, assinalar a opção “**Não sabe**”.

4.4 FINALIZANDO A ENTREVISTA

Ao término da entrevista, antes de desligar o telefone, confira se o questionário foi preenchido corretamente e agradeça ao entrevistado por ter participado da pesquisa.

“Senhor(a) _____, nossa entrevista se encerra aqui. O CECANE UFG agradece a sua participação. Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa poderá esclarecê-la diretamente no CECANE UFG com os pesquisadores Estelamaris, Lucilene, Simoni ou Nicolly. O(a) Senhor(a) gostaria de anotar o telefone? (*Pausa para resposta, e caso positivo, falar o número*). **É (62) 3209-6270, ramal 206.** Mais uma vez agradeço a atenção e eu _____ (nome do(a) entrevistador(a)) me coloco, em nome do CECANE UFG, à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas em relação à esta pesquisa. Tenha um boa dia/boa tarde!”

Data de encerramento: ___/___/___

Hora de encerramento: ____:____

Entrevistador final: _____

Marque a data e hora do término da entrevista. Marque também o(a) entrevistador(a) que finalizou a entrevista, anotando o código do(a) mesmo(a) no campo destinado à codificação. As informações são importantes para o controle de qualidade das entrevistas.

Situação da entrevista:

(01) finalizado

(02) pendente

Para finalizar o questionário marque qual a situação da entrevista. Se “finalizado”, colocar o questionário dentro da pasta **Formulários Preenchidos**. Se o questionário tiver alguma informação que ainda precisa ser preenchida, ou seja, necessário retornar a ligação telefônica ao entrevistado (a) para finalizar a entrevista, marcar a opção “pendente”, e colocar o questionário dentro da pasta **Formulários Pendentes**.

ATENÇÃO: NO CAMPO “OBSERVAÇÕES” ANOTAR TODAS AS SITUAÇÕES INESPERADAS QUE, PORVENTURA, ACONTECEREM DURANTE A ENTREVISTA. ANOTAR TAMBÉM EVENTUAIS ACONTECIMENTOS E PERCEPÇÕES QUE POSSAM INTERFERIR NOS RESULTADOS DA PESQUISA (EXEMPLOS: 1. ENTREVISTADO QUE PARECE NÃO ENTENDER AS PERGUNTAS; 2. ENTREVISTA REALIZADA POR TELEFONE CELULAR; ETC.)

ATENÇÃO! Ao finalizar o preenchimento do questionário, o(a) entrevistador(a) deverá preencher o **campo destinado à codificação de todas as perguntas**, localizado no lado direito do instrumento. Anotar a numeração existente em cada campo de resposta. Tal procedimento facilitará a tabulação dos dados. **Nas questões abertas, colocar dois asteriscos (**) no campo destinado à codificação!**

E para a finalização do instrumento certifique-se de:

- ✓ **Passo 1:** Revisar se o questionário está totalmente preenchido
- ✓ **Passo 2:** Anotar a codificação no campo destinado a todas as perguntas no instrumento. **Atenção: nas questões abertas, colocar dois asteriscos (**) no campo destinado à codificação!**
- ✓ **Passo 3:** Preencher as planilhas de controle;
- ✓ **Passo 4:** Colocar o questionário na pasta adequada a sua situação
- ✓ **Passo 5:** Renomear o arquivo da gravação e colocar na devida pasta: Sem Sucesso, Com Pendência ou Com Êxito.

Codificação:

Número de tentativas: T1, T2, T3, T4, T5, T6, T7, T8, T9, T10.

Resultado: Sem Sucesso (SS), Com pendência (CP), Com êxito (CE)

Município: Colocar o nome do município que foi realizada a ligação.

REFERÊNCIAS

AGLANTZAKIS, L. C. Breves conceitos sobre o instituto do Concurso Público no Direito Brasileiro. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, ano VI, n.15, 2003. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4092. Acesso em: 29 fev 2012.

ARANHA, E. M. G. **O papel do diretor escolar: uma discussão colaborativa**. 2009. 190 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

BARBOSA, N. V. S. **A horta escolar dinamizando o currículo da escola**: caderno 1. 3. ed. Brasília, DF: 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF: FNDE, 2009. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>. Acesso em: 25 out. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual operacional para profissionais da saúde e educação**: promoção da alimentação saudável nas escolas. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008. 152 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Saúde. **O consórcio e a gestão municipal em saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1997. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cns/APOIO/consorciosaude.htm>. Acesso em: 29 fev. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 29 fev. 2012.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **Regulamenta a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário**. Brasília, DF: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D73841.htm. Acesso em: 06 mar. 2012.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Fundeb**: perguntas freqüentes. Brasília: [2012?]. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fundeb/entidades_conveniadas.pdf. Acesso em: 02 mar. 2012.

CASTRO, I. R. R.; SOUZA, T. S. N.; MALDONADO, L. A.; CANINÉ, A. S.; ROTENBERG, S.; GUGELMIN, S. A. A culinária na promoção da alimentação saudável: delineamento e experimentação de método educativo dirigido a adolescentes e a profissionais das redes de saúde e de educação. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 20, n. 6, 2007.

CFN – CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução CFN nº 465/2010**. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. Brasília, DF: 2010. Disponível em: <http://www.cfn.org.br/novosite/arquivos/Resol-CFN-465-atribuicao-nutricionista-PAE.pdf>. Acesso em: 02 jun 2011.

GOMIERI, O. A. J. **Contrato de Prestação de Serviço. Definição. Inteligência do Artigo 594 do Código Civil**. Campinas, 2010. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14351041/recurso-ordinario-record-32914-sp-032914-2010-trt-15>. Acesso em: 29 fev. 2012.

LIMA, P. G.; SANTOS, S. M. O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas. **Educere et Educere**, Cascavel, v. 2, n. 4, p. 77-90, 2007.

LINDEN, S. **Educação Nutricional**: algumas ferramentas de ensino. São Paulo: Livraria Varela, 2005. 151 p.

LOPES, N. O que é o projeto político pedagógico. Nova Escola Gestão Escolar, 11. Ed., Dezembro 2010/Janeiro 2011. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/planejamento-e-avaliacao/planejamento/projeto-politico-pedagogico-ppp-pratica-610995.shtml>. Acesso em: 18 abril 2012.

MOTTA, D. G.; BOOG, M. C. F. **Educação nutricional**. 3. ed. São Paulo: IBRASA, 1991. 182.

OST, S. Trabalho autônomo. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, ano XI, n. 51, 2008. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4755. Acesso em: 29 fev. 2012.

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre Esclarecido Verbal.

Bom dia (Boa tarde), senhor(a) _____! Meu nome é _____ e falo em nome do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás, o CECANE-UFG. (Pausa) Em parceria com o FNDE, o CECANE UFG está realizando uma pesquisa com o objetivo de conhecer as ações de educação alimentar e nutricional realizadas nas escolas de alguns municípios. (Pausa) Convido o(a) senhor(a) a participar desta pesquisa, como voluntário(a). Caso aceite participar, o(a) senhor(a) será entrevistado(a), por telefone, sobre as ações de educação alimentar e nutricional que têm sido realizadas na alimentação escolar de seu município. Esta ligação será gravada. A entrevista deve durar de 10 a 15 minutos e o(a) senhor(a) poderá interrompê-la a qualquer momento e, eventualmente reiniciá-la quando achar mais oportuno. Suas respostas serão mantidas em total sigilo e utilizadas apenas para fins dessa pesquisa. O(a) senhor(a) tem alguma dúvida em relação à esta pesquisa? (Pausa para resposta) O(a) senhor(a) aceita participar desta pesquisa?

() Sim (vá para a próxima pergunta)

() Não (a entrevista se encerra aqui. O município será excluído do estudo. Agradeça a atenção): Obrigada pela atenção! A equipe do CECANE UFG coloca-se à disposição para maiores esclarecimentos.

(Se o(a) entrevistado(a) aceitar participar da pesquisa): Senhor(a) _____, podemos iniciar a entrevista agora?"

() Sim (Inicie a entrevista)

() Não (Caso a resposta seja negativa): Qual o melhor horário para conversarmos?"

Data: ___/___/___ Horário: ____:____

Obrigada pela atenção. Retornarei na data e horário indicado. Tenha um bom dia/boa tarde! Desligue e retorne a ligação na data e horário indicado pelo (a) entrevistado (a).

ANEXOS

ANEXO A – Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



Goiânia, 19 de novembro de 2012.

PARECER CONSUBSTANCIADO REFERENTE AO RELATÓRIO FINAL DE PROJETO DE PESQUISA
Protocolo nº 276/11

I – Identificação

- Título do projeto: *Avaliação das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios do estado de Goiás*
- Pesquisador Responsável: Simoni Urbano da Silva
- Instituição onde será realizado o estudo: Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás (CECANE/UFG) – Faculdade de Nutrição/UFG
- Data de apresentação ao CEP/UFG: 11/07/2011
- Área Temática: Nutrição

II – Projeto de pesquisa

Trata-se do Relatório parcial e solicitação de emendas ao Projeto de Pesquisa cujo objetivo é identificar e caracterizar as ações de EAN desenvolvidas em escolas públicas de municípios de Goiás, conforme disciplinado no Art. 2º (Inciso II) e Art. 17 (Inciso III) da Lei 11.974/2009.

Solicitação de emendas ao projeto inicial: solicita-se a extensão da realização da referente pesquisa para mais 446 municípios brasileiros e a exclusão da fase qualitativa da pesquisa. Além da inclusão dos pesquisadores participantes:

De uma estudante de pós-graduação (mestrado) FANUT/UFG: Nicolly Patrícia Gregório e de 11 alunas da graduação em Nutrição, sendo duas da PUC/Goiás e as demais da FANUT/UFG: Bárbarah Gregório de Araújo Souza; Cibele Souto de Paiva, Cristina Camargo Pereira, Cinthya Costa Braga, Kamila Yumiko Amemiya, Gabriela Benevides Soares, Talita Barcelos, Vanessa Melo Lopes, Victória Ramos Pereira, Lorena Passos Camargo e Ana Caroline dos Anjos Amorim.

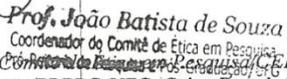
III- Parecer do CEP

- Protocolo: Aprovado o Relatório parcial e solicitação de emendas ao projeto inicial que traz informações pertinentes ao encaminhamento parcial da pesquisa, sendo apresentados, ainda, documentos comprobatórios de produção científica (Resumo científico expandido apresentado no CONPEEX), bem como alguns resultados parciais coerentes com o objetivo proposto.

VI – Data da reunião: 19/11/2012



Prof. João Batista de Souza
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa/CEP



Prof. João Batista de Souza
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa/CEP

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/PRPPG-UFG, Caixa Postal: 131, Prédio da Reitoria, Piso 1, Campus Samambaia (Campus II) - CEP:74001-970, Goiânia – Goiás, Fone: (55-62) 3521-1215.
Email: cep.prppg.ufg@gmail.com

ANEXO B – Instruções aos autores do periódico *Journal of Nutrition Education and Behavior*



Manuscript Preparation and Article Types

General manuscript preparation

The primary responsibility for preparing the manuscript in a form suitable for publication lies with the authors. Manuscripts (including the main text, references, and figure legends) should be saved without a title page as a single file and should be prepared in a 12-point typeface, double-spaced, and in a single column with 1-inch margins throughout. Keep the layout of the text as simple as possible. Most formatting codes will be removed upon initial processing of the article. Do not use the software's options to justify text or to hyphenate words. Use the software's bold, italic, subscript, and superscript functions. Use the software's table function to create tables, using rows and columns, not tabs and spaces, to align data.

Beginning with the Introduction, each manuscript page is numbered in the upper right-hand corner and each line of text is numbered consecutively. First-level headings are centered on the page, typed in uppercase, bolded letters, and followed by two blank lines. Second-level headings begin flush with the left margin, have each word capitalized and bolded, and are followed by one blank line. Third-level headings begin flush with the left margin, are written sentence style with a period at the end, and are bolded. Text follows immediately on the same line. (Third-level headings are only used in *Research Articles*.)

Page and word limits are noted below. Page and word limits exclude the abstract **but include all other text, acknowledgments, tables, figures, and references**. Manuscripts must not exceed word count limits or page limits.

Research Article: 20 double-spaced pages (4,500 words)

Research Brief: 14 double-spaced pages (3,000 words)

Research Methods: 14 double-spaced pages (3,000 words)

Report: 14 double-spaced pages (3,000 words)

Systematic Review: 20 double-spaced pages (4,500 words)

Viewpoint: 12 double-spaced pages (3,000 words)

GEMs: 4 double-spaced pages (900 words)

Letter to the Editor: 2 double-spaced pages (400 words)

Slightly longer articles (up to approximately 5 additional pages) may be considered in the case of qualitative research owing to the nature of findings (words versus numbers), which require more space to report. Deviation from page guidelines may result in a request to shorten a manuscript before it is sent to reviewers or in a decision to decline further consideration of a manuscript.

Please note:

Scientific manuscripts (RA, RB) should have internal and external validity and move the field of nutrition education and behavior forward. The study objectives and result should hold significance for a larger audience than the one in the study. Threats to internal validity should be carefully explained in the limitations, such as selection bias and uncontrolled confounding variables. Threats to external validity include all situational specifics which may be conditions of the study or attributes of when and where the study is conducted. These also should be explained in the limitations. The extent to which these threats overwhelm the study results' internal and external validity will be evaluated by the editor when considering decisions about the manuscript. Those with higher internal and external validity are more likely to be moved by the editor to external review and evaluation for publication.

Research Articles

Research Articles are concise reports of original research on any aspect of nutrition education and/or behavior. Papers based on the results of preliminary research are not acceptable.

In *Research Articles*, a structured abstract of 200 words or less organizes information with descriptive headings that begin flush with the left margin. Incomplete sentences are acceptable in a structured abstract for the sake of brevity. To facilitate selective electronic searches, structured abstracts include the following subheadings (verbatim), bolded and presented in the order shown here:

Objective: Specifies the primary purpose or objective(s) of the study and/or hypotheses tested.

Design: Describes the basic research design, methods used to collect data, timing and sequence of intervention, and data collection.

Setting: Describes the study setting. This subheading may not be appropriate for secondary data analyses and can be omitted.

Participants: States the number of participants or subjects/objects of observation by group and subgroup, describes how they were selected, specifies the response rate for participants, summarizes key demographic characteristics for each study group and subgroup, and describes the extent to which they represent the population from which they were drawn (may not be appropriate for secondary data analyses). More or less information relating to participants may be included, depending on word count limits and the need for more space in the "Results" section.

Intervention(s): Describes the essential features of the intervention(s), including setting, methods, and duration. If no intervention was conducted, omit this subheading from the abstract.

Main Outcome Measure(s): Specifies dependent and independent variables and describes how each variable was measured. In the case of descriptive research, replace this subheading with "Variables Measured." In the case of qualitative research, replace this subheading with "Phenomenon of Interest."

Analysis: Summarizes how data were analyzed quantitatively and/or qualitatively and specifies the level used to determine statistical significance of quantitative results.

Results: Summarizes primary results reported in the manuscript, including the number of participants (if it differs from what was described in the "Participants" section), direction of change, and variance and level of statistical significance for each quantitative result, as well as confidence intervals or effect sizes wherever appropriate. Qualitative themes should be reported.

Conclusions and Implications: Specifies study conclusions directly supported by results reported in the abstract and specifies implications for research and practice or policy, when appropriate.

Research Articles include the following major sections:

Introduction: Concisely describes the issue addressed in the manuscript, explains its importance in relation to existing literature, describes the theoretical or conceptual foundation on which the study is based, states the objectives of the article, and specifies the hypotheses tested.

Methods: Describes the research design, sampling methods, recruitment strategies, measurement instruments, methods used to test instruments for validity and reliability, data

collection procedures, and statistical analyses in enough detail for replication. The Methods section specifies the level used to determine statistical significance for each test. Confidence intervals and standard errors of the mean, effect sizes, or other statistical results that may be used for post hoc analyses comparing program results are encouraged. For general statistical guidelines, go to [Guidelines for Statistical Methods for JNEB](#). However, if authors are using t tests and more than 2 t tests are being conducted with a data set, in addition to testing for normality, they should also use a Bonferroni adjustment or other adjustment that is supported with reference. For example, if authors used t tests to measure pre-post differences after an intervention for calcium knowledge, calcium-related behavior, sodium knowledge, self-efficacy to lower sodium, and fruit and vegetable intake, then they have used 5 t tests and should use the Bonferroni adjustment or other adjustment, which is available in both SPSS and SAS software packages. This adjustment will decrease the probability that authors find a significant effect by chance. There are exceptions to this, but authors must justify such an exception within their methods. The Methods section provides rationale for analyzing data by race or ethnicity (if applicable). It also specifies that the project was reviewed and approved by an Institutional Review Board (IRB) or similar human studies review board, with a full, expedited, or limited review and that written, oral, or implied consent and/or assent was obtained. Alternately, if no IRB approval was necessary for this research, please add a statement explaining why. In this statement, include which institution reviewed the study and decided that it was exempt from IRB review (institution should be blinded for review). If it was not reviewed by your university or institution, please provide the documentation that pertains to this type of study, deeming it unnecessary to be reviewed. An example of this may be: "Review by the IRB was not required for this study because human subjects were not involved, as per US Department of Health and Human Services guidelines (⇒ <http://www.hhs.gov/ohrp/policy/checklists/decisioncharts.html#c1>)."

Results: Outlines results clearly and systematically, mentioning or highlighting—but not duplicating—information displayed in tables, and specifies the direction and magnitude of each statistically significant difference reported. Carefully designed tables and figures are encouraged to showcase results.

Discussion: Provides an in-depth interpretation of results reported, compares and discusses results in relation to those from similar studies reported in the literature and in relation to theory, outlines limitations of the study, describes how study limitations influence interpretation of results, and offers alternative explanations for the findings. The Discussion section should not represent a summary of results.

Implications for Research and Practice: Specifies how researchers and practitioners, and policy makers when appropriate, could apply results to future work.

Research Articles may include second-level sections to clarify or enhance readability within major sections. At times, *Research Articles* may require second-level sections that are specific to the research being reported. The following second-level sections are generally recommended, if necessary, for these major sections: Methods: Study Design, Participants and Recruitment (includes descriptions of sampling methodology and ethical approval/human subjects consent), Instruments, Measures, Procedures, and/or Data Analysis. Discussion: Limitations.

JNEB Style and Form

General style and form and writing style

JNEB adheres to the style recommendations outlined in the *American Medical Association Manual of Style*, 10th edition (<http://www.amamanualofstyle.com/>). Manuscripts should be written in good scientific English (American or British usage is accepted, but not a mixture of these). Authors who feel their manuscript may not conform to correct scientific English may wish to use the English Language Editing service available from Elsevier (<http://webshop.elsevier.com/languageediting/>) or use another science editing service.

Please note the following additional style requirements and format manuscripts accordingly before submission: Abbreviations, acronyms, and initialisms should be spelled out on first use, with the shortened versions immediately following in parentheses. Example: Supplemental Nutrition Assistance Program (SNAP). Manuscripts should be limited to a total of five acronyms, abbreviations, and initialisms to limit reader confusion. Beyond this, all terms must be spelled out. A list of approved terms that may be used in their abbreviated forms on first use is available [here](#). Behavior theories or models mentioned frequently in a manuscript should be abbreviated whenever possible. Example: Social Cognitive Theory (SCT).

N and n should be used as follows: N indicates a whole population or an epidemiological study; n indicates a sample or subpopulation. Sentences in unstructured abstracts or in the body of a manuscript may not begin with a numeral. Example: Four hundred thirty-five parents were surveyed [] not 435 parents were surveyed [] Sentences in structured abstracts

may begin with a numeral (as structured abstracts often contain sentence fragments). Decimals should be used only to 1 degree more than the unit of measurement. For whole numbers, decimals need to be rounded to tenths; if precision of measurement is in the tenths, you may use hundredths (eg, with weight measured to the tenth of a pound, means may be expressed as hundredths). Please be sure of your precision: while most software will express results greater than the precision, it is not appropriate to use these figures in tables (eg, 34.1 mg niacin). The exception to this is percentages concerning people. For fewer than 100 people, please round to the nearest whole percentage, eg, 95% of participants (n = 80), rather than 95.3% of participants (n = 80). When reporting *P*, values less than .001 should be reported as such: $P < .001$. Actual values for *P* should be expressed to 2 digits for $P .01$, whether or not *P* is significant. If *P* is $< .01$, there should be 3 significant figures reported (eg, $P = .008$). Use *P* values rather than alpha values. For general statistical guidelines, please read [Guidelines for Statistical Methods for JNEB](#).

The past tense of verbs is used to discuss methods and results, with the exception of *Research Methods*, where the present tense should be used. Present tense is used to refer to existing literature or general truths and to state conclusions. Active voice is preferred. Jargon and sexist language should be avoided. For preferred usage of terms related to race and ethnicity, see the *American Medical Association Manual of Style*, 10th edition. Authors have access to reviewer guidelines for both quantitative and qualitative research.

Key words

All structured and unstructured abstracts are accompanied by a list of 3 to 5 key words for indexing. Key words are selected from the listing of Medical Subject Headings (MeSH) outlined by MEDLINE (<http://www.nlm.nih.gov/mesh/MBrowser.html>) that are used for indexing in PubMed.

To maximize the likelihood that your paper will be identified appropriately by other researchers, educators, and administrators, it is important to choose MeSH key words whenever possible. Choosing non-MeSH terms will make it more difficult for your article to be appropriately cited.

Tables

For submission, each table should be saved and uploaded as a separate file. Number tables consecutively in accordance with their appearance in the text. If there is only one table, then no number is assigned (eg, Table). Format tables as follows:

Title: Provide a table number and a descriptive title. Words in the title are capitalized. The title should describe the type of data included and give the sample size (n) unless it varies by measure/variable (in which case, n should be included within the table content). Example of unacceptable table title: "Descriptive Demographics"
 Example of acceptable table title: "Anthropometric and Socioeconomic Data for Adults Enrolled in Healthy Eating Programs (n = 40)".

Content: Not all data included in tables needs to be reported within the text of the manuscript. The most important results should be included in the narrative (text), but repeating results that will not be discussed further is discouraged. Bullets should not be used within a table. For qualitative tables, indentation of text may also be used within a section.

Footnotes: The order of items within the footnote is as follows: abbreviations, then statistical significance, then statistical test used. Any abbreviation used in the table should be spelled out in the footnote. If not included in the table content, statistical significance should be identified with an asterisk (eg, $*P < .05$; $P < .01$; $P < .001$; or *Significance based on 95% CI). Statistical test used (eg, chi-square, logistic regression) and statistical adjustments made to models should also be identified. The table title, data/content, and footnotes should be complete enough to understand without referring to related text.

Statistics: Report means and standard deviations if the data have a normal distribution; report the interquartile range (IQR) and the median if the data are not normally distributed. Standard error of the mean (SEM) should only be used if multiple samples are gathered (eg, groups of schools). Confidence intervals (CIs) should be included if relative risk or odds ratios are given in the table. The statistical significance (P) may be included as the number (eg, $P < .05$) or indicated by an asterisk and footnote (see Footnotes section, above). Superscripted lowercase letters may be used if differences among several groups are to be shown. Differences between 2 or more groups should include a column for P or an asterisk to indicate significance, where appropriate. Refer to the General style and form and writing style section above for guidance on the number of decimal places or significant digits to show in tables.

Figures and artwork

For submission, each figure should be saved and uploaded as a separate file. Number

figures consecutively in accordance with their appearance in the text. If there is only one figure, then no number is assigned (eg, Figure). Format figures as follows:

Caption: Figure captions should be presented at the end of the manuscript just after the references (captions should not be attached to the figures themselves). Captions constitute a distinct section of the manuscript and should start on a new page. Ensure that each illustration has a caption. A caption should consist of a brief title and a description of the illustration. Figure captions should be written in sentence format. Example of unacceptable caption: Body Mass Index (BMI) versus calories. Example of acceptable caption: Body Mass Index (BMI) versus calories consumed after 3-month intervention with 10- to 12-year-olds. Figure captions should also explain any abbreviations or statistical tests (eg, chi-square, logistic regression). Keep text in figures to a minimum; instead, use figure captions to explain all symbols and abbreviations used.

Content: Lettering and data symbols must be clear and consistent on each figure. Use uniform lettering and size your original artwork consistently. Only use the following fonts in illustrations: Arial, Courier, Helvetica, Times New Roman, and Symbol. Titles, explanations, and definitions of abbreviations must be noted in the legends, not on the figures themselves.

A detailed guide on electronic artwork is available at <http://www.elsevier.com/artworkinstructions>. If figures do not meet these guidelines and do not appear to be clearly reproducible, they will be returned to authors with a request for new figures at any stage of publication.

Consort diagrams should be used to explain recruitment/enrollment/retention of subjects for any intervention (see [Williams-Piehota et al, JNEB 41\(6\), 2009](#)). Other appropriate figures include maps (see [Stone, JNEB 43\(4S2\), 2011](#)), scatter grams for continuous data, bar graphs for categorical data (eg, body mass index by gender), and diagrams for spatial and conceptual relationships, such as the Social Ecological Model.

For *GEMs*, it is preferred that authors use 1 to 2 figures that enhance the *GEM* description (photos should meet this requirement and not simply show authors or participants). Figures must also be referred to within the text. For recognizable photo(s), you must have release form(s) from the subject(s).

In order to maintain a clear separation between the author and any other agency, the editors

require that all figures, tables, and photographs be submitted directly by the contributing author and no other source.

References

Each new reference introduced in the text is numbered sequentially. The reference number appears superscripted immediately following related text. The reference list is double-spaced and numbered to correspond with citations in text. Reference style follows the system described in the *American Medical Association Manual of Style*, 10th edition, except that issue numbers are not included in journal references. MEDLINE abbreviations are used for periodical titles. If a standard abbreviation is not available on MEDLINE, cite the full title. Examples of different reference types follow:

Journal Article

Olson CM. Tracking of food choices across the transition to motherhood. *J Nutr Educ Behav*. 2005;37:129-136.

Book

Glanz K, Rimer BK, Lewis FM, eds. *Health Behavior and Health Education: Theory, Research, and Practice*. 3rd ed. San Francisco, CA: Jossey-Bass Publishers; 2002.

Book Chapter

Baranowski T, Perry CL, Parcel GS. How individuals, environments, and health behavior interact. In: Glanz K, Rimer BK, Lewis FM, eds. *Health Behavior and Health Education: Theory, Research, and Practice*. 3rd ed. San Francisco, CA: Jossey-Bass Publishers; 2002:165-184.

Government documents are referenced no matter how well-known they may be to readers (eg, Dietary Guidelines for Americans). To cite a government document, provide the following information in this order and format: Name(s) of author(s) if specified in the document. Title of document. Place of publication: name of the issuing bureau, agency, or department; date of publication. Publication number (if any) and series number (if any).

Published, peer-reviewed sources are always preferred, but Internet (web) resources may be used, especially in cases in which government documents are more readily available online

than in print. All web links and URLs, including links to the authors' own websites, should be given a reference number and included in the reference list rather than within the text of the manuscript. To cite an online source, provide the following information in this order and format: Name of author/agency. Title of document. URL. Accessed month and date, year.

Web site

National Cancer Institute. Cancer Health Disparities. <http://www.cancer.gov/cancertopics/types/disparities>. Accessed September 15, 2008.

If the URL links to a PDF owned by the author(s), the PDF may be submitted as supplementary material (see the "Supplementary Data" section, below).

Unpublished material and personal communications are cited in text only with the source and date indicated in parentheses immediately following related material. Examples: (J. A. Doe, unpublished data, 2007); (J. A. Doe, oral communication, 2007).

Software used for data analysis should be cited in text only. Citations should include the software's name and developer, the developer's location, and the year the version used was released. Example: (SPSS version 15.0, SPSS Inc., Chicago, IL, 2007) or SurveyMonkey Pro (SurveyMonkey.com, LLC, Palo Alto, CA).

Likewise, equipment used in data collection should be cited in text only. Citations should include the equipment's model name and developer, the developer's location, and the year the model used was released. Example: stadiometer (SECA model 222, SECA Corp., Hamburg, Germany, 2008).

For non-English references, the original language is left in the reference and the English translation is after it in brackets. If the original language cannot be included (eg, because it is in a symbol-based language), the reference should use the English translation and then state the reference's original language in brackets after the English translation. Example: [in Japanese]. Authors are responsible for the accuracy of references. References should be up to date (with the exception of older, seminal sources) and readily available to readers. Avoid secondary sources.

The Digital Object Identifier (DOI) may be used to cite and link to electronic documents. The

DOI consists of a unique alpha-numeric character string that is assigned to a document by the publisher upon the initial electronic publication. The assigned DOI never changes. Therefore, it is an ideal medium for citing a document, particularly "articles in press" because they have not yet received their full bibliographic information. A correctly formatted DOI takes the form <http://dx.doi.org/10.1016/j.jneb.2013.01.025>, where the prefix "10.1016/" identifies the publisher (in this case, the Society for Nutrition Education and Behavior) and the suffix "j.jneb.2013.01.025" is the unique article identifier. The prefix is preceded by <http://dx.doi.org> to make the complete DOI into a permanent URL to locate the document online. When you use a DOI to create links to documents on the web, the DOI is guaranteed to never change.

Relevant *JNEB* references should be included in citations. Search <http://www.jneb.org> for specific topics.

Footnotes

Footnotes are not permitted except in tables. In tables, footnotes are superscripted; lowercase letters (or other common designators) are used to indicate significant differences within rows (see the "Tables" section, above).

Video and audio files

JNEB accepts video and animation sequences to support and enhance your research. Authors who have video or animation files as part of their manuscript are encouraged to include links to these files within the body of their article. All submitted files should be properly labeled so that they directly relate to the video files content. Please provide files in one of our recommended file formats, with a maximum file size of 50 MB. Video and animation files will be published online in the electronic version of your article (eg, on ScienceDirect). Please provide a still image (any frame) from your video to use instead of the standard video icon, which will personalize the link to your video data. For detailed instructions, please visit our video instruction page at <http://www.elsevier.com/artworkinstructions>. Note: Because video and animation cannot be embedded in the print version of your article, please provide text for both the electronic and print versions for the portions of the manuscript that refer to the video content.

The journal also allows authors to create an AudioSlides presentation with their published article. AudioSlides are brief, webinar-style presentations that are shown next to the online

article on ScienceDirect. This gives authors the opportunity to summarize their research in their own words and to help readers understand what the paper is about. More information and examples are available at <http://www.elsevier.com/audioslides>. Authors of this journal will automatically receive an invitation e-mail to create an AudioSlides presentation after acceptance of their paper.

Ancillary and supplementary data

Data collection instruments such as tests, surveys, interview scripts, and observation forms used in the study may be included with submissions along with overlapping or related manuscripts in review, in press, or published. Including these materials with the original submission will expedite review of the manuscript. Reviewers will have access to data collection materials (ie, ancillary materials) but not to related or overlapping manuscripts included in the submission. It should be noted that ancillary materials are for the review process only; they will not be published.

JNEB accepts electronic supplementary material to support and enhance your scientific research. Supplementary files offer the author additional possibilities to publish tests, surveys, or interview scripts, as well as supporting applications, movies, animation sequences, high-resolution images, background datasets, sound clips, and more. Supplementary files supplied will be published online alongside the electronic version of your article online, including ScienceDirect (<http://www.sciencedirect.com>). To ensure that your submitted material is directly usable, please prepare supplementary data in one of our recommended file formats. Supplemental materials will not be copyedited, but published as the authors submitted them. Authors should submit the material in electronic format together with the article and supply a concise and descriptive caption for each file. It should be noted that this material will be reviewed and published online, but it will not be copyedited or typeset. Therefore, authors must provide a reference to the supplementary material within the manuscript text. For more detailed instructions, please visit our artwork instruction pages at <http://www.elsevier.com/artworkinstructions>.

Practice Points

Practice Points present the practical implications of the research reported in the article—the "take home" message—that readers can put to use in their own practice. Examples include:

Increasing physical activity may contribute to cancer survivors' feelings of control over health

and ability to cope with stress (Maley et al, JNEB 2013) Avoid you should and you need to in messages for teens (Hingle et al, JNEB 2013).

Authors may submit up to 3 Practice Points for consideration, of no more than 140 characters each. Within the manuscript, the Practice Point is identified by enlarged text. During submission, the Practice Points should be in a separate file labeled Practice Points. Please include the character count of each Practice Point on the submitted file, as well as the location where each Practice Point should be placed within the manuscript text. Practice Points are not required as part of the submission and may or may not be published.

Submission, Peer-Review, and Publication Process

Submission checklist

Submission to this journal proceeds online at <http://ees.elsevier.com/jneb>, and you will be guided stepwise through the creation and uploading of your files. The system automatically converts source files to a single PDF file of the article, which is used in the peer-review process. Please note that even though manuscript source files are converted to PDF files at submission for the review process, these source files are needed for further processing after acceptance, and PDF files cannot be uploaded. All correspondence, including notification of the Editor's decision and requests for revision, takes place by e-mail, removing the need for a paper trail.

If companion manuscripts are submitted for consideration for publication in the same issue, authors may request in their cover letter that the companion manuscripts be linked for the review process. This means that the same reviewers will be asked to review each submission, but decisions will be made independently.

JNEB uses a double-blind review system. Therefore, authors should blind all authors names and corresponding institutions from the manuscript, including references to their institutions' Institutional Review Boards, if applicable. If an author's name appears within a reference, all authors names should be blinded from that reference (all other information within the reference should remain as is). Authors may blind additional areas, such as program titles or cities/countries of reference, but are not required to do so. *JNEB* recommends blinding by omission, using "x" or "blinded" rather than a black highlight over words. *JNEB* accepts most word processing formats, although Microsoft Word is preferred. Always keep a backup copy

of the electronic file for reference and safety. Save your files using the default extension of the program used.

Before submitting, please ensure that one author has been designated the corresponding author (include his or her e-mail address, full postal address, and phone and fax numbers). Additionally, check that all necessary files have been uploaded and that they contain key words, figure captions, and tables. Ensure that references are formatted correctly for *JNEB* and that permission has been obtained for use of copyrighted material from other sources (print or online).

Items (and the preferred order of files) when submitting a manuscript for review include:

cover letter (save as a separate file)

suggested reviewers (include in cover letter)

reviewers who should not be assigned to the manuscript due to potential conflicts of interest (include in cover letter)

title page (save as a separate file)

abstract (save as a separate file)

manuscript (main text, references, and figure legends; save as a separate file)

tables (save as individual files)

figures (save as individual files)

ancillary materials (eg, tests, surveys, interview scripts, observation forms; must be blinded for review)

supplementary material (eg, any of the above, as well as supporting applications, movies, animation sequences, high-resolution images, background datasets)

Revised manuscripts also should be accompanied by a unique file type titled Detailed Response to Reviewers (separate from the cover letter). This file should include a tabular format of all editor and reviewer comments; each comment should be followed by your response, along with the line number where it appears in the revised manuscript.

Files should be labeled with appropriate and descriptive file names (eg, Manuscript.doc, Fig1.eps, Table3.doc). Upload text, tables, and graphics (figures) as separate files. You can compress multiple figure files into a ZIP file and upload it in one step; the system will then unpack the files and prompt you to name each figure. Do not import figures or tables into the text document, and do not upload your text as a PDF. Complete instructions for electronic artwork are available at <http://ees.elsevier.com/jneb>.

Authors who are unable to provide an electronic version or have other circumstances that prevent online transmission of manuscripts must contact the editorial office prior to submission to discuss alternate options. The publisher and editors regret that they are not able to consider submissions that do not follow these procedures.

Submission items

Cover letter: The cover letter (save as a separate file for submission) indicates the type of manuscript being submitted (see the categories described above); describes why the manuscript would be of interest to *JNEB* readers; specifies that the manuscript, or parts of it, have not been and will not be submitted elsewhere for publication; notes overlapping or related manuscripts under review, in press, or published; identifies the corresponding author; states that all authors have reviewed and approved the complete manuscript (including tables, figures, and ancillary material, where applicable); indicates the manuscript's complete page count (including text, acknowledgments, references, tables, figures, and other illustrations).

Title page: The title page includes the title of the manuscript (good titles are short, use the active voice, and capture key findings; avoid trite titles and question marks); the section of the journal for which the manuscript is intended; the names of all authors, their academic degree (eg, PhD, listing only the highest degree), professional credentials (eg, RD), and affiliations; the name, full postal address, telephone number, fax number, and e-mail address of the corresponding author; the name and address of the institution at which the work was conducted if it differs from the present affiliation of the first author; and then the Acknowledgments section (for *Research Articles, Research Briefs, Research Methods, Reports, Systematic Reviews, and Viewpoints* only).

Title Acknowledgments on the title page: Acknowledgments identify sources of financial support for the work reported in the manuscript, sources of substantial technical assistance, and sources from which some or all of the data were taken (eg, a thesis, dissertation, presentation, or report). Acknowledgments should not be numbered or referred to in the text.

Title "Notes" on the title page (*GEMs* only): The "Notes" on the title page must include approval from a human subjects committee if the *GEM* report evaluation results involve subjects. If no institutional review board (IRB) approval was necessary for this research, please add a statement explaining why. In this statement, include which institution reviewed the study and decided that it was exempt from IRB review (institution should be blinded for

review). If it was not reviewed by your university or institution, please provide the documentation that pertains to this type of study, deeming it unnecessary to be reviewed. An example of this may be:

"Review by the institutional review board was not required for this study because human subjects were not involved, as per US Department of Health and Human Services guidelines (<http://www.hhs.gov/ohrp/policy/checklists/decisioncharts.html#c1>)."

Notes may also include information on how to obtain materials, acknowledgment of technical assistance, sources of financial support, and collaborators.

Note: Because *JNEB* employs a double-blinded review process, please include author information and acknowledgments only on the title page of your manuscript. Save the title page as a separate file. You will be asked to upload the title page file when you submit your manuscript online.

Abstract page: The abstract page should contain the abstract, abstract word count, and key words (saved as a separate file). All manuscripts must include an abstract word count, which should be written in parentheses immediately following the abstract's last line.

Manuscript review

When a manuscript is uploaded to the online peer-review system, an e-mail confirming receipt is sent to authors. The handling editor may return a manuscript to the author without review if it does not conform to the guidelines presented here, is outside the scope of the journal, or overlaps substantially with related manuscripts in review, in press, or published.

Manuscripts meeting basic requirements are distributed to a panel of 2 to 3 reviewers. Replacement reviewers are assigned as needed.

The review process takes approximately 5 weeks, depending on the availability of reviewers. Authors receive blinded reviewer comments, along with a letter from the handling editor. The reviewers may submit confidential comments to the editor, which are not available for review by the author. The editor may accept or reject a manuscript or request that it be revised before a final decision is made.